



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
AUTORIDADE PORTUÁRIA
CNPJ 34.040.345/0001-90

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

Este Relatório de Gestão 2019 apresenta os resultados da Companhia Docas do Rio Grande do Norte e cumpre atender aos órgãos de controle interno e externo quanto à prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Este documento foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 178/2019 e da Portaria-TCU nº 378/2019.

NATAL - RN
JULHO/2020

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

O objetivo deste Relatório de Gestão 2019 consiste em apresentar, de forma objetiva, os resultados alcançados pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN frente ao cenário encontrado pela nova gestão, que assumiu em abril/2019, assim como especificar os seus objetivos e metas traçados no planejamento. Com ele, será possível conhecer melhor a Companhia, o que ela faz, e como é gasto o dinheiro dos contribuintes para entregar políticas públicas do setor de transportes capazes de promover crescimento econômico e, conseqüentemente, desenvolvimento social.

Este relatório apresenta ao acionista da CODERN (União), aos órgãos de controle e à sociedade os valores e os resultados que a CODERN, Autoridade Portuária do Porto de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e do Porto de Maceió, produz e entrega, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACT – ACORDO COLETIVO DE TRABALHO	DEST – DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	DIREXE – DIRETORIA-EXECUTIVA
ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
APMC – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ	EAD – ENSINO À DISTÂNCIA
APV – AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM	EAR – ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
ARP – ATAS DE REGISTRO DE PREÇO	E-SIC – SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
ASSEDORN – ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CODERN	ETE – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES
ATT – ÁREA DE TRANSBORDO TEMPORÁRIO	FEFCX – FECHAMENTO DO FLUXO DE CAIXA
AVCB – AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS	FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
BACEN – BANCO CENTRAL	FTP – FILE TRANSFER PROTOCOL (PROTOCOLO DE TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVO)
CAERN – COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE	GEADMI – GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	GEAUDI – GERÊNCIA DE AUDITORIA
CODERN – COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE	GOPER – GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SUPORTE OPERACIONAL
CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	GEPLAN – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
CONFINS – CONSELHO FISCAL	GERCOM – GERÊNCIA COMERCIAL
CONPORTOS – COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS,	GERFIN – GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
APV – AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM	GERJUR – GERÊNCIA JURÍDICA
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES	GERTAB – GERÊNCIA DE DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA
TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS	IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
CONSAD – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
COORMA – COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	IDA – ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL
COORCRI – COORDENADORIA DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS	IDEMA – INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
COORTE – COORDENADORIA DE TESOURARIA	
COORTI – COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
COPOM – COMITÊ DE POLÍTICA ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL	
DAF – DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	

LISTA DE ABREVIATURAS

INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
IPCA – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
ISPS CODE – CÓDIGO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DE NAVIOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS
LAI – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
MINFRA – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
MTPDG – MANUAL TÉCNICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
OGU – ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
PAE – PLANO AMBIENTAL DE EMERGÊNCIAS
PAINT – PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
PAM – PLANO DE AJUDA MÚTUA
PBRA – PLANO BÁSICO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
PCE – PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA
PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL
PDCA – PLAN/DO/CHECK/ACT (PLANEJAR, FAZER, CHECAR E AGIR)
PDG – PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
PDZ – PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO DO PORTO
PEI – PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL
PERT – PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
PGMQ – PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE
PGRS – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO
PNLP – PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA
POP – PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO
PORTUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
PPE – PERFIL DE PESSOAL DAS ESTATAIS
PPRA – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS
PRA – PROJETO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
PSF – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
PTS – PARECER TÉCNICOS SUSTENTÁVEL
SNPTA – SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SELIC – SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA
SEMURB – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
SEST – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS
SIGAP – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PORTUÁRIA
SOPEP – SHIP OIL POLLUTION EMERGENCY PLAN (PLANO DE EMERGÊNCIA PARA POLUIÇÃO POR ÓLEO A BORDO)
SPU – SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TERSAB – TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA
TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TMP – TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. NÚMERO DE AÇÕES DA COMPANHIA	27
TABELA 02. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS	32
TABELA 03. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA, 2017-2019	34
TABELA 04. EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DA CODERN (EM TON.).....	43
TABELA 05. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DOS PORTOS DA CODERN POR TIPO DE NAVEGAÇÃO (EM TON.)	43
TABELA 06. DESEMPENHO DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DA CODERN	45
TABELA 07. EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DA CODERN	45
TABELA 08. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DA CODERN	47
TABELA 09. INDICADORES DE DESEMPENHO – PORNAT/TERSAB	48
TABELA 10. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXERCÍCIO DE 2019 – PORNAT/TERSAB	49
TABELA 11. GESTÃO FINANCEIRA – FLUXO DE CAIXA 2019 – PORNAT/TERSAB	49
TABELA 12. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXERCÍCIO DE 2019 – APMC	53
TABELA 13. GESTÃO FINANCEIRA – FLUXO DE CAIXA 2019 – APMC	53
TABELA 14. MONTANTE DE RECURSOS DESTINADOS ÀS COMPRAS E LICITAÇÕES, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB	65
TABELA 15. MONTANTE DE RECURSOS DESTINADOS ÀS COMPRAS E LICITAÇÕES, 2018-2019 – APMC.....	67
TABELA 16. RECURSOS APLICADOS EM TI, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB/APMC	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 17. ATENDIMENTOS EM TI, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB	68
TABELA 18. RECURSOS APLICADOS EM TI, 2018-2019 – APMC (R\$)	72
TABELA 19. ATENDIMENTOS EM TI, 2018-2019 – APMC	72
TABELA 20. CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS E RESÍDUOS POLUENTES – PORNAT/TERSAB	75
TABELA 21. CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS E RESÍDUOS POLUENTES – APMC	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. IDENTIFICAÇÃO DA CODERN	16
QUADRO 02. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DA CODERN	16
QUADRO 03. RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES	25
QUADRO 04. AÇÕES PREVISTAS NO PSF PARA ELEVAR O FATURAMENTO	31
QUADRO 05. AÇÕES PREVISTAS NO PSF PARA REDUZIR CUSTOS	31
QUADRO 06. ATUAÇÃO DA OUVIDORIA EM 2019	35
QUADRO 07. PRINCIPAIS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS E QUE PODEM AUXILIAR O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	40
QUADRO 08. AÇÕES REALIZADAS PELA COORDENAÇÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS E PROPOSTAS PARA 2020	41
QUADRO 09. AÇÕES REALIZADAS PELA GESTÃO COMERCIAL E PROPOSTAS PARA 2020	46
QUADRO 10. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ÁREA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – PORNAT/TERSAB	51
QUADRO 11. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – PORNAT/TERSAB	52
QUADRO 12. AÇÕES IMPLEMENTADAS JUNTO AO SETOR FINANCEIRO – SEFTIN/APMC	54
QUADRO 13. INDICADORES E METAS DO PSF ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	56
QUADRO 14. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL CONSOLIDADO EM 2019	58
QUADRO 15. QUANTITATIVO DE PESSOAL EM 2019	58
QUADRO 16. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ÁREA ADMINISTRATIVA	61

LISTA DE QUADROS

QUADRO 17. SITUAÇÃO ENCONTRADA NO PATRIMÔNIO	63
QUADRO 18. SITUAÇÃO ENCONTRADA NO ALMOXARIFADO	64
QUADRO 19. SITUAÇÃO ENCONTRADA NO SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVAMENTO	64
QUADRO 20. PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB	65
QUADRO 21. AÇÕES IMPLEMENTADAS NAS ATIVIDADES DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS – PORNAT/TERSAB	66
QUADRO 22. PROCESSOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES, 2018-2019 – APMC	67
QUADRO 23. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – PORNAT/TERSAB	70
QUADRO 24. AÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ÁREA DE ASSESSORIA DE INFORMÁTICA – APMC	73
QUADRO 25. PROJETOS REALIZADOS NO PORTO DE NATAL	78
QUADRO 26. AÇÕES REALIZADAS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL – PORNAT	79
QUADRO 27. PROJETOS REALIZADOS NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA	80
QUADRO 28. AÇÕES REALIZADAS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL – TERSAB	81
QUADRO 29. AÇÕES REALIZADAS PELA COORMA E PROPOSTAS PARA 2020 – PORNAT/TERSAB	82
QUADRO 30. AÇÕES REALIZADAS PELA ÁREA DE GESTÃO AMBIENTAL E PROPOSTAS PARA 2020 – APMC	85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. BALANÇA COMERCIAL DO NORDESTE	26
GRÁFICO 02. BALANÇA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE	26
GRÁFICO 03. BALANÇA COMERCIAL DE ALAGOAS	27
GRÁFICO 04. PASSIVO TRABALHISTA DA CODERN	39
GRÁFICO 05. DISTRIBUIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR PORTOS DA CODERN EM 2019	43
GRÁFICO 06. QUANTIDADE EMBARCADA – PORNAT	44
GRÁFICO 07. QUANTIDADE DESEMBARCADA – PORNAT	44
GRÁFICO 08. QUANTIDADE EMBARCADA – APMC	44
GRÁFICO 09. QUANTIDADE DESEMBARCADA – APMC	44
GRÁFICO 10. REDUÇÃO DE DESPESAS – HORAS EXTRAS	57
GRÁFICO 11. REDUÇÃO DE DESPESAS – ADICIONAL NOTURNO	57
GRÁFICO 12. REDUÇÃO DE DESPESAS – ADICIONAL DE EMBARQUE	57
GRÁFICO 13. REDUÇÃO DE DESPESAS – DOBRAS DE TURNO	57
GRÁFICO 14. EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS RECEBIDOS NO PRAZO	57
GRÁFICO 15. QUANTITATIVO DE PESSOAL DA CODERN	58
GRÁFICO 16. DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL DA CODERN	58

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. COMPLEXO DO PORTO DE NATAL – PORNAT	17
FIGURA 02. ESTRUTURA DO TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS – TMP	17
FIGURA 03. TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA – TERSAB	18
FIGURA 04. COMPLEXO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC	18
FIGURA 05. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CODERN	20
FIGURA 06. SISTEMA DE GOVERNANÇA DA CODERN	21
FIGURA 07. MODELO DE NEGÓCIO	24
FIGURA 08. DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS DO GOVERNO FEDERAL E PDZ	28
FIGURA 09. METAS DE GESTÃO ESTABELECIDAS PELO SNTPA/MINFRA EM 2019	28
FIGURA 10. MAPA ESTRATÉGICO DA CODERN	29
FIGURA 11. ESTRATÉGIA DO PSF BASEADO NO CICLO PDCA	31
FIGURA 12. RESULTADOS DO RELACIONAMENTO DA CODERN	36
FIGURA 13. EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL A4 E COPOS DESCARTÁVEIS NO PORTO DE NATAL	76
FIGURA 14. EVOLUÇÃO DO VOLUME GERADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	77
FIGURA 15. CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO TEMPORÁRIO DE NATAL	78
FIGURA 16. CONSTRUÇÃO DA ATT DA GERTAB	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 17. AQUISIÇÃO DE CONTENEDORES	80
Figura 18. TREINAMENTO PARA MITIGAÇÃO DE DERRAME DE ÓLEO	80
Figura 19. REFORMA NO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E ABASTECIMENTO NA GERÊNCIA	80

MENSAGEM DO PRESIDENTE

CAPÍTULO 01	VISÃO GERAL DA CODERN E AMBIENTE EXTERNO	16
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DA CODERN, NORMAS DIRECIONADORAS E DECLARAÇÃO DE SUA MISSÃO	16
1.2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA	19
1.3.	MODELO DE NEGÓCIOS	22
1.4.	RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES	25
1.5.	ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR	26
1.6.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	27

CAPÍTULO 02	ESTRATÉGIA, ALOCAÇÃO DE RECURSOS E GOVERNANÇA	28
2.1.	ESTRATÉGIA	28
2.2.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	32
2.3.	APOIO DA GOVERNANÇA AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	33

CAPÍTULO 03	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	38
3.1.	ATUAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS	38
3.2.	DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ÁREA	38
3.3.	PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS QUE PODEM AFETAR O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	39
3.4.	DEMANDAS JUDICIAIS TRABALHISTAS	39
3.5.	ATUAÇÃO DA ÁREA JURÍDICA MITIGANDO RISCOS	39

CAPÍTULO 04 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO 42

4.1. PRINCIPAIS RESULTADOS ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	42
4.2. RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	49
4.3. RESULTADOS DA GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS	58
4.4. RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL	63
4.5. RESULTADOS DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	65
4.6. RESULTADOS DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	68
4.7. RESULTADOS DA GESTÃO DE CUSTOS E SUSTENTABILIDADE	75

CAPÍTULO 05 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 87

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2019 iniciou com uma nova gestão no Governo Federal, que imprimiu mudanças significativas, designando quadro técnico para a composição da equipe ministerial. Fato que se seguiu no comando das empresas estatais federais.

Assim, em fevereiro, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) também passou por modificação na Presidência, complementada, em abril/2019, pela assunção das Diretorias Administrativa/Financeira e Técnica/Comercial.

No início dessa nova gestão, a Companhia se apresentava com cenário de situação financeira extremamente deficitário, de cerca de R\$ 500 mil de prejuízo de caixa mensal, não envolvendo a administração do Porto de Maceió. Computava, ainda, uma dívida acumulada, posição de outubro/2018, na ordem de R\$ 107,88 milhões, relativa aos portos de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca; e de R\$ 60,55 milhões, inerente ao Porto de Maceió, em contrapartida a um faturamento consolidado anual de R\$ 55 milhões. Situação que conduzia para a transformação da CODERN em empresa dependente do Governo Federal, fato esse que se tornaria prejudicial à operacionalidade de seus portos, sobretudo, à gestão do Terminal Salineiro de Areia Branca, em face de suas peculiaridades operacionais, onde a CODERN atua como Operadora Portuária nata.

Ainda, a nova diretoria se deparou com fragilidades de segurança nas operações no Porto de Natal, passando por fiscalizações intensivas da Receita Federal e da Polícia Federal, que refletiram negativamente na imagem institucional.

Além do mais, constatavam-se diversas ineficiências nos controles internos que, inclusive, motivaram a reprovação das contas da CODERN referentes aos exercícios de 2017 e 2018. Ressalta-se que a deficiência nesses controles, objeto de registros em relatórios de auditorias interna, da Controladoria Geral da

a União e do Tribunal de Contas da União, resultaram, em algumas situações, em compromissos de ajustes de condutas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público Federal, ANTAQ e IBAMA.

Para reverter esse panorama caótico, a Diretoria-Executiva priorizou a busca do saneamento financeiro, visando dar fôlego e manter a Companhia em funcionamento, adotando, principalmente, as seguintes ações:

- Elaboração do Plano de Saneamento Financeiro (PSF);
- Atuação efetiva na recuperação de receitas oriundas de faturamentos atrasados e de cobranças de títulos, inclusive, vencidos;
- Acompanhamento sistemático das despesas do orçamento (PDG);
- Renegociação dos valores de adicionais concedidos a empregados, distorcidos da legislação trabalhista, a partir da atuação de total transparência da real situação financeira e do objetivo maior em buscar a recuperação da CODERN e a manutenção dos empregos; e
- Revisão de normativos internos.

Como, também, manteve os investimentos, na medida do possível, na melhoria da infraestrutura portuária, garantindo a capacidade de movimentação das cargas direcionadas aos portos administrados, dando atenção especial à segurança nas suas operações.

Vale ressaltar que a não liberação de recursos do Orçamento Geral da União comprometeu melhor desempenho nos investimentos, substancialmente, no Terminal Salineiro de Areia Branca.

Diante de todo esforço, no final do exercício de 2019, pudemos expressar os resultados alcançados frente aos objetivos delineados no Planejamento Estratégico vigente, entre outros, mencionados no decorrer deste Relatório de Gestão:

- Aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho, resultante de extensa negociação;
- Obtenção do equilíbrio financeiro mensal da CODERN, a partir de meados do segundo semestre de 2019. Fato que não ocorria há longo tempo;
- Regularização de processos pendentes do faturamento, possibilitando receita de R\$ 2,6 milhões;
- Obtenção da integração financeira e orçamentária da Companhia;
- Contratação de empresa para solucionar definitivamente os ajustes no patrimônio e do estoque, viabilizando assim a aprovação das contas de 2017 e 2018;
- Obtenção dos custos de funcionamento da CODERN, através da implantação de um Centro de Custos;
- Aquisição e implantação de software integrado para a gestão de pessoas, finanças e patrimonial;
- Aquisição e manutenção de diversos sistemas de segurança a serem utilizados pela Guarda Portuária, visando à obtenção plena da certificação ISPS CODE;
- Mitigação de diversas não conformidades observadas pelo IBAMA, Ministério do Trabalho e ANTAQ; e
- Demonstrações financeiras atualizadas, após os ataques cibernéticos.

Em termos de desempenho operacional, os portos de Natal, de Areia Branca e de Maceió movimentaram 4,6 milhões de toneladas de produtos, inferior em 6,03% em relação ao exercício 2018, em razão de quedas nos embarques de sal, no Terminal Salineiro; e nas exportações de açúcar, no Porto de Maceió, fato não configurado no Porto de Natal, onde houve acréscimo de movimentação.

A receita operacional líquida consolidada reduziu 0,32% em comparação a 2018, reflexo de decréscimo de 24,30% nas receitas do Porto de Maceió, a despeito dos portos de Natal e Areia Branca apresentarem crescimento de 9,79%.

Como resultado líquido do exercício de 2019, a CODERN apresentou redução de seu prejuízo em 18,38% comparado a 2018, resultante, especialmente, na redução de despesas financeiras sobre créditos para Aumento de Capital (houve incorporação de créditos oriundos de investimentos no porto de Maceió), assim como dos primeiros sinais positivos do PSF, que fora implantado em outubro/2019.

A partir desses resultados alcançados, a Diretoria-Executiva da CODERN vislumbra para 2020 perseguir no seu equilíbrio financeiro; garantir os investimentos na infraestrutura portuária; elevar o nível dos controles internos aperfeiçoando o nível de governança; buscar efetividade com o funcionamento dos softwares de gestão contratados; manter a equipe funcional motivada e capacitada e buscar alternativas de diversificação de receitas com o arrendamento de áreas portuárias.

Cabe, ainda, destacar que a elaboração deste Relatório de Gestão buscou refletir a realidade de uma gestão que, diante de um quadro conjuntural desfavorável encontrado, sentiu dificuldade em consolidá-lo, totalmente, na forma integrada, mesmo contando com o pensamento coletivo da equipe de gestores, que almejamos alcançar em relatórios futuros.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor-Presidente da CODERN

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA CODERN, NORMAS DIRECIONADORAS E DECLARAÇÃO DE SUA MISSÃO

QUADRO 01 . Identificação da CODERN

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO		
Poder: Presidência da República		
Órgão de Vinculação: Ministério da Infraestrutura		
Identificação da Unidade Prestadora de Contas - UPC		
Denominação completa: Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN		
Denominação abreviada: CODERN		
Código LOA: 13.808/2019	Código SIAFI: 396005	Código SIORG: 183
Situação: Em funcionamento		
Natureza Jurídica: Empresa Pública, sob forma de sociedade anônima de capital fechado		
Principal Atividade: Autoridade Portuária		
Portos Administrados: Porto de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Porto de Maceió		
Telefones: 55 (84) 4005-5302		
E-mail: dpresidente@codern.com.br		
Página na Internet: www.codern.com.br		
Endereço Postal: Av. Engº Hildebrando de Góis, Nº 220- CEP 59.010-700 - Ribeira–Natal–RN.		
Normas Direcionadoras da Atuação da CODERN		
Decreto de Criação nº 66.154, de 29/01/1970, publicado no D.O.U. de 03/02/1970.		
Lei nº 13.303, de 30/06/2016.		
Lei nº 6.404, de 15/12/1976.		
Lei nº 12.815, de 05/06/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033/2013.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da CODERN.		
Estatuto Social, Regimento Interno, Planejamento Estratégico, PNLN; Plano Mestre, PDZ; Regulamentos de Operação e de Atracação; Tarifa Portuária, Plano de Cargos, Carreira e Salários e demais manuais e publicações relacionadas às atividades da CODERN.		

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN é uma empresa pública federal com sede na cidade de Natal/RN, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, cuja missão é disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado do Rio Grande do Norte, do Estado de Alagoas e do Brasil. Fazem parte da CODERN o Porto de Natal, o Terminal Salineiro de Areia Branca e o Porto de Maceió.

QUADRO 02 . Orientações Estratégicas da CODERN

MISSÃO	Disponibilizar infraestrutura portuária eficaz que atenda à transição de cargas e passageiros com o modal marítimo e fazer cumprir o conjunto normativo nacional dentro dos portos organizados sob sua responsabilidade, a fim de, respectivamente, contribuir para o desenvolvimento sustentável, econômico, e social Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil e garantir um ambiente de igualdade de oportunidades aos seus clientes.	
VALORES	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Ética e legalidade <input type="checkbox"/> Valorização das pessoas <input type="checkbox"/> Integridade, honestidade e transparência em todas as relações 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Responsabilidade socioambiental <input type="checkbox"/> Definição clara dos objetivos e metas <input type="checkbox"/> Excelência de Serviços
VISÃO	Tornar-se porto modelo em gestão portuária e eficiência de serviços, na Região Nordeste do Brasil.	

O Porto de Natal localiza-se no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, estando situado à margem direita do Rio Potengi, a 3Km de sua foz (Figura 01). As principais vias de acesso rodoviário são:

- ❑ BR- 304 (Via de acesso Mossoró-Natal);
- ❑ BR-101 (Via de acesso Touros-Natal);
- ❑ BR- 406 (Via de acesso Ceará-Mirim-Natal); e
- ❑ BR-101 (Via de acesso João Pessoa/PB - Natal/RN – 179 km em território potiguar)

Destaca-se pelas exportações de frutas para Europa, em contêiner refrigerado, e na importação de trigo a granel, em sua maioria, oriundo dos EUA e da Argentina, descarregado por guindaste tipo Portalino, pertencente ao operador portuário.



Figura 01. Complexo do Porto de Natal - PORNAT
FONTE: Canindé Soares

O Complexo Portuário possui uma área global em torno de 64.840 m², contemplando em sua estrutura:

- ❑ 33.000 m² de área destinada ao pátio de contêiner;
- ❑ 4.394,81 m² de armazéns cobertos e galpões;
- ❑ 1.475,84 m² de área arrendada ao Grande Moinho Potiguar;
- ❑ 4.903 m² de área destinada ao Terminal Marítimo de Passageiros;
- ❑ 12.800 m² de arruamentos e edificações;
- ❑ 6.300m² de área da ASSEDERN, distante em torno de 300m² do porto; e
- ❑ 1.967,15 m² da Sede Administrativa

O Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal, com 03 pavimentos, atende navios de turismo, tem possibilidades de realização de eventos e disponibilidade de área comercial para locação de lojas e restaurantes.



Figura 02. Estrutura do Terminal Marítimo de Passageiros - TMP
FONTE: CODERN

TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - TERSAB

O Terminal Salineiro de Areia Branca possui área aproximada de 15 mil m², constituindo uma ilha artificial localizada no Oceano Atlântico a 14 km da costa do município de Areia Branca/RN.

Conhecido também como Porto Ilha, destina-se exclusivamente ao armazenamento e embarque de sal proveniente das salinas de Areia Branca, Mossoró, Grossos, Galinhos e Macau. Além desta estrutura, conta ainda, com uma área de apoio administrativo e alojamentos, como também área de apoio operacional e instalações para embarque e desembarque de empregados, visitantes e cargas de abastecimento.

As instalações de acostagem de navios com profundidade de 18 metros, conta com 05 dolphins, 04 boias de amarração e cais de atracação de barcaças com 240,0 metros e profundidade de 7,00 metros em maré mínima.

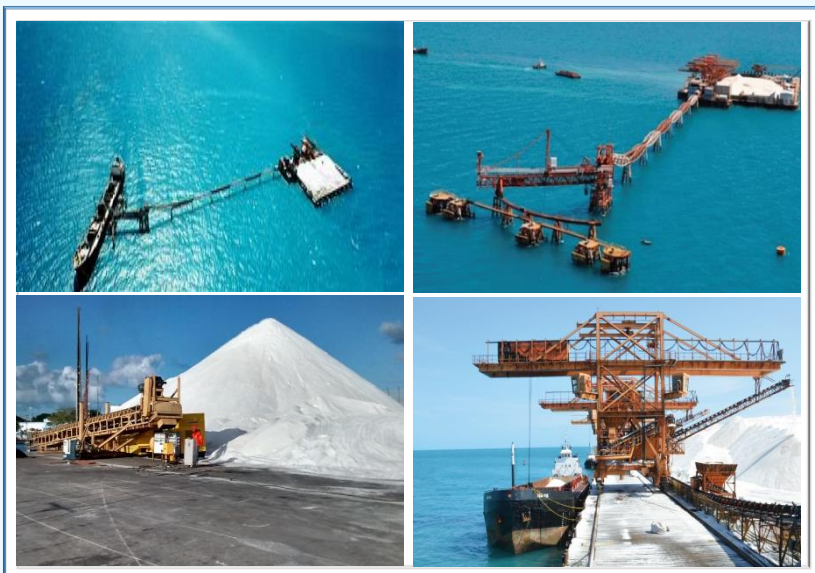


Figura 03. Terminal Salineiro de Areia Branca - TERSAB
FONTE: CODERN

PORTO DE MACEIÓ

O Porto de Maceió localiza-se, na capital do Estado de Alagoas, às margens do oceano Atlântico, entre as praias de Pajuçara e Jaraguá.

As principais rodovias de acesso são:

- BR- 116;
- BR-104; e
- BR-101

O Porto possui uma área total de 484.385,92m². O prédio sede da APMC tem uma área construída de 1.665,14m². Atualmente se encontra em construção a estação de passageiros com área projetada de 1.668,13m².



Figura 04. Complexo do Porto de Maceió - APMC
FONTE: CODERN

1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA

A Diretoria Executiva é composta por 03 diretores: Diretor-Presidente; Diretor Técnico e Comercial e um Diretor Administrativo e Financeiro, os quais assumiram os respectivos cargos no primeiro semestre de 2019. A CODERN possui 08 gerências e 05 coordenadorias em sua atual estrutura organizacional, conforme o disposto na Figura 05. A Administração do Porto de Maceió, subordinada diretamente ao Diretor Presidente, dispõe de estrutura própria com áreas administrativas, operacionais e de segurança.

Ao assumir a gestão da Companhia, a diretoria deu ênfase em elevar o nível de governança fortalecendo a área de gestão de riscos e conformidade, instituída no final de 2018, o setor de Ouvidoria e a aprimorar os controles internos.

Teve o desafio de buscar o equilíbrio financeiro para fazer frente às suas necessidades operacionais e administrativas, adotando, fundamentalmente, medidas de racionalização de gastos, o que possibilitou melhores resultados financeiros da Companhia.

O ponto alto da melhoria da governança corporativa foi o alcance da pontuação máxima Nível I do Indicador de Governança IG-SEST, que mede o índice de governança das estatais, estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST/ME.

DIRETORIA EXECUTIVA



Elis Treidler Öberg
DIRETOR PRESIDENTE



Ulisses D. S. Almeida
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



Francisco Mont'Alverne Pires
DIRETOR TÉCNICO E COMERCIAL

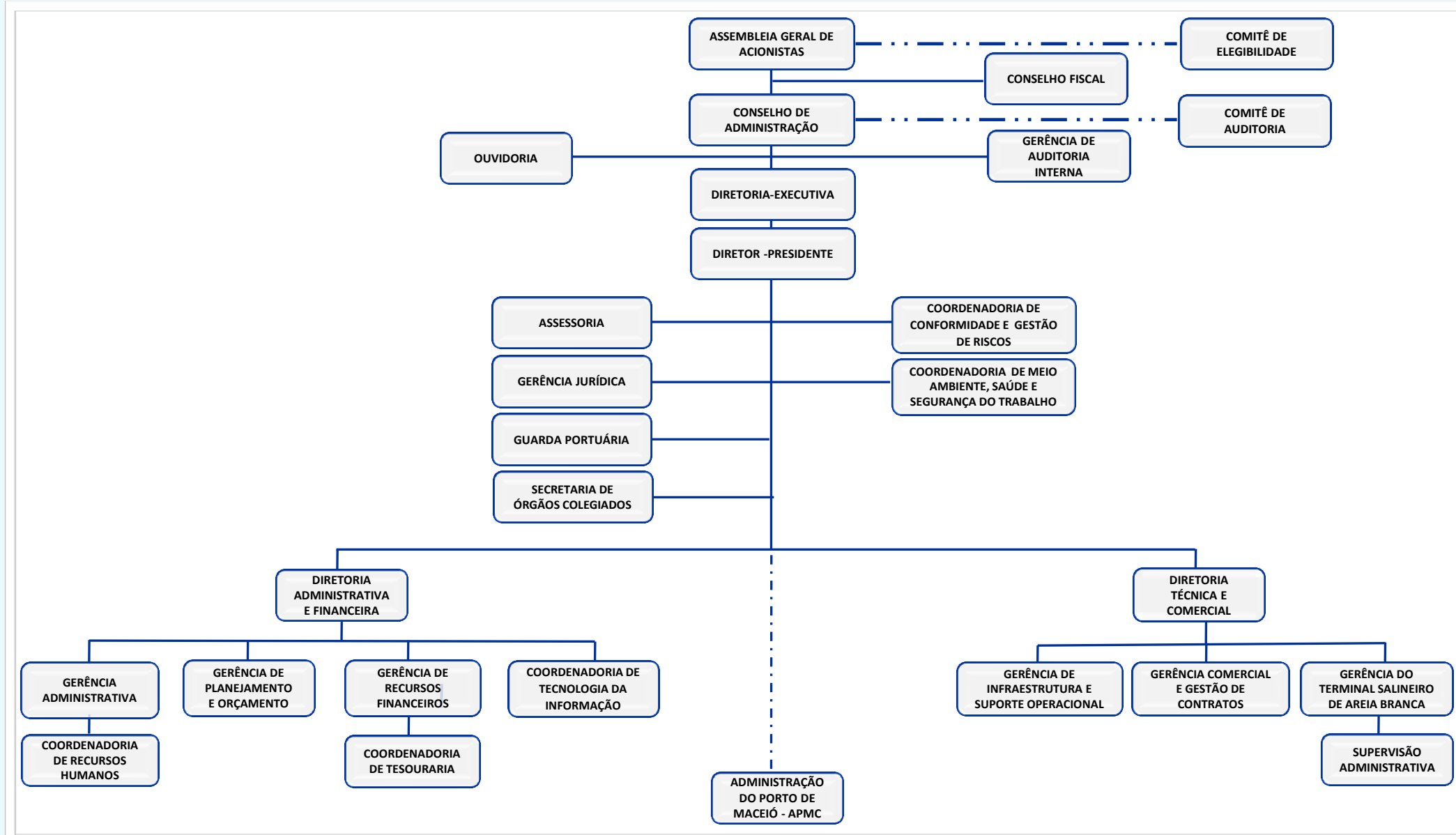


Figura 05. Estrutura organizacional da CODERN

FONTE: CODERN

1.2.1. SISTEMA DE GOVERNANÇA

A Figura 06 apresenta de maneira esquemática o modelo de governança da CODERN, que apoia as ações traçadas para o alcance dos objetivos estratégicos, definindo as principais instâncias internas e externas de governança

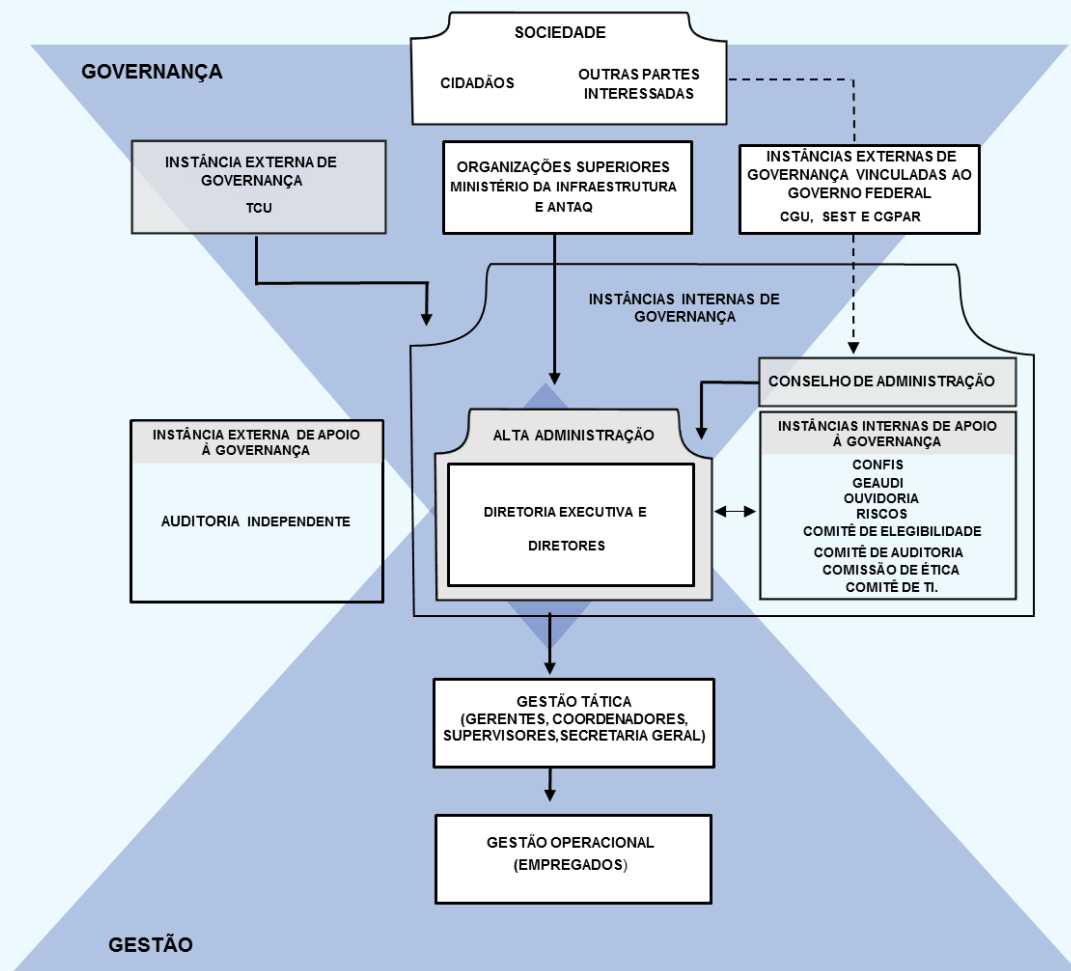


Figura 06. Sistema de Governança da CODERN

FONTE: Estatuto social/Regimento Interno/CODERN

i) DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Instâncias Internas de Governança

I. Conselho de Administração – órgão colegiado de funções deliberativas estratégicas, submetido às normas previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976, no Decreto nº 8.945/2016 e no disposto no Estatuto Social da CODERN. É composto por 06 (seis) membros.

II. Alta Administração

Diretoria-Executiva - órgão colegiado executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CODERN em conformidade com a orientação geral do Conselho de Administração, submetido às normas previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976, no Decreto nº 8.945/2016 e no disposto no Estatuto Social da CODERN. É composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico e Comercial.

Diretor-Presidente - autoridade máxima que, além das atribuições da Diretoria-Executiva, compete coordenar e controlar as atividades de gestão da Companhia e, em especial, das áreas jurídica, conformidade e gestão de riscos, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, guarda portuária, bem como dos portos que venham a ser, por delegação do Ministério Supervisor, porventura administrados e/ou controlados pela CODERN.

Diretor Administrativo e Financeiro - atua na gestão das áreas administrativa, recursos financeiros, planejamento e orçamento.

Diretor Técnico e Comercial - atua na gestão das áreas comercial, contratos, operação portuária do Porto de Natal, engenharia, manutenção e a gestão portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Instâncias Internas de Apoio à Governança

- **Conselho Fiscal** - Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, aplicando aos seus as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 - Lei das Sociedades Anônimas. É composto de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes;
- **Gerência da Auditoria Interna** - unidade interna, prevista estatutariamente, vinculada ao Conselho de Administração com competência para realizar auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial operacional e de engenharia, como também verificar o cumprimento das determinações dos órgãos de controle interno e externo e do Conselho Fiscal;

- **Ouvidoria** - unidade interna, prevista estatutariamente, vinculada ao Conselho de Administração com a competência para receber e examinar sugestões, reclamações e denúncias internas e externas visando melhorar o atendimento às demandas de empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;
- **Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos** - unidade interna, prevista estatutariamente, que compete coordenar e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, bem como verificar a aplicação adequada da segregação de funções para evitar a ocorrência de conflito de interesse e do cumprimento do Código de Conduta e Integridade;
- **Comitê de Auditoria** - órgão estatutário de suporte ao Conselho de Administração, exercendo funções de auditoria e de fiscalização das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente;
- **Comitê de Elegibilidade** - órgão estatutário para auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais (Portaria DP nº 245/2019); e
- **Comissão de Ética** - instituída para proceder a apuração de ato, fato ou conduta que seja considerada infringente ao Código de Ética e Integridade, no tocante à relação no trabalho, a atendimento a clientes, parceiros, fornecedores e concorrentes, decidindo sobre procedimentos disciplinares a serem aplicados. Analisa também demandas pertinentes à legislação sobre Conflito de Interesses. Código de Ética, Conduta e Integridade da CODERN (<http://codern.com.br/comissao-de-etica-2>) (Portaria DP nº 186/2019).

Instâncias Externas de Apoio à Governança

- **Comitê de Tecnologia da Informação** – possui caráter consultivo e deliberativo para as ações estratégicas de tecnologia da informação no âmbito da CODERN/Natal/Área Branca. Comitê instituído pela Portaria DP nº 182/2019, de 10/09/2019;
- **Comitê de Integridade** – visa desenvolver uma cultura organizacional baseada em elevados padrões de conduta, sintetizando uma série de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta, conforme preconiza o Decreto nº 9.203/2017. (Portaria DP nº 203/2019); e

- **Auditoria Externa** – serviço de auditoria para analisar e emitir de Relatório e Parecer de Auditoria das Demonstrações Contábeis da CODERN, trimestralmente, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 6.404/1976. Empresa contratada: Staff Auditoria & Assessoria EPP, CNPJ nº 07.791.963/0001-08, contrato nº 052/2019.

Instância Externa de Governança Independente

Tribunal de Contas da União – TCU – (www.tcu.gov.br)

Instâncias Externas de Governança Vinculada à Estrutura do Governo Federal

- **CGU/Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União** - É o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. (<http://www.cgu.gov.br/>);
- **SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais// Ministério da Economia** - Entre outras atribuições, manifesta-se sobre os pleitos das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados; e
- **CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União** - Prevista no Decreto nº 6.021, de 22/01/2007, tem a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6021.htm)

1.3. MODELO DE NEGÓCIOS

Conforme dispõe a Lei nº 12.815/13 – Lei dos Portos, entre outras atribuições, é de responsabilidade da Autoridade Portuária fiscalizar e zelar pela realização das operações portuárias, de forma regular e eficiente.

A operação portuária compete a um operador portuário pré-qualificado pela Autoridade Portuária, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Infraestrutura, através da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários/SNPTA/MINFRA.

A CODERN desempenha a função de Autoridade Portuária dos portos públicos de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió. Cabe a ela prover e manter infraestrutura marítima (canal navegável e sinalizado) e terrestre (cais, pátios e armazéns) para possibilitar e fiscalizar a operação portuária.

A operação portuária (embarque, manuseio e desembarque de produtos) é executada por operadores privados, os quais são também responsáveis pelo provimento da infraestrutura (empilhadeiras, guindastes, etc.) necessária às operações.

Os operadores utilizam força de trabalho, não vinculada à CODERN, cadastrada e qualificada no Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) para realizar suas operações.

Excepcionalmente, o Terminal Salineiro de Areia Branca, localizado em alto mar, é operacionalizado totalmente por quadro próprio de empregados, tendo a CODERN, assim, a função de autoridade e de operador portuário.

A infraestrutura disponível nos portos possibilita a oferta de serviços de linha de navios de cargas e de turismo pelos agentes de navegação. Para atender a demanda de cruzeiros, o Porto de Natal dispõe de um Terminal Marítimo de Passageiros.

A infraestrutura mantida pela CODERN e explorada pelos operadores privados e agentes de navegação ocorre mediante o pagamento de tarifas portuárias.

Os portos administrados pela CODERN se destacam principalmente na exportação de frutas e importação de trigo a granel, pelo Porto de Natal; escoamento de sal a granel, pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, cujo maior produtor brasileiro é o Rio Grande do Norte; e açúcar a granel, pelo Porto de Maceió.

Assim, os portos atuam como parte importante da logística de transporte para o desenvolvimento dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, garantindo movimentações com praticidade, eficiência e economia aos clientes exportadores e importadores e atuando em consonância com as autoridades intervenientes em sua operacionalidade e com seus parceiros.

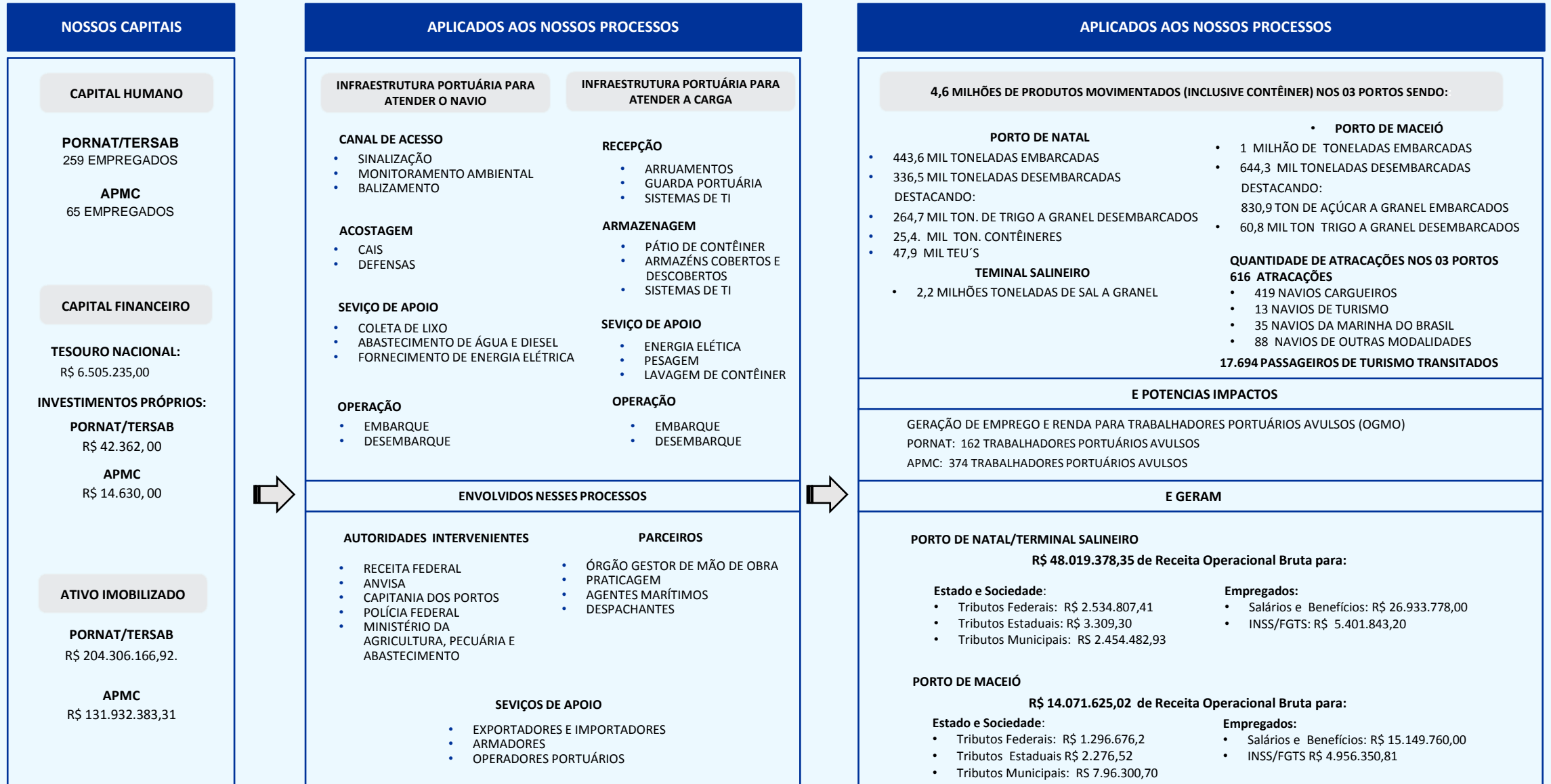


Figura 07. Modelo de Negócio
Fonte: CODERN

1.4. RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

A CODERN, no papel de Autoridade Portuária, mantém continuamente relacionamento com o Ministério Supervisor, os órgãos intervenientes e, principalmente, com os clientes e usuários para assegurar a operacionalidade dos seus portos - Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió-, exercendo, assim, o compromisso com sua a missão institucional. O Quadro 03 apresenta essa relação.

QUADRO 03. Relação com o Ambiente Externo e Clientes

Órgãos/Clientes	Forma de Atuação
Ministério da Infraestrutura (MINFRA)	Trata-se do Ministério ao qual a Companhia é vinculada, definindo as diretrizes para o setor portuário em atendimento às políticas públicas do Governo Federal para o transporte marítimo.
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)	Órgão regulador do setor portuário que estabelece as normas, inclusive tarifárias, às quais a Companhia está submetida.
Conselho da Administração Portuária – CAP	Órgão consultivo da Administração do Porto (Lei nº 12.815, Art. 20).
Órgãos Governamentais Intervenientes	Entidades públicas que atuam, no âmbito de suas competências legais, para que a operação portuária se realize dentro dos regramentos legais estabelecidos: Receita Federal, ANVISA, Polícia Federal, Ministério da Agricultura, Marinha do Brasil/ Capitania dos Portos.
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS	Composta por representantes dos órgãos intervenientes, da ANVISA e do Ministério da Agricultura, sendo coordenada pela CODERN, objetivando promover a integração das atividades desses órgãos nos portos.
Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos - CESPOTOS	Composta por representantes da Polícia Federal (coordenadora), da Capitania dos Portos do RN, da Receita Federal, da CODERN, da ANTAQ e do Governo do Estado do RN.
Operador Portuário	Pessoa Jurídica pré-qualificada para exercer atividades de movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do Porto organizado.
Agentes marítimos	Diversos agentes são responsáveis por todo processo logístico para que aconteça a operação portuária, principalmente, nos despachos aduaneiros das cargas movimentadas.
Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO	Entidade sem fins lucrativos que atua na regulamentação dos trabalhadores avulsos do setor portuário .
Agente de Navegação - Armador	Oferta serviço de linha regular de navios para o transporte de mercadorias. No porto de Natal, o principal envolvido é a empresa francesa CMA-CGM. No Terminal Salineiro de Areia Branca, atuam na forma afretada pelos salineiros.
Exportador	Donos das mercadoria que utilizam os portos para escoar seus produtos. Em Areia Branca, são os empresários da indústria salineira; em Natal; os fruticultores e, em Alagoas, os do setor sucroalcooleiro.
Importador	Em Natal, destaca-se o Moinho Potiguar com recebimento de trigo a granel e, em Maceió, fertilizantes. Em Areia Branca não há importação.
Fornecedores	Diversas empresas que atuam no abastecimento de materiais e serviços necessários à operacionalidade dos portos da CODERN.

FONTE: GEPLAN/CODERN

No contexto do comércio internacional, os portos administrados pela CODERN exercem sua função primordial de serem canais logísticos que contribuem para o fluxo da balança comercial brasileira, confirmando a posição estratégica deles no atendimento às políticas públicas do Governo Federal para o setor aquaviário e para o comércio exterior.

Ao se examinar o panorama político, econômico e social do ano de 2019, verifica-se que a economia mundial sofreu forte desaceleração decorrente do cenário de incerteza com redução de investimentos produtivos. Os principais fatores: crise comercial entre as duas maiores potências mundiais Estados Unidos e China; tensões geopolíticas no Oriente Médio, e a crise política na Itália. A crise na Argentina, embora não tenha afetado o comércio internacional em larga escala, refletiu negativamente nas exportações brasileiras por ser um importante parceiro comercial.

Quanto à conjuntura econômica interna, os indicadores apontaram para uma lenta recuperação econômica:

- Produto Interno Bruto - PIB foi de 1,1% no acumulado do ano;
- Taxa de inflação manteve-se praticamente estável, no acumulado do ano, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA apresentou variação de 4,31%;
- Taxa nominal de câmbio apresentou uma desvalorização de 5,8% ;
- Taxa de juros sucessivas reduções pelo Comitê de Política Monetária - COPOM chegando a 4,5%; e
- Taxa de desemprego elevada, encerrando o 4º trimestre com uma taxa de 10,6%.

Em 2019, a Balança Comercial brasileira registrou uma redução de 20,4% em relação à 2018, fechando o ano com um saldo de \$ 46,6 bilhões. As exportações lideradas por commodities agrícolas tiveram uma redução de 6,4%, somando US\$ 223,9 bilhões. As importações corresponderam à US\$ 177,3 bilhões, sofrendo uma redução de 2,01% comparativamente ao ano anterior.

No tocante à Região Nordeste, onde os portos da CODERN estão localizados, a produção industrial apresentou redução de -3,1% em relação à 2018. O saldo da balança comercial da região nordeste fechou o ano com um déficit de US\$ 3,6 bilhões.

No Rio Grande do Norte, as exportações somaram US\$ 393 milhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 167,8 milhões. O saldo da balança comercial registrou o melhor resultado desde 2015 com um superávit de US\$ 225,3 milhões. Este fato é atribuído pelo aumento de 64% do principal item de exportação: o melão, principal produto da pauta de exportações do Porto de Natal.

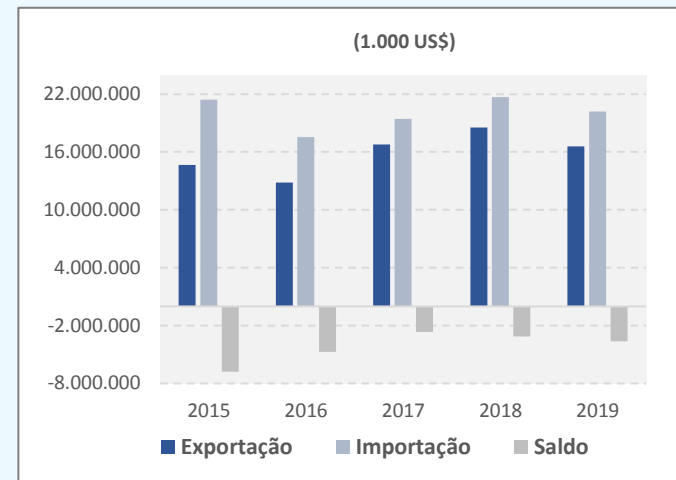


Gráfico 01. Balança Comercial do Nordeste
 FONTE: Dados MDIC, 2020. Elaboração GEPLAN/CODERN



Gráfico 02. Balança Comercial do Rio Grande do Norte
 FONTE: Dados MDIC, 2020. Elaboração GEPLAN/CODERN

Dentre as mercadorias desembarcadas no Porto de Natal destaca-se a atividade contínua de desembarque de trigo, destinado ao moinho localizado na própria área do Porto. Em 2019 foram desembarcados um total de 264,7 mil toneladas de trigo, provenientes principalmente da Argentina.

No Estado de Alagoas, um dos grandes produtores de açúcar do Brasil, o setor sucroenergético vem passando por um período de crise e o preço no mercado internacional atrapalhou o crescimento do setor, aliado à forte estiagem na região, prejudicando a irrigação do canavial.

Em 2019, as exportações do Estado tiveram um decréscimo de 36% em relação ao ano anterior totalizando US\$ 319,01 milhões. Em sentido oposto, houve um aumento das importações de 12,9%, chegando a US\$ 665,9 milhões. O resultado foi um déficit de US\$ 346,8 milhões na balança comercial, pior desempenho desde 2008.

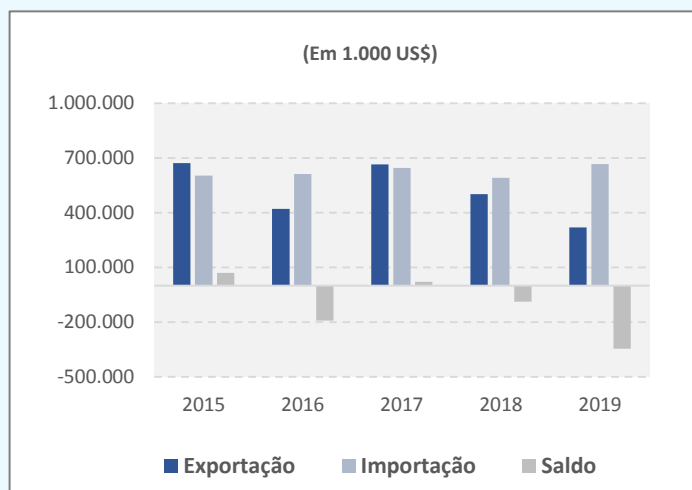


Gráfico 03. Balança Comercial de Alagoas

FONTE: Estatísticas GEPLAN/CODERN

1.6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Na qualidade de empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, a União passou a ser detentora de 100% do capital social, fato esse ocorrido em 2018, na Assembleia Geral Extraordinária, com a respectiva alteração no Estatuto Social.

A Tabela 01 apresenta a distribuição do Capital Social de R\$ 432.842.995,32, onde 54,3% corresponderam às ações ordinárias e 45,7% às ações preferenciais.

Tabela 01. Número de ações da Companhia

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	NÚMERO DE AÇÕES	EM R\$	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL
UNIÃO	ORDINÁRIAS	98.365.624.890	234.974.049,77	54,3%
	PREFERENCIAIS	82.832.561.687	197.868.945,55	45,7%
	TOTAL DE AÇÕES	181.198.186.577	432.842.995,32	100 %

FONTE: GEPLAN/CODERN

2.1. ESTRATÉGIA

A atual Diretoria-Executiva da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN assumiu a gestão entre fevereiro e abril do ano de 2019, encontrando o Planejamento Estratégico 2020 a 2024, aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Ata 653ª, de 30/05/2019.

O Planejamento Estratégico teve como base as diretrizes estratégicas do Governo Federal, explicitadas nos instrumentos de planejamento para o setor portuário nacional, através do Plano Plurianual 2016-2019; do Plano Nacional de Logística Portuária e dos Planos Mestres, assim como levou em consideração os direcionadores expostos nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamentos dos portos administrados pela CODERN, tudo norteado pela lei de modernização portuária (lei nº 12.815/2013).



Figura 08. Direcionadores Estratégicos do Governo Federal e PDZ
Fonte: GEPLAN/CODERN

Para cumprir sua missão institucional e tendo por base o Planejamento aprovado, a Diretoria-Executiva direcionou o foco estratégico na busca da recuperação financeira, dada a situação deficitária encontrada, e no resgate da imagem institucional da CODERN, diante de apreensões de drogas nas operações no Porto de Natal, no início do ano.

Definiu seus objetivos estratégicos, dando ênfase para:

- Ampliar a sustentabilidade;
- Otimizar gastos;
- Aumentar a receita operacional;
- Ampliar a movimentação de cargas e passageiros;
- Viabilizar projetos de infraestrutura (gestão orçamentária);
- Oferecer serviço de qualidade;
- Melhorar a gestão socioambiental;
- Garantir a segurança portuária;
- Melhorar a gestão dos processos internos;
- Melhorar a capacitação e o desenvolvimento das pessoas; e
- Possuir sistemas de tecnologia da informação integrados e eficientes.

Em paralelo, o Ministério Supervisor, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, ao longo do exercício, estabeleceu metas de gestão para a CODERN, focadas no planejamento, gestão e desenvolvimento do setor portuário, gestão patrimonial e sustentabilidade ambiental, ilustrada na Figura 09, assim como na Figura 10 está contemplado o Mapa Estratégico consolidando todas as intenções da CODERN.



Figura 09. Metas de gestão estabelecidas pelo SNPTA/MINFRA em 2019
Fonte: GEPLAN/CODERN

MISSÃO: Disponibilizar infraestrutura portuária eficaz que atenda à transição de cargas e passageiros com o modal marítimo e fazer cumprir o conjunto normativo nacional dentro dos portos organizados sob sua responsabilidade, a fim de, respectivamente, contribuir para o desenvolvimento sustentável, econômico, e social do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil e garantir um ambiente de igualdade de oportunidades aos seus clientes.

VISÃO: Tornar-se porto modelo em gestão portuária e eficiência de serviços, na Região Nordeste do Brasil.

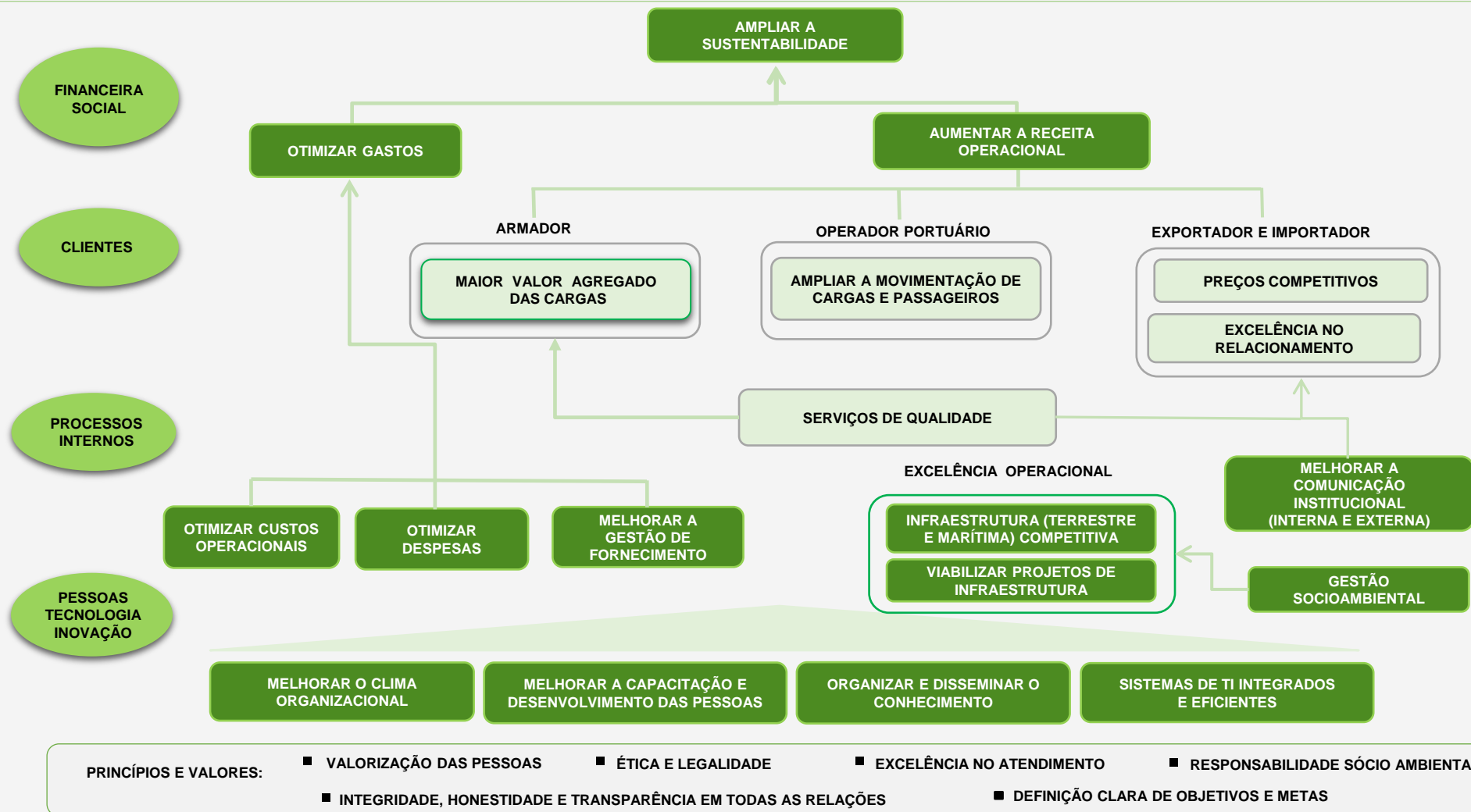


Figura 10. Mapa Estratégico da CODERN

FONTE: Planejamento Estratégico/CODERN

Ao perseguir os objetivos estratégicos e os desafios de gestão constatados, foram estabelecidas estratégias pela alta administração, asseguradas pela legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e legitimidade dos atos, dando ênfase para:

- Elaborar Plano de Saneamento Financeiro (reduzir custos e aperfeiçoar despesas);
- Elevar o nível de governança;
- Revisar o Plano de Negócios;
- Revisar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento;
- Assegurar recursos para investimentos;
- Manter controle mais efetivo da gestão orçamentária;
- Estabelecer e/ou melhorar os controles internos;
- Intensificar ações de comunicação social pela mídia impressa e digital;
- Elaborar e/ou atualizar Plano de Segurança Portuária;
- Readquirir ISPS CODE;
- Otimizar a gestão de compras e contratos;
- Viabilizar o Plano de manutenção da infraestrutura portuária;
- Dar continuidade às ações de regularização ambiental dos portos;
- Revisar os planos de TI;
- Reforçar a segurança da informação; e
- Capacitar e desenvolver pessoas .

Dentre esses objetivos, merece o destaque a atuação efetiva da direção da CODERN no desenvolvimento do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), a seguir especificado, que envolve também algumas das ações acima citadas.

2.1.2. ESTRATÉGIA DE SANEAMENTO FINANCEIRO DA EMPRESA

Em outubro de 2019, foram estabelecidas ações estratégicas com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, as quais se materializaram no Plano de Saneamento Financeiro – PSF. Um dos objetivos do Plano era fazer com que todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhadas com a recuperação financeira da empresa.

O PSF visa neutralizar as incertezas por meio de uma análise de resultados, coerentes e seguros, de todos os processos geradores de receitas e despesas importantes para o processo decisório.

Constitui uma ferramenta a qual permite estabelecer metas de desempenho para buscar e manter o equilíbrio orçamentário, e promover o crescimento financeiro e econômico da empresa, criando uma consciência situacional e de confiança em todos os níveis de gestão.

Outro fator relevante que foi considerado para a elaboração do PSF foi o atendimento às demandas dos controles internos e externos da administração pública federal, bem como a efetividade do sistema de governança da CODERN.

O PSF tem como premissa ser continuado e alimentado pelo ciclo do PDCA – PLAN/DO/CHECK/ACT (PLANEJAR, FAZER, CHECAR E AGIR), conforme ilustrado na Figura 11.

O plano foi formulado, inicialmente, com 51 indicadores, com o objetivo de avaliar mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Em constante aperfeiçoamento, o plano, em dezembro de 2019, já somava 68 indicadores.

Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Os Quadros 04 e 05 indicam as ações previstas no plano para elevar as receitas da CODERN e reduzir despesas respectivamente (Porto de Natal e Terminal Salineiro). Está prevista a implantação do Plano também para o Porto de Maceió em 2020.

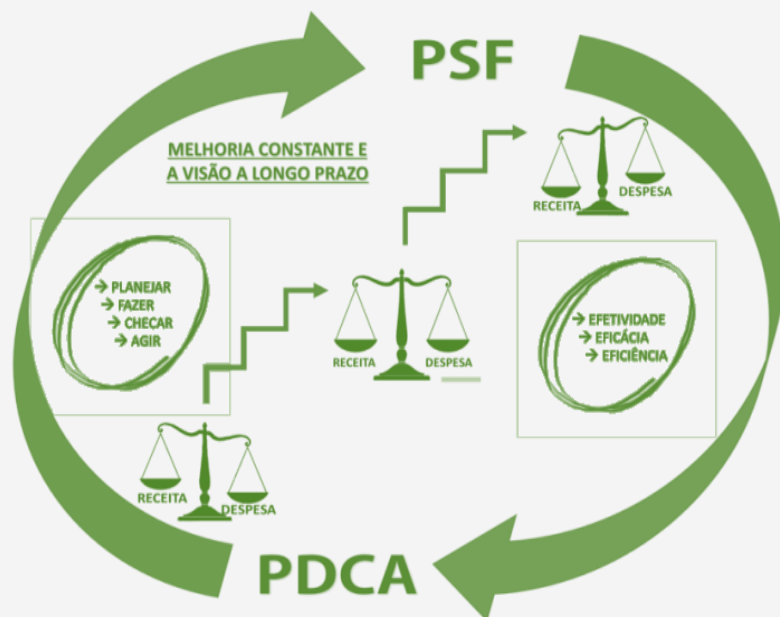


Figura 11. Estratégia do PSF baseado no ciclo PDCA

FONTE: PSF/GEPLAN/CODERN

Quadro 04 . Ações previstas no PSF para elevar o faturamento

Aumento das Receitas Operacionais e Não Operacionais:

- Maior eficácia no processo de cobrança ;
- Promover maior tempestividade no faturamento de receitas.;
- Maior controle e aferição nas plugagens;
- Reajustar os contratos de receitas patrimoniais à realidade de mercado;
- Promover um estudo de mercado visando avaliar a viabilidade econômica para se buscar novos clientes e/ou resgatar clientes antigos;
- Criar um canal de comunicação com os clientes para mensurar o índice de satisfação com relação aos serviços que oferecemos; e
- Considerar a possibilidade de uma ampliação da área primária, com a mudança de sede.

FONTE: PSF/GEPLAN/CODERN

Quadro 05 . Ações previstas no PSF para reduzir custos

Redução das Despesas Operacionais e Não Operacionais:

- Redução das despesas de pessoal envolvendo horas-extras, adicionais noturnos, adicionais de embarque e dobras de serviços, alinhando o pagamento desses adicionais com as atividades da movimentação portuária;
- Criar e implantar plano de controle para consumo de suprimentos e redução de despesas operacionais no TERSAB e no PORNAT;
- Elaborar e implantar um plano de ação para reduzir o consumo de água com a atividade portuária no PORNAT e no TERSAB;
- Verificar a possibilidade de uma proposta de redução do custo logístico no abastecimento de combustível no TERSAB;
- Elaborar um plano anual com as demandas de suprimentos e serviços, necessários à manutenção efetiva dos serviços portuários oferecidos pela empresa; e
- Promover maior celeridade e economicidade na execução orçamentária com a mudança de sede.

FONTE: PSF/GEPLAN/CODERN

2.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Vislumbrando atender as ações estratégicas, foram planejados os recursos e os gastos que compõem o Programa de Dispêndios Globais para o exercício de 2019, destacando os valores aprovados e realizados de forma consolidada para os 03 portos, apresentados na Tabela 02.

No capítulo 04 serão apresentados os resultados da gestão, onde constarão as alocações de recursos de forma detalhada para os Portos de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e o Porto de Maceió.

Tabela 02. Alocação de Recursos - Programa de Dispêndios Globais

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - 2019			
IITENS	APROVADOS	REALIZADO	ÍNDICE
1. RECURSOS	149.012.800	78.667.904	52,93%
1.1 Receitas Correntes	80.912.080	78.667.904	97,47%
Receita Operacional	63.282.467	62.162.065	98,23%
Receita não Operacional	17.629.613	16.705.839	94,76%
1.2 Receitas de Capital	68.100.720	0,00	0,00
Recursos para Aumento de Capital	68.100.720	0,00	0,00
2. DISPÊNDIOS	176.639.139	96.694.423	54,74%
2.1 Dispêndios Correntes	88.565.301	90.133.196	101,77%
Pessoal e Encargos Sociais	52.988.197	52.617.988	99,30%
Despesas com Dirigentes	1.562.023	1.079.153	69,09%
Comitês e Conselhos Estatutários	719.098	488.063	67,87%
Material e Produtos	4.095.453	4.298.818	104,97%
Serviços de Terceiros	12.083.350	11.875.915	98,28%
Tributos	8.095.035	9.907.949	122,40%
Despesas Financeiras	920.557	1.235.759	134,24
Outras Despesas Correntes	8.101.588	8.629.551	106,52
2.2 Dispêndios de Capital	88.073.838	6.561.227	7,45
Investimentos	88.073.838	6.561.227	7,45

2.3. APOIO DA GOVERNANÇA AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Ao longo do exercício, a Diretoria-Executiva contou com o apoio da Estrutura Interna de Governança, descrita no Capítulo I, para o cumprimento de seus objetivos estratégicos, especialmente em relação às decisões tomadas, à gestão de riscos e aos controles internos.

Os órgãos colegiados – CONSAD e CONFIS – tiveram e têm papel estatutário importante na avaliação e fiscalização das decisões adotadas pela Diretoria-Executiva, que visam tão somente alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos por atos de gestão continuada dentro dos princípios da legalidade, da economicidade, da eficiência, da eficácia e da legitimidade de atos, processos e procedimentos da CODERN.

O Conselho de Administração - CONSAD se reúne, mensalmente, para aprovação de assuntos de gestão elaborados pelos dirigentes e, previamente, aprovados, pela Diretoria Executiva, onde se pode destacar como principais:

- ❑ Orçamentos de investimentos e de custeio, mantendo o acompanhamento da execução;
- ❑ Acordos coletivos de trabalho;
- ❑ Metas de gestão para o trimestre;
- ❑ Alienação de bens;
- ❑ Acompanhamento da implantação da gestão de riscos e conformidades; e
- ❑ Acompanhamento sobre providências adotadas para regularizar diligências do TCU, da CGU; da Auditoria Independente e Auditoria Interna.

Importa destacar o acompanhamento efetivo, pelo CONSAD, das providências adotadas pela diretoria na busca de solução dos problemas apontados pelo Acórdão TCU nº 2008/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União. Esse Acórdão avaliou os aspectos financeiros, operacionais e de governança da CODERN, diante de um cenário de fragilidades e riscos detectados na auditoria realizada em 2018, quadro esse encontrado, pela Diretoria-Executiva, quando assumiu no início de 2019 e que vem atuando firmemente na sua reversão.

O CONSAD atuou ainda ativamente no cumprimento das determinações da Lei nº 13.303/2016, ao elevar o nível de governança da CODERN, tendo papel importante na aprovação das seguintes matérias:

- ❑ Carta Anual de Políticas Públicas e Governança;
- ❑ Política de Divulgação de Informações;
- ❑ Política de Distribuição de Dividendos;
- ❑ Política de Transações com Partes Relacionadas; e
- ❑ Regulamento Interno de Licitações, entre outros.

A ênfase dada a esse assunto, respaldada pelo choque de gestão adotado pela atual diretoria, possibilitou à CODERN alcançar a pontuação máxima Nível I do Indicador de Governança IG-SEST, que mede o índice de governança das estatais, estabelecido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST/ME.

Dando apoio internamente à Governança da Companhia, seja no papel de fiscalização das decisões, seja na orientação à melhoria da gestão, destaca-se, principalmente, a atuação das seguintes estruturas:

- ❑ Conselho Fiscal, por meio de reuniões mensais, registrando os fatos em 13 atas, envolvendo a fiscalização dos atos de gestão da diretoria por meio dos balancetes trimestrais; aprovação de aumento e redução do Capital Social e cumprimento de decisões do TCU e de pontos de auditorias interna e externa; e
- ❑ Comitê de Auditoria, implantado formalmente em novembro de 2018, atuou mensalmente, registrando 25 atas.

Destaca-se que todos as atas dos órgãos colegiados – DIREXE, CONSAD, CONFIS, COAUD – são publicadas no site da CODERN, dando transparência nas decisões adotadas.

A CODERN conta ainda com Auditoria Interna que funciona como a terceira linha de defesa no sistema de controle interno, avaliando, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhoria.

A Auditoria Interna atua ainda no acompanhamento dos atos de gestão da diretoria para observância e cumprimento das decisões do TCU, CGU e CGPAR, instituições de governança externa à CODERN.

Em 2019, além das atividades previstas, a Auditoria vem buscando avanços para a área que preza pela melhoria contínua de seus processos de trabalho:

- ❑ Cumprimento integral do Plano Anual de Auditoria (PAINT 2019);
- ❑ Ações para instituição do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da atividade de Auditoria Interna, aprovado pela Deliberação CONSAD nº 020/2019, com implantação prevista em 2020; e
- ❑ Ações para implantação de sistema informatizado de auditoria interna para monitoramento dos pontos de auditoria.

Importa referir, ainda, que todos os pontos das auditorias realizadas em 2019 possuem Plano de Ação, o que significa um fortalecimento para o exercício da atividade de Auditoria Interna na CODERN, cujo maior benefício de seu trabalho é a materialização das melhorias consignadas nos relatórios, as quais estão sendo paulatinamente implementadas pela atual gestão.

Para 2020, foram programadas 13 ações de auditorias a serem realizadas nas unidades sob jurisdição da CODERN.

- Auditoria - Compras e Licitações;
- Auditoria - Contratos - Serviços de Terceiros;
- Auditoria - Faturamento e Cobrança;
- Parecer - Fechamento de Contas;
- Auditoria - Folha de Pagamento - Cálculo da Folha;
- Auditoria - Gestão Ambiental;
- Auditoria - Orçamento de Investimento e Programa de Dispendios Globais;
- Auditoria - Manutenção da Infraestrutura;
- Auditoria - Previdência Complementar – PORTUS – CODERN;
- Auditoria - Contratos de Arrendamento;
- Auditoria - Folha de Pagamento - Pagamento de Horas Extras; e
- Auditoria - Previdência Complementar – PORTUS – APMC.

Tabela 03. Atuação da Auditoria Interna, 2017-2019

ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	2017	2018	2019
Auditorias Realizadas	22	18	10
Pontos Relevantes Levantados	139	121	64
Pontos Pendentes em 31/DEZ	105	112	46
Notas de Auditoria	09	03	03
Notas Técnicas	02	00	01

Fonte: GEAUDI/CODERN

Atuando, ainda, na melhoria do nível de governança e integridade, visando assegurar que os atos praticados pelos gestores e colaboradores sejam afastados de vícios e/ou irregularidades, a Presidência da CODERN intensificou a atuação das seguintes estruturas unidades internas:

- ❑ Comitê de Juízo de Admissibilidade; e
- ❑ Comissões internas específicas de sindicâncias investigativas e de processos disciplinares administrativos.

O Comitê de Juízo de Admissibilidade analisou 28 solicitações da Presidência da CODERN, das quais 10 resultaram em Sindicâncias Investigativas; 06 em Processos Administrativos Disciplinares; 03 em Termos Circunstanciados Administrativos; 04 em arquivamento e 05 ainda em tramitação. A Administração do Porto de Maceió registrou a realização de 02 Sindicâncias em 2019.

Destaca-se que, em 2019, foram registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD da Controladoria Geral da União 16 procedimentos administrativos, dentro os quais 02 configuraram em ilícitos administrativos.

Ressalta-se que, em razão da CODERN não possuir Corregedoria em sua estrutura organizacional, porém, se vincula à Controladoria Geral da União (CGU), a atuação do Juízo de Admissibilidade é uma das ferramentas mais importantes para o aperfeiçoamento da atividade correcional, uma vez que dele depende – em boa parte – a eficácia, a eficiência e a celeridade dos procedimentos disciplinares.

Por sua vez, das medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário, resultantes de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e/ ou Termos Circunstanciados Administrativos, 05 (cinco) causaram prejuízos ao Erário, que estão sendo restituídos à Companhia.

Registra-se, todavia, que não houve ocorrência de Processo Administrativo Disciplinar referindo-se à acumulação indevida de cargos.

Ouvidoria, responsável por receber e examinar as reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes aos serviços públicos prestados pelos portos da CODERN, bem como dos procedimentos e ações dos agentes públicos, quando identificados, registrou 91 atendimentos em 2019, cuja maioria foi para o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, representando 71%, conforme apresentado no Quadro 06.

Destaca-se que todas as demandas foram cumpridas dentro dos prazos estabelecidos pela legislação pertinente (Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011).

QUADRO 06. Atuação da Ouvidoria em 2019

REGISTROS REALIZADOS PELA OUVIDORIA		
TIPO DE DEMANDA	Nº DE REGISTROS	%
Comunicação	4	4,4
Denúncia	3	3,3
Elogio	3	3,3
Reclamação	4	4,4
Solicitação	11	12,09
Sugestão	1	1,10
Simplifique	0	0
SIC	65	71,43
Total Geral	91	100

FONTES: OUVIDORIA/CODERN

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Zelando pela relação institucional e pela transparência de sua atuação perante os clientes, usuários e, principalmente, sociedade e partes interessadas, a CODERN disponibiliza os seguintes canais de comunicação:

- <http://www.codern.com.br>
- <http://www.portodemaceio.com.br>
- Ouvidoria pelo Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) no link (<http://www.codern.com.br/ouvidoria/>);
- Lei de Acesso à Informação-LAI: (<http://www.codern.com.br/acesso-a-informacao/>);
- E-mail institucional (ouvidoria@codern.com.br);
- Telefone fixo (84) 4005-5339;
- Endereço (Envio de correspondência):
Ouvidoria da CODERN
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220,
Ribeira, Natal/RN – CEP 59010-700.
- Twitter: @CODERN
- Instagram: @companhiadocasdorn
- Facebook: @companhiadocasdorn
- Assessoria de Comunicação Social: (84).4005-5307



Figura 12. Resultados do Relacionamento da CODERN

Fonte: OUIDORIACODERN

TRANSPARÊNCIA

Divulgação no seu site corporativo (www.codern.com.br) das informações requeridas pela legislação, dentre as quais se destacam:

- Carta de Serviços ao Cidadão;
- Prestação de Contas (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Demonstrações contábeis trimestrais (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Balancetes mensais (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Serviços e infraestrutura ofertados;
- Preços praticados;
- Programação de navios;
- Licitações e contratos (publicado também no DOU e jornal de grande circulação local)
- Atas de órgãos colegiados e políticas de governança(<http://codern.com.br/institucional/governanca-corporativa/>);
- Remuneração dos empregados, dirigentes e conselheiros;
- Despesas com passagens e diárias; e
- Política de Divulgação de Informações Relevantes.

ACÓRDÃOS Nº 588/2018 e Nº 2.699/2018 – PLENÁRIO - TCU

Discorrendo ainda sobre ações de governança, destacamos no final deste Capítulo, as principais ações que evidenciam a devida atenção, pela alta administração da CODERN, aos pontos abordados nos Acórdãos nº 588/2018- Plenário e nº 2.699/2018-Plenário, ambos do Tribunal de Contas da União, nos quais recomendam medidas que possam elevar o nível de governança e gestão das organizações públicas federais. Sobre esse assunto, podemos apresentar a evolução da CODERN, realçando as principais ações adotadas:

- 1) Reformulação do Estatuto Social em atendimento à Lei nº 13.303/2016, elevando o nível de exigências para os ocupantes dos cargos de liderança na Companhia, ressaltando que todas as indicações dos ocupantes dos órgãos colegiados – DIREXE, CONSAD, CONFIS e Comitê de Auditoria - passam pela avaliação prévia do Comitê de Elegibilidade da CODERN (Portaria DP nº 245/2019).
- 2) Participação de todos os membros dos órgãos colegiados - Diretoria-Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal - em curso sobre em “Governança, Compliance, Controle Interno, e Gestão de Riscos nas Estatais: Da Alta Administração às Aquisições de Contratos, carga horária de 18 horas, para cada participante promovido pelo Grupo JML Eventos (CNPJ 07.777.721./0001-51).
- 3) Divulgação do currículo dos membros dos órgãos colegiados na home page da CODERN, bem como de suas decisões por meios da publicação mensal das atas.
- 4) Implantação de área específica para a gestão de riscos, sendo suas atividades, mensalmente, monitorada pelo CONSAD, por intermédio do Comitê de Auditoria, previsto estatutariamente.
- 5) Participação do gestor de riscos também no curso sobre em “Governança, Compliance, Controle Interno, e Gestão de Riscos nas Estatais: Da Alta Administração às Aquisições de Contratos” .
- 6) Capacitação do gestor de riscos em curso sobre o Sistema Público AGATHA, do Ministério da Economia, carga horária de 16 horas, embora o sistema ainda esteja em fase de implantação.
- 7) Aprovação da Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos, bem como do Regimento Interno da Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos.
- 8) Aprovação do Regulamento de Licitações e Contratos.

3.1. ATUAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

- ❑ Área implantada no final de 2018, tendo iniciado suas atividades, mais efetivamente, em 2019.
- ❑ Política de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos para nortear as atividades no âmbito da CODERN.
- ❑ Regimento Interno da Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos (COORCRI), aprovado pelo CONSAD, em julho/2019, regulando as atividades e atribuições a serem desenvolvidas nas unidades subordinadas.
- ❑ Em setembro de 2019, foram iniciadas as providências para contratação de empresa para realizar Estudo de Avaliação de Riscos (EAR) do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, com previsão de conclusão em março/2020, objetivando a Certificação Internacional, com base no Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias – ISPS CODE.
- ❑ Em fase de implantação o software público AGATHA, utilizado no Ministério da Economia, após realização de curso específico sobre o assunto em outubro/2019.
- ❑ A partir de outubro/2019, a CODERN, através da Gerência de Planejamento e Orçamento - GEPLAN, implantou o Plano de Saneamento Financeiro – PSF. A Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos - COORCRI, mensalmente, analisa e avalia os riscos do PSF, plano este que, em pouco tempo, já apresentou excelentes resultados conseguindo reverter, após quatro décadas, um resultado financeiro negativo mensal, alavancado pela atuação proativa da Direção e dos Gerentes e Coordenadores, aumentando o faturamento, em conformidade com a nova Norma de Faturamento, aprovada em setembro/2019.
- ❑ Participação efetiva, mensalmente, nas reuniões do Comitê de Auditoria.

3.2. DIFICULDADES ENCONTRADAS DA ÁREA

- ❑ A partir de março/2019, com a mudança na Direção da CODERN e em alguns cargos-chave, as decisões envolvendo a Governança desencadearam ações para a ocorrência de um “choque de gestão” .
- ❑ A demanda reprimida de ações de Governança de anos anteriores exigiu, e continua a exigir, o engajamento de todas as áreas com o acréscimo de atividades inovadoras para um quadro de empregados que não se alterou. Esta situação tenderá a ser aliviada, à medida que o entendimento da gestão de riscos for permeando a melhoria das atividades da Companhia.

3.3. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS QUE PODEM AFETAR O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- ❑ Existência de ações judiciais que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio.
- ❑ Inadimplência de clientes, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional.
- ❑ Não liberação dos recursos orçamentários de investimentos, previamente aprovados, comprometendo a capacidade operacional.
- ❑ Greves e paralisações de empregados e/ou de partes relacionadas com as atividades portuárias.
- ❑ Possibilidade de armadores transferirem cargas para portos concorrentes, provocando perda de receitas do Porto de Natal.
- ❑ Restrição à navegação ao Porto de Natal, em virtude da não retificação do canal de acesso ao Porto de Natal, acrescido da não dragagem desse canal e o aumento da bacia de manobra, em frente ao porto.
- ❑ Ausência de diversificação de cargas.

3.4. DEMANDAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

- ❑ Atuação efetiva e tempestiva da Gerência Jurídica, por meio do sistema de armazenamento de dados *Datajuri* (<http://www.datajuri.com.br>).
- ❑ Obtenção de bons resultados com redução do passivo trabalhista (GRÁFICO 04).
- ❑ Acompanhamento através de relatório mencionando os processos judiciais que são enviados ao setor financeiro para provisionamento, e dado ciência, trimestralmente, ao Conselho Fiscal e à auditoria independente.

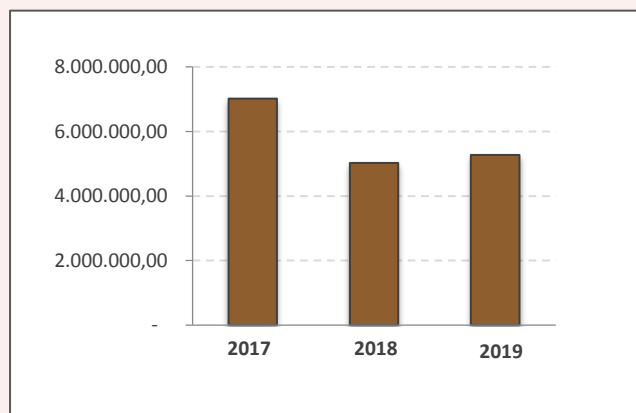


Gráfico 04. Passivo Trabalhista da CODERN
FONTE: GERJUR/CODERN

3.5. ATUAÇÃO DA ÁREA JURÍDICA , MITIGANDO RISCOS

- ❑ Suspensão das execuções fiscais federais pela decisão do Juiz da 6ª Vara Federal.
- ❑ Amplo trabalho jurídico visando à cisão entre os CNPJs da CODERN e APMC.
- ❑ Acompanhamentos e/ou defesas dos TAC, evitando aplicações de multas e execuções, em especial o TAC 296/2019-MPT.
- ❑ Aumento das ações de cobranças ajuizadas, com previsões de recuperações de crédito (totalizando R\$ 1.574,562,20).
- ❑ Conquista de prazo de prescrição judicial para as ações de cobrança decenal, embora ainda não transitado em julgado.
- ❑ Recuperação de créditos por meio de liberações de depósitos judiciais.
- ❑ Ação de indenização proposta contra o Consórcio construtor da ampliação do Terminal Salineiro, com liminar favorável à CODERN e negociação para o pagamento integral da dívida.
- ❑ Sentença judicial determinando a homologação de parcelamento tributário – PERT, mesmo sem ter cumprido todos os requisitos impostos pelo fisco;
- ❑ Participação no grupo de negociação do Acordo Coletivo e sua homologação de forma rápida junto à SEST, sendo a primeira Companhia Docas que assinou o acordo em esfera administrativa;
- ❑ Junto com a Diretoria, negociação administrativa com relação à dívida/déficit do PORTUS.
- ❑ Empenho na finalização dos procedimentos licitatórios e de compras, com aumento significativo de pareceres jurídicos (totalizando 291).
- ❑ Êxito em segunda instância em ação judicial que tentava anular Termo de Confissão de Dívida no montante de R\$ 1.038.925,12.0

Quadro 07. Principais oportunidades identificadas e que podem auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos

COORDENAÇÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS - COORCRI	
OPORTUNIDADES	AÇÕES
Perseguir o equilíbrio financeiro da CODERN	Controle eficiente dos gastos – PSF
Capacidade para novos negócios e investimentos no Porto de Natal	Buscar a diversificação de cargas para os portos da CODERN
Atração de novos clientes que ainda não atuam nos portos da CODERN	Fortalecimento da ação comercial
Grande potencial turístico da cidade de Natal.	Fomentar ações comerciais junto às companhias de navegação de cruzeiros sobre a disponibilidade de infraestrutura portuária e do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal
Know-how e liderança na exportação de sal	Assegurar a operacionalidade do Terminal Salineiro de Areia Branca, responsável pelo escoamento de sal a granel para abastecimento de matéria-prima às indústrias cloroquímicas brasileiras

FONTE: COORCRI//CODERN

Quadro 08. Ações realizadas pela Coordenação de Conformidade e Gestão de Riscos e propostas para 2020

COORDENAÇÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS - COORCRI	
REALIZADO EM 2019	PROPOSTA PARA 2020
<p>As atividades do ano de 2019 foram centradas no acompanhamento e preparo do Ambiente de Controle, baseado no monitoramento e atuação na elaboração e atualização de normativos. Dentre os principais normativos e ações executadas em 2019, destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Política de Gestão de Pessoas; <input type="checkbox"/> Política de Participação Societária; <input type="checkbox"/> Norma de Faturamento; <input type="checkbox"/> Norma de Encaminhamento dos Acordos Coletivos de Trabalho – ACT da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN; <input type="checkbox"/> Norma de Procedimentos Disciplinares da CODERN,; <input type="checkbox"/> Norma sobre Horário de Trabalho e Compensação de Horas; <input type="checkbox"/> Regimento Interno da Ouvidoria; <input type="checkbox"/> Revisão e atualização do Regimento Interno da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN; e <input type="checkbox"/> Instituição do Comitê de Elegibilidade Estatutário e atualização e nomeação da Comissão de Ética da CODERN e APMC. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Finalizar a instalação do software AGATHA, que dará maior dinâmica na Gestão de Riscos, principalmente nos riscos inerentes aos processos internos de cada setor da CODERN. <input type="checkbox"/> Deverá ser elaborado e aprovado normativo sobre a Gestão de Riscos, Matriz de Riscos e Apetite de Riscos. <input type="checkbox"/> Mapeamento dos riscos inerentes aos principais processos em execução na CODERN. <input type="checkbox"/> Conclusão do Estudo de Avaliação de Riscos (EAR) do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca. <input type="checkbox"/> Continuação e manutenção do preparo de normativos e demais providências para aprimoramento do “Ambiente de Controle”. <input type="checkbox"/> Elaboração de norma geral sobre os procedimentos para a elaboração de Instrumentos Normativos. <input type="checkbox"/> Treinamento sobre Gestão de Riscos para Gerentes e Coordenadores. <input type="checkbox"/> Elaborar Norma estabelecendo os procedimentos para identificação, análise e catalogação dos processos da Companhia e descrição dos procedimentos para cada um deles.

FONTE: COORCRI//CODERN

4.1. PRINCIPAIS RESULTADOS ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Foram definidas as seguintes diretrizes estratégicas para o exercício de 2019:

- Aumentar a Receita Operacional;
- Diversificar cargas;
- Viabilizar Projetos de Infraestrutura;
- Otimizar Gastos;
- Promover a Capacitação e o Desenvolvimento de Pessoas;
- Possuir Sistemas de Informação Integrados e Eficientes; e
- Ampliar Gestão Socioambiental.

Neste capítulo serão apresentadas os resultados do exercício, vinculados à missão institucional da CODERN, destacando os principais indicadores de desempenho, bem como os desafios enfrentados e superados pela nova gestão e perspectivas para o exercício de 2020.

4.1. 1. AUMENTAR A RECEITA OPERACIONAL: AMPLIAR A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Em 2019, a CODERN foi responsável pela movimentação de 4,6 milhões de toneladas de cargas, onde, desse total, 47,6% corresponderam ao embarque de sal, principal produto de exportação da Companhia, que tem a sua atividade desenvolvida no Terminal Salineiro e atende a demanda de produção de sal, dos municípios de Areia Branca, Galinhos, Grossos, Macau e Mossoró.

Comparativamente à 2018, houve redução em 6,03% na movimentação geral de cargas, provocada por quedas nas movimentações do Terminal Salineiro de Areia Branca e no Porto de Maceió, que serão justificadas mais adiante deste Capítulo. (Tabela 04)

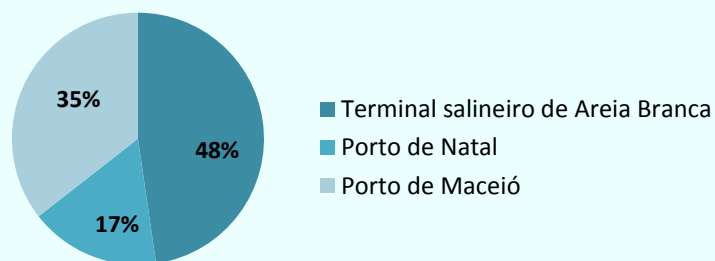


Gráfico 05. Distribuição da movimentação por Portos da CODERN em 2019

FONTE: CODERN

Tabela 04. Evolução na movimentação nos Portos da CODERN (em ton.)

PORTOS	2015	2016	2017	2018	2019	2018-2019 Δ%
Terminal salineiro de Areia Branca¹	1.951.776	2.073.904	1.990.003	2.438.037	2.221.899	-8,87%
Porto de Natal	570.500	715.127	805.910	753.770	780.217	3,51%
Porto de Maceió	2.431.760	1.971.848	1.974.055	1.765.433	1.656.446	-6,17%
Total	4.954.036	4.760.879	4.769.968	4.957.240	4.658.562	-6,03%

1- Terminal Salineiro Opera somente com embarque de cargas. Os desembarques de sal vindo das salinas, por meio de barcaças, consistem em operação de apoio portuário.

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /GEPLAN/CODERN

No Terminal Salineiro de Areia Branca foram embarcados 2,2 milhões de toneladas de sal a granel, como resultado de 61 atracções no ano de 2019. Do total embarcado, 35,9% (navegação por cabotagem) foram destinados ao mercado interno para atender às indústrias cloroquímicas do Sul e Sudeste, e 64,10%, para atender à demanda externa (navegação por longo curso), permanecendo os Estados Unidos como líder no destino das exportações de sal (utilizado no degelo).

Em comparação à 2018, houve queda nos embarques de sal de 8,87%, em consequência da redução da capacidade operacional do Terminal Salineiro pela indisponibilidade de um dos equipamentos - Descarregador de Barcaças (DB) - que representa 33% da capacidade do descarregamento de sal dessa atividade.

Tabela 05. Movimentação de cargas dos Portos da CODERN por tipo de navegação (em ton.)

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2018			2019		
	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAL	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAL
Terminal salineiro de Areia Branca	1.344.153	1.093.884	2.438.037	1.424.176	797.723	2.221.899
Porto de Natal	748.592	5.178	753.770	734.543	6.112	780.217
Porto de Maceió	1.229.300	536.133	1.765.433	1.167.830	488.616	1.656.446
Total	3.322.045	1.635.195	4.957.240	3.326.549	1.292.451	4.658.562

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA/GEPLAN/CODERN

No Porto de Natal, foram movimentadas, em 2019, 780,2 mil toneladas, onde 99,17% destinaram-se ao mercado internacional (exportação e importação), haja vista o porto não dispor de linha regular de navios de cabotagem, embora atenda as demandas de abastecimento à ilha de Fernando de Noronha, mantimentos em geral e combustíveis, com operação de pequenas embarcações.

Destaca-se que, do total transacionado no comércio exterior, 443,6 mil toneladas foram para exportações de produtos destinados à Europa, onde as frutas refrigeradas, principalmente, o melão, tem seu maior volume. Na importação, foram 336,5 mil toneladas, cujo maior volume coube ao desembarque de trigo a granel, oriundo dos EUA e da Argentina.

Durante o ano, ocorreram 5 atracções de navios de turismo no Porto de Natal, totalizando 2.275 passageiros e 1.640 tripulantes.

Em relação ao ano anterior, o porto cresceu 3,5%, onde registrou-se a diversificação da carga nos embarques de sal, além da movimentação de frutas e de trigo.

O porto de Maceió movimentou 1,6 milhões de toneladas de mercadorias em 2019. Comparativamente à 2018 houve uma redução de (-6,0%). Os fatores que levaram à redução das exportações foram: 1) a paralisação da extração de sal-gema (matéria-prima utilizada na fabricação de soda cáustica e policloreto de vinila -PVC), devido aos danos causados nas edificações. 2) Redução nas exportações de açúcar.

Ainda com a redução nas exportações, o açúcar a granel permaneceu como o principal item de exportação totalizando 830,9 mil toneladas. No mercado interno destacou-se a movimentação com carga de óleo diesel (31,4 mil toneladas) e de petróleo bruto (129,5 mil toneladas).

Outro fator responsável pela redução da movimentação foi a redução das importações de trigo. O total desembarcado somou 60,8 mil toneladas representando uma redução de 28,5% em relação à 2018.

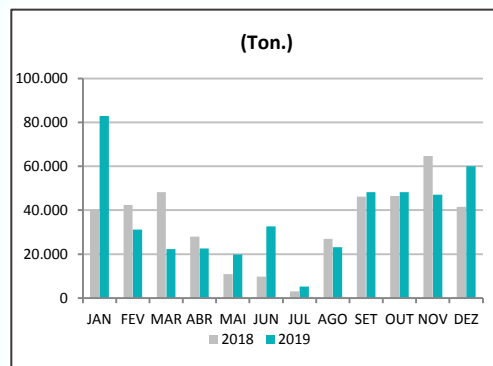


Gráfico 06. Quantidade embarcada - PORNAT
FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA//CODERN

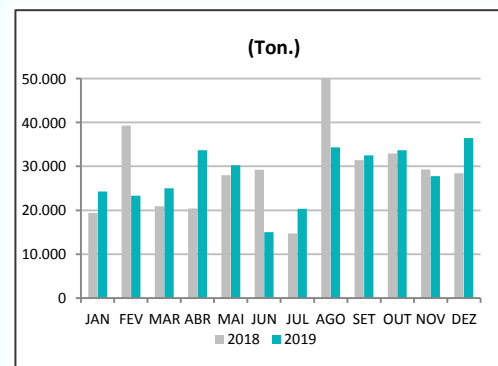


Gráfico 07. Quantidade desembarcada - PORNAT
FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA//CODERN

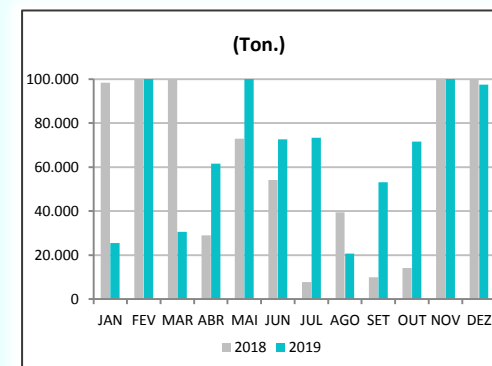


Gráfico 08. Quantidade embarcada - APMC
FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA//CODERN

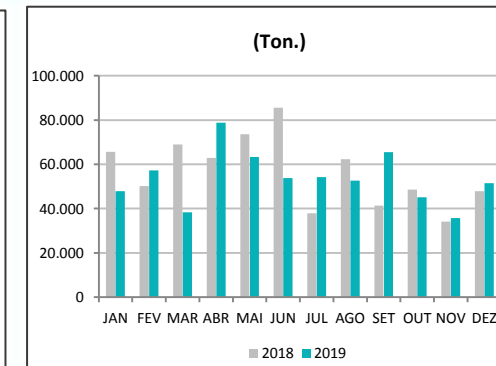


Gráfico 09. Quantidade desembarcada - APMC
FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA//CODERN

No tocante ao desempenho dos portos da CODERN, a movimentação de cargas atingiu 93,91% das metas operacionais estabelecidas. (Tabela 06). O Porto de Natal teve um índice superior ao planejado chegando a 111,4% . O Terminal Salineiro de Areia Branca e o porto de Maceió tiveram um índice de realização de 92,57% e 80,71% respectivamente.

No entanto, a Receita Operacional Líquida se elevou em 11,00%, resultante de faturamentos atrasados no Porto de Natal, que somaram R\$ 5,7 milhões, aumento de 28,1% em relação a 2018 (Tabela 07). No Terminal de Areia Branca o montante chegou a R\$ 41,1 milhões, acréscimos de 21%. Somente o Porto de Maceió registrou uma redução em torno de 3,8 milhões (-24,2%).

Tabela 06. Desempenho da movimentação de cargas nos Portos da CODERN

PORTOS	META	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO (%)
Terminal salineiro de Areia Branca	2.400.000	2.221.899	92,57
Porto de Natal	700.000	780.217	111,4
Porto de Maceió	2.052.187	1.656.446	80,71
Total	5.152.187	4.648.582	93,91

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA APMC//CODERN

Tabela 07. Evolução da Receita Operacional Líquida da CODERN

PORTOS	2018 (R\$)	2019 (R\$)	VARIAÇÃO % 2019/2018
Terminal salineiro de Areia Branca	32.342.757	41.176.616	21%
Porto de Natal	4.494.943	5.686.487	28%
Porto de Maceió	15.822.382	11.978.648	-24%
Total	52.685.427	58.912.653	11%

FONTE: GEOPER/APMC/CODERN.

Quadro 09. Ações Realizadas pela Gestão Comercial e Propostas para 2020.

GERÊNCIA COMERCIAL – GERCOM (PORNAT/TERSAB)		
LINHAS DE AÇÃO (RECEITAS OPERACIONAIS)	REALIZADO EM 2019	PROPOSTA PARA 2020
CONTÊINERES/LONGO CURSO	Serviço regular de navios contêineres na exportação e importação para o continente Europeu.	Aumentar em 5% a movimentação de contêineres no serviço regular de navios porta contêineres na exportação e importação para o continente Europeu. Realização de contatos diretos e reuniões com o empresariado local, visando um aumento tanto no número de navios (armadores) quanto no de operadores portuários.
CONTÊINERES/CABOTAGEM	–	Realizar estudo de viabilidade de inclusão de serviço regular de navios contêineres para Cabotagem.
SAL	Serviço de navios graneleiros de sal para cabotagem e longo curso.	Aumentar em 5% o quantitativo de sal movimentado no serviço de navios graneleiros para cabotagem e longo curso.
TRIGO	Serviço regular de navios graneleiros para importação de trigo.	Aumentar em 5% o quantitativo de trigo movimentado no serviço regular de navios graneleiros para importação de trigo.
AÇÚCAR	–	Realizar estudo de viabilidade (Projeto Piloto realizado) para o retorno do serviço de navio graneleiro de açúcar para cabotagem e longo curso.
PEQUENAS EMBARCAÇÕES	Serviço regular de embarcações de abastecimento de Fernando de Noronha.	Aumentar o número de embarcações de abastecimento de Fernando de Noronha.
ARRENDAMENTOS	Arrendamentos de Áreas do Porto de Natal.	Atualizar os valores dos arrendamentos de áreas do Porto de Natal por intermédio de um novo laudo de avaliação do m ² de área operacional. Promover a regularização do contrato de passagem do Portalino para o Moinho Dias Branco. O Porto de Maceió objetiva, por meio do Ministério da Infraestrutura, participar do Programa de Arrendamento de áreas portuárias.
CESSÃO DE USO	Contratos de cessão de uso oneroso de salas no Porto de Natal.	Realizar os certames licitatórios visando à atualização dos Contratos de Cessão de Uso Oneroso de salas no Porto de Natal.
TMP	Aluguel de área para eventos no Terminal Marítimo de Passageiros.	Atualizar os valores a serem cobrados no aluguel de área para eventos no Terminal Marítimo de Passageiros.
TURISMO	Serviço de Navios de Turismo.	Ampliar a movimentação de navios de turismo.

4.1.2. VIABILIZAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Em 2019, foram aprovados recursos orçamentários de investimentos na ordem de R\$ 88,1 milhões, provenientes do OGU. Desse total, foram apenas investidos R\$ 6,5 milhões, representando um índice de realização em 7,45%.

Ressaltamos que, no final do exercício, havia uma expectativa de liberação de recursos – Emenda Parlamentar –, no valor de R\$ 55 milhões, o que levou a CODERN a produzir vários processos licitatórios, chegando, inclusive a publicá-los no DOU em novembro, a fim de garantir a execução do orçamento para atender às demandas, principalmente, do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Pelo volume de projetos e de vitais importâncias para o Terminal, as licitações foram acontecendo com a condicionante da expectativa de créditos até a fase de homologação. Os processos licitatórios não prosseguiram em função da não liberação dos recursos, comprometendo, assim, os resultados esperados para os investimentos da CODERN. Vislumbramos a execução dos projetos em 2020.

Destacamos os principais investimentos que a CODERN realizou:

Terminal Salineiro de Areia Branca

- ❑ Aquisição de cabo elétrico de potência dos DBs;
- ❑ Aquisição de uma pá mecânica;
- ❑ Aquisição de um trator de esteira;
- ❑ Serviços de engenharia para reforma da área dos tanques de óleo diesel, retirada dos antigos e colocação de novos módulos de abastecimento; e
- ❑ Contratação de empresa para prestação de serviço de desmobilização de maquinários.

Porto de Natal

- ❑ Substituição e reposicionamento de defensas marítimas;
- ❑ Aquisição de lanternas sinalizadoras solares; e
- ❑ Aquisição de câmeras para o CFTV.

No Porto de Maceió, não houve investimentos com recursos da União.

Tabela 08. Orçamento de Investimento da CODERN

RECURSOS	2017	2018	2019
APROVADOS	31.598.760	35.264.381	88.073.838
REPASSADOS OGU	5.410.595	606.723	0
REALIZADOS	892.530	2.429.929	6.561.227

FONTE: GEPLAN/CODERN

Principais Projetos de Infraestrutura previstos para 2020

Terminal Salineiro

- ❑ Recuperação estrutural do cais de barcaças;
- ❑ obras de instalação de sistema de contenção para a cortina de estacas e de drenagem de água na área de estocagem;
- ❑ Recuperação da ponte transportadora e torre de transferência;
- ❑ Usina de dessalinização para o Terminal Salineiro de Areia Branca; e
- ❑ Revitalização do sistema de proteção catódica das estruturas metálicas submersas.

Porto de Natal

- ❑ Aquisição de scanner de contêineres;
- ❑ Continuidade da Sinalização náutica do canal de acesso;
- ❑ Obras do sistema de segurança contra incêndio; e instalar de câmeras de monitoramento; e
- ❑ Aquisição e manutenção de diversos sistemas de segurança a serem utilizados pela Guarda Portuária visando a obtenção plena da certificação do ISPS CODE.

4.1.3. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Ainda em 2019, a CODERN permaneceu aferindo seu desempenho pelos Indicadores que vinham sendo utilizados já em outros exercícios, e que apresentaremos neste item, embora, a partir de Outubro/2019, começou a trabalhar com o PSF e com a introdução de outros indicadores, que serão melhor avaliados no próximo exercício.

A Tabela 09 elenca os principais indicadores com seus respectivos valores médios de janeiro a dezembro, para os anos de 2018 e 2019.

Conforme destacado no item 4.1.1 deste Capítulo, houve redução da carga movimentada no tipo de navegação de longo curso, o que contribuiu para uma redução no indicador de carga movimentada. Vale destacar que, entre os meses de fevereiro a abril, o volume embarcado foi inferior comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Considerando que não houve crescimento na área do Porto Organizado no exercício de 2019, o aumento no indicador Receita por metro quadrado evidencia o crescimento significativo da Receita Operacional Líquida da Companhia, quando comparamos com o exercício de 2018, passando de R\$ 29,46/m² para R\$ 32,30./m².

Em sentido oposto, observa-se que, quando relacionamos os custos da Companhia com esta mesma área do Porto Organizado, encontramos como registrados os valores de R\$ 23,00, em 2018, e R\$ 22,30, em 2019, demonstrando que houve uma redução nos custos durante o exercício atual, quando comparamos com o ano anterior.

Na realidade, se não considerarmos somente os custos, mas também, as despesas da Companhia, observaremos um pequeno acréscimo no exercício de 2019, de 0,08%. Porém, aqui cabe destacar que esse acréscimo foi bem menor do que identificado em 2018, quando este mesmo indicador apresentou o número de 0,28% de crescimento, quando comparado com o seu ano imediatamente anterior.

O índice de realização orçamentário de investimentos foi aquém do esperado, apresentando-se em 7,45% em relação ao previsto. Tal fato ocorreu, principalmente, em razão da falta dos repasses do OGU, mesmo com todo o esforço de gestão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Tabela 09. Indicadores de Desempenho – PORNAT/TERSAB

INDICADORES (%)	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019
EVOLUÇÃO DA CARGA MOVIMENTADA	%	117,61	85,19
RECEITA POR M²	R\$/m ²	29,4	32,3
CUSTO POR M²	R\$/m ²	23,0	22,3
VARIAÇÃO DE GASTOS	%	0,28	0,08
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	%	7,29	7,45

FONTE: CODERN

4.2. RESULTADOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No Capítulo 02 foram apresentadas as informações da gestão orçamentária do PDG consolidado. Neste tópico serão apresentadas as análises das informações relativas ao Porto de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca separadamente do Porto de Maceió.

Em relação aos dispêndios correntes, houve compatibilidade entre os recursos aprovados e realizados. No entanto, algumas despesas superaram os valores aprovados como serviços de terceiros e tributos. (Tabela 10). A Tabela 11 apresenta o índice de realização do fluxo de caixa em 2019.

Tabela 10. Programa de Dispêndios Globais - PDG 2019 – PORNAT/TERSAB

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - 2019			
IITENS	APROVADOS	REALIZADO	ÍNDICE
1. RECURSOS	126.823.908	57.081.646	45,01
1.1 Receitas Correntes	58.723.188	57.081.646	97,20
Receita Operacional	48.740.373	48.019.378	98,52
Receita não Operacional	9.982.815	9.062.268	90,72
1.2 Receitas de Capital	68.100.720	0	0
Recursos para Aumento de Capital	68.100.720	0	0
2. DISPÊNDIOS	144.122.918	64.197.803	44,54
2.1 Dispêndios Correntes	57.237.080	57.651.206	100,72
Pessoal e Encargos Sociais	33.141.661	32.829.528	99,06
Despesas com Dirigentes	1.562.023	1.079.153	69,09
Comitês e Conselhos Estatutários	438.089	273.428	62,41
Material e Produtos	3.851.558	4.124.015	107,07
Serviços de Terceiros	5.289.102	3.574.385	67,58
Tributos	5.218.606	7.232.202	138,58
Despesas Financeiras	920.557	1.235.759	134,24
Outras Despesas Correntes	6.815.484	7.302.936	107,15
2.2 Dispêndios de Capital	86.885.838	6.546.597	7,53
Investimentos	86.885.838	6.546.597	7,53

FONTE: GEPLAN/CODERN

Tabela 11. Gestão financeira – Fluxo de Caixa 2019 – PORNAT/TERSAB

FLUXO DE CAIXA	
IITENS	REALIZADO
Saldo Anterior	18.529.219
Receitas Correntes	57.510.866
Outras Entradas	1.088.764
Total de Receitas	77.128.849
Dispêndios Correntes	52.931.227
Pessoal e Encargos Sociais	30.847.108
Material e Produtos	6.196.451
Serviços de Terceiros	7.703.061
Demais Dispêndios	8.184.607
Dispêndios de Capital	6.095.625
Outras Saídas	5.376.716
Total dos Dispêndios	64.403.568
Saldo	12.725.281

FONTE: GERFIN/CODERN

4.2.1. ÓBICES DO CENÁRIO ENCONTRADO PELA NOVA GESTÃO

No primeiro semestre de 2019, a CODERN apresentava um perfil de estagnação, acumulando déficits durante quase quatro décadas. Os processos internos e o sistema de informação mostravam-se ineficientes, além de outros entraves que causavam prejuízos à Companhia.

Com a mudança na direção da CODERN e no corpo gerencial de setores estratégicos da empresa, a Diretoria-Executiva promoveu um choque de gestão buscando garantir eficácia, eficiência e economicidade nos processos internos. Ao final de cada seção deste Capítulo serão abordadas as principais dificuldades encontradas por esta gestão e os desafios superados em 2019.

A gestão de planejamento e orçamento encontrava inúmeras dificuldades para garantir um controle eficiente no acompanhamento e na execução orçamentária. Contribuíram para isto os ataques cibernéticos sofridos pela empresa no final de 2018, e início de 2019, que causaram a perda de vários dados financeiros e orçamentários, impedindo que as informações do PDG se encontrassem atualizadas pelo regime de competência.

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP) adotado em 2014, através do Contrato nº 009-14, não atendia às demandas dos setores, gerando ineficiências no controle orçamentário. Inúmeras reuniões foram realizadas com a empresa contratada, juntamente com a Gerência de Recursos Financeiros, e a Auditoria Interna, para que houvesse um alinhamento entre as demandas destes setores e os módulos de operacionalização do SIGAP.

O Quadro 10 apresenta o cenário encontrado e as iniciativas realizadas para sanar os óbices em relação à gestão de planejamento e orçamento, sob novo direcionamento.

4.2.2. DESAFIOS SUPERADOS

Dentre as iniciativas, destaca-se o Plano de Saneamento Financeiro - PSF, cujos resultados encontram-se no final do item 4.2

Quadro 10. Ações implementadas pela área de Planejamento e Orçamento - PORNAT/TERSAB

GESTÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
<p>CONTROLE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</p>	<p>Falta de um controle integrado das informações orçamentárias com as financeiras, dificultando e prejudicando a execução orçamentária.</p>	<p>Integração da execução financeira com a orçamentária, visando um maior controle dessas atividades, subsidiando a tomada de decisões.</p> <p>Implantação de medidas que controlam, efetivamente, a execução do orçamento com o financeiro tempestivo propiciando o acompanhamento fidedigno pelos órgãos controladores.</p> <p>Implantação do controle da execução orçamentária alinhado ao setor de compras e licitações, o que gerou maior celeridade em relação aos processos e à avaliação da execução dos mesmos.</p> <p>Implantação de controles de economicidade nos processos de compras e licitações, o que tem proporcionado comprar mais com menos.</p>
<p>SISTEMA DE GESTÃO DAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS - SIGAP</p>	<p>Em 2014, foi implantado o Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária – SIGAP. No entanto, a atual diretoria constatou que ele não atendia às demandas de vários setores, em particular à gestão orçamentária e financeira, simultaneamente.</p>	<p>Em fase de finalização no SIGAP, está sendo elaborado um relatório, por centro de custos, que dará o montante do que se gasta para manter a atividade portuária em funcionamento, por cada área de produção. Com isso, cada setor saberá o seu orçamento para o ano, possibilitando um melhor planejamento para o atendimento das demandas.</p>
<p>ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	<p>Falta de acompanhamento e execução orçamentária ao longo de anos, comprometendo toda a infraestrutura portuária, tanto do Porto de Natal (PORNAT), como do Terminal Salineiro de Areia Branca (TERSAB). Como consequência, existem inúmeras demandas para manter a operacionalidade portuária nos dois portos.</p>	<p>Em novembro, foi apresentada à Secretaria Nacional Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA uma proposta de execução do orçamento de investimento da ordem de R\$ 68 milhões, visando atender às demandas do PORNAT e TERSAB, as quais proporcionarão melhores condições de trabalho aos colaboradores, além de fomentar um aumento substancial no faturamento da empresa.</p>
<p>RECEITAS/DESPESAS</p>	<p>O orçamento apresentava uma frustração de receitas, decorrentes de vários fatores, inclusive, em relação ao reduzido quadro de pessoal em setores estratégicos do fluxo do faturamento. Constatou-se ainda a existência de um ônus elevado em relação aos adicionais registrados na folha de pagamentos.</p>	<p>A área de planejamento elaborou o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), implantado em outubro, com definição de indicadores, que acompanham as principais atividades relacionadas com o aumento de receitas e a redução de despesas, visando criar condições para alcançar o equilíbrio financeiro e orçamentário e, em uma segunda fase do plano, proporcionar condições para o crescimento da atividade operacional e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho.</p>

FONTE: DAF/CODERN

Em relação à gestão de recursos financeiros¹, foram encontradas as seguintes dificuldades, e adotadas as respectivas providências:

Quadro 11. Ações implementadas pela gestão de Recursos Financeiros - PORNAT/TERSAB

GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
APROVAÇÃO DAS CONTAS	As Contas relativas ao exercício de 2017 foram reprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, embora tenham sido aprovadas pelo CONSAD e pelo CONFIS. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) também se manifestou contrária à aprovação, pois a maioria dos pontos se repetiram ao longo dos anos e, conseqüentemente, em vários Relatórios de Auditoria.	Dos 08 pontos citados no parecer da STN, que ensejaram na reprovação das contas, todos foram regularizados, melhor detalhado nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.
SOLVÊNCIA FINANCEIRA	A CODERN (Natal e Areia Branca) apresentou um déficit financeiro médio de R\$ 575.148,00 (Valores executados de acordo com o Programa de Dispêndios Globais - PDG 2019).	A previsão para 2020 é de um superávit em torno de R\$ 200.000,00 (PDG 2020).
FATURAMENTO	<p>Atrasos no faturamento: a Companhia possuía muitos processos pendentes de regularização para fins de faturamento. Tal problemática estava impactando diretamente no caixa da Companhia, principalmente, com a falta de reembolso de energia elétrica.</p> <p>Clientes inadimplentes: havia uma defasagem nas normas de faturamento, o que permitia que estes clientes se beneficiassem em até 30 dias sem que houvesse alteração na multa por inadimplência.</p>	<p>Houve recuperação de receitas, da ordem de R\$ 2.600.000,00, provenientes do faturamento de plugagens que estavam atrasados desde junho de 2018.</p> <p>Em outubro de 2019, passou a vigorar a Resolução 106, de 23 de setembro de 2019, tornando mais onerosa a cobrança de juros relativos à inadimplência. Este aprimoramento do processo de cobrança ocorreu tanto na esfera administrativa, como na esfera judicial.</p>
CONTROLES INTERNOS	Falta de integração das informações contábeis, orçamentárias e financeiras.	Encontra-se em andamento o processo de contratação de software para integrar os sistemas Contábil, Fiscal e Financeiro, dotando a área de controles internos eficazes, que serão sincronizados com o SIGAP.

FONTE: DAF/CODERN

Apresentação o desempenho orçamentário e financeiro do PDG 2019 referente ao Porto de Maceió na Tabela 12 e Tabela 13.

Tabela 12. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG EXERCÍCIO DE 2019 – APMC

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - 2019			
IITENS	APROVADOS	REALIZADO	ÍNDICE
1. RECURSOS	22.188.892	21.786.248	98,19
1.1 Receitas Correntes	22.188.892	21.786.248	98,19
Receita Operacional	14.542.094	14.142.687	97,25
Receita não Operacional	7.646.798	97.643.571	99,96
1.2 Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Recursos para Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00
2. DISPÊNDIOS	32.516.221	32.496.620	99,94
2.1 Dispêndios Correntes	31.328.221	32.481.990	103,68
Pessoal e Encargos Sociais	19.846.536	19.788.460	99,71
Despesas com Dirigentes	0,00	0,00	0,00
Comitês e Conselhos Estatutários	281.009	214.635	76,38
Material e Produtos	243.895	174.803	71,67
Serviços de Terceiros	6.794.248	8.301.530	122,18
Tributos	2.876.429	2.675.947	93,03
Despesas Financeiras	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.286.104	1.326.615	103,15
2.2 Dispêndios de Capital	1.188.000	14.630	1,23
Investimentos	1.188.000	14.630	1,23

FONTE: APMC/CODERN

Tabela 13. Gestão Financeira – Fluxo de caixa 2019 - APMC

FLUXO DE CAIXA	
IITENS	REALIZADO
Saldo Anterior	502.682
Receitas Correntes	14.081.745
Outras Entradas	8.722.772
Total de Receitas	23.307.199
Dispêndios Correntes	22.231.191
Pessoal e Encargos Sociais	9.574.051
Material e Produtos	586.823
Serviços de Terceiros	6.426.976
Demais Dispêndios	5.823.341
Dispêndios de Capital	0
Outras Saídas	0
Total dos Dispêndios	22.231.191
Saldo	1.076.008

FONTE: APMC/CODERN

Quadro 12. Ações implementadas junto ao Setor Financeiro – SEFTIN/APMC

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA APMC	CENÁRIO DE 2019	DESAFIOS SUPERADOS
CONTROLE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	<p>No acompanhamento do PDG, os dados eram extraídos de forma manual do Balanço Contábil. Com a implantação da nova estrutura do Plano de Contas do PDG, a partir de 2018, o sistema que integrava o balancete contábil com o PDG ficou desatualizado. Havia a necessidade de um sistema que buscasse os dados na contabilidade, como também no financeiro, gerando assim os valores das receitas, dos dispêndios correntes e de capital, além dos valores ingressados e dos desembolsados. Como isso não existia, tal situação prejudicava a compilação dos dados, de forma integrada, inclusive, que controlassem os comprometimentos orçamentários por dotação.</p>	<p>Integração financeira com a orçamentária, espelhando a execução e o acompanhamento por dotação.</p>
RECEITAS/DESPESAS	<p>As estimativas das receitas e fixação das despesas ocorrem em situações adversas. A coleta de informações junto aos exportadores/importadores são realizadas de forma precária, sem que haja nenhuma interação com esses parceiros.</p>	<p>Está em trâmite a implantação do Plano de Saneamento Financeiro específico para o Porto de Maceió. Neste, será possível visualizar os fatores que incrementam as receitas, a redução das despesas e o equilíbrio financeiro propriamente dito.</p>

FONTE: APMC/CODERN

4.2.3 RESULTADOS DO PSF

Considerada a maior estratégia perseguida pela Diretoria, conforme formulada no Capítulo 2 deste Relatório, o Plano de Saneamento Financeiro – PSF, implantado efetivamente em out/2019, após realizar uma série de levantamentos e enfrentando diversas dificuldades de atrasos das informações contábeis (em 2018, a CODERN sofreu ataque cibernético), passou a ser acompanhado, mensalmente, inclusive pelos órgãos Colegiados. Foi o caminho traçado para enfrentar o cenário financeiro extremamente deficitário encontrado, que, mesmo em pouco tempo de execução (outubro, novembro, dezembro), obteve significativos resultados.

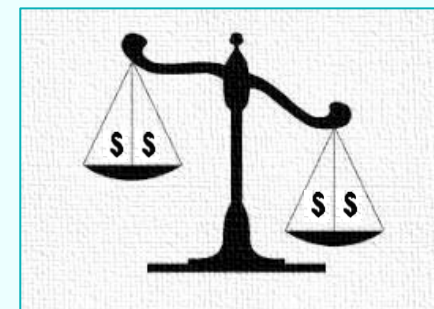
Principais Ações Implementadas que Contribuíram para o PSF:

- ❑ Controle mais efetivo na rotina de conferência da folha de pagamento.
- ❑ Atualização da Norma de Faturamento que se encontrava defasada, dificultando a cobrança de títulos vencidos e contribuindo para a inadimplência dos clientes.
- ❑ Adoção de controles de economicidade nos procedimentos de compras e licitações, dando maior efetividade ao processo de aquisição.
- ❑ Mudança na gestão do Terminal, assumindo, em julho/2019, um profissional com larga experiência em reparo e manutenção de meios *off-shore* e gestão administrativa. Dentre os óbices encontrados, constavam desconformidades em relação à legislação trabalhista gerando pagamentos inapropriados na folha de pagamento.
- ❑ Estabelecimento de controles internos no acompanhamento dos serviços oferecidos, deixando de postergar pendências no faturamento, que existiam desde de agosto de 2018. Como resultado, foi possível recuperar um faturamento na ordem de R\$ 4 milhões.



Resultado do PSF

- ❑ Redução nos custos operacionais (horas extras, adicionais, dobras de turnos).
- ❑ Acompanhamento mais efetivo da execução orçamentária e financeira.



Quadro 13. Indicadores e metas do PSF alinhados aos objetivos estratégicos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR PSF	META PARA OUT/NOV/DEZ/2019	RESULTADO ALCANÇADO
AMPLIAR A SUSTENTABILIDADE DA CODERN	Reduzir despesas de pessoal	Reduzir 15% no pagamento dos adicionais (hora extra, adicional noturno, adicional de embarque e dobras de turno), em relação aos meses de outubro/novembro/dezembro/2019, comparado ao mesmo período de 2018.	Houve redução de 75% nos valores pagos dos adicionais, destacando-se hora extra e adicional noturno.
	Cobrança de faturas vencidas	Aumentar em 10% a média de recebimento dos últimos 6 meses de R\$ 1,56 milhão.	Foram alcançados 98% da meta, pois se alcançou o recebimento de R\$ 1,53 milhão.
	Faturas recebidas no prazo	Receber 100% de todo valor faturado.	Em dezembro/2019, dos R\$ 6,6 milhões faturados, houve o recebimento de R\$ 4,6 milhões, cuja meta foi aceitável em 70%.
	Reduzir despesas operacionais	Reduzir 15% nas despesas de consumo de água.	Em dezembro/2019, houve uma redução de 25% em relação ao mesmo período de 2018, cujo dispêndio caiu de R\$ 10,9 mil para R\$ 8,2 mil.
MELHORAR A GESTÃO DO FORNECIMENTO	Tempestividade nos processos de compras	Reduzir a média do tempo de execução do processo de compras que leva 180 dias.	A execução passou a ser em média de 70 dias no final do exercício. E continua reduzindo.
MELHORIAS NOS CONTROLES INTERNOS	Almoxarifado	Atingir a conformidade entre o estoque físico e o financeiro controlado pelo sistema SIGAP.	Em dezembro já foi possível alcançar uma conformidade de 92%.

FONTE: DAF/CODERN

PRINCIPAIS RESULTADOS FINANCEIROS

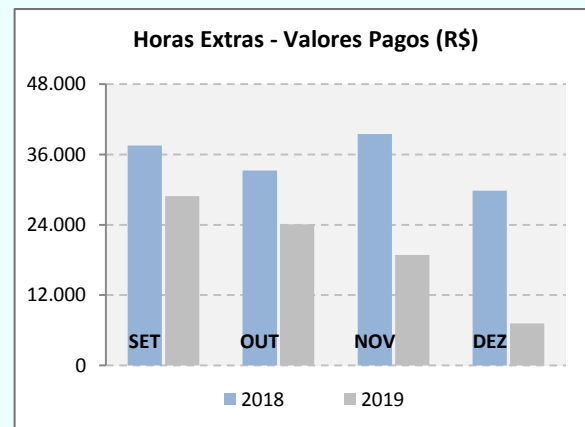


Gráfico 10 Redução de despesas – horas extras
FONTE: PSF/CODERN

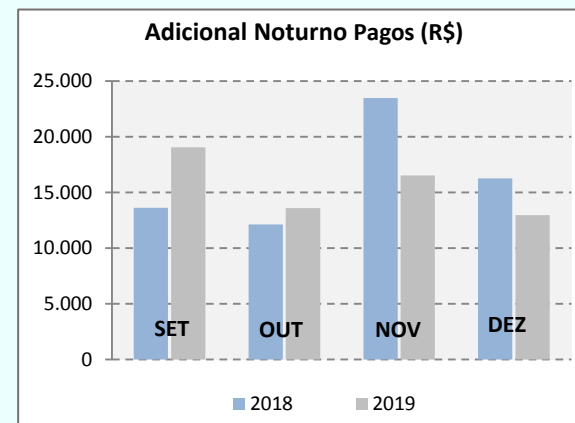


Gráfico 11 Redução de despesas – adicional noturno
FONTE: PSF/CODERN

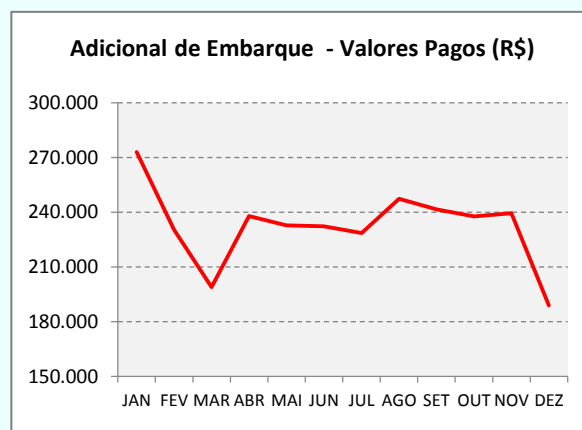


Gráfico 12 Redução de despesas – Adicional de Embarque
FONTE: PSF/CODERN

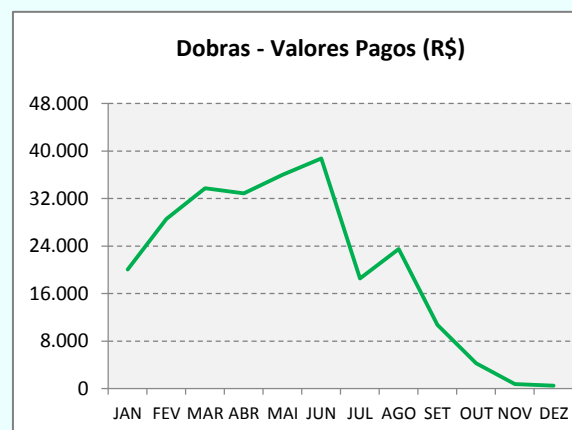


Gráfico 13 Redução de despesas – Dobras de Turnos
FONTE: PSF/CODERN

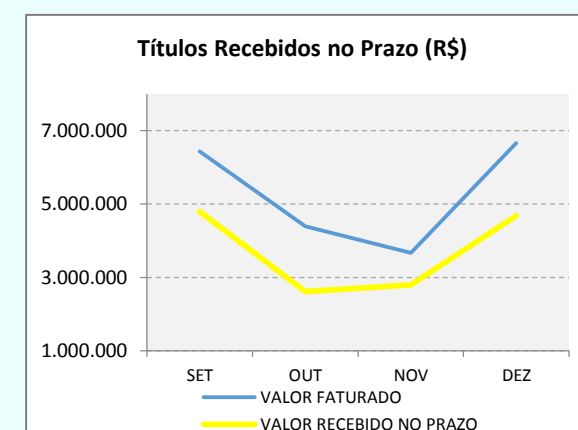


Gráfico 14 Evolução dos títulos recebidos no prazo
FONTE: PSF/CODERN

4.3. RESULTADOS DA GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

a) QUADRO DE PESSOAL

Em 2019, a CODERN contou com 324 empregados, sendo 299 efetivos, e 25 sem vínculo empregatício, ocupantes de cargos comissionados, para atender às demandas administrativas e operacionais dos portos de Natal, Areia Branca e Maceió.

Comparado ao exercício de 2018, houve um pequeno acréscimo de 1,87%, em razão de admissões em Natal, motivadas por concurso público, assunção de cargos de confiança e entrada de anistiados.

Contribuem também para força de trabalho da Companhia:

- Estagiários.
- Jovens Aprendizes
- Terceirizados (motorista, recepção, serviços de limpeza e vigilância)

Quadro 14. Evolução do Quadro de Pessoal Consolidado em 2019

DISTRIBUIÇÃO	2017	2018	2019
EFETIVO	286	301	299
SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	20	20	25
TOTAL	306	321	324

FONTE: GEADMI/APMC

Do total de 324 empregados, 259 estão em Natal e Areia Branca, onde 244 empregados são efetivos e 15 sem vínculo empregatício; e, no porto de Maceió, 65 pessoas, das quais 55 são efetivos e 10 sem vínculo.

Considerando os três portos, 38% do pessoal encontram-se na área administrativa (área meio) e 62% na área operacional (finalística).

Quadro 15 - Quantitativo de Pessoal em 2019

QUANTITATIVO DE PESSOAL	PORNAT/TERSAB	APMC
EFETIVOS	244	55
SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	15	10
TOTAL	259	65

FONTE: GEADMI/CODERN/APMC

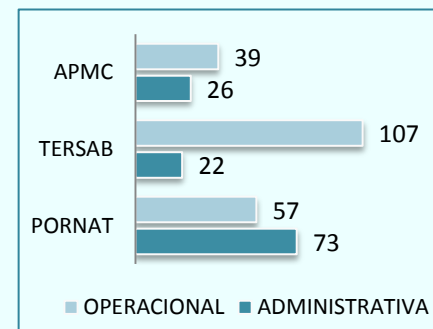


GRÁFICO 15. Quantitativo de pessoal da CODERN

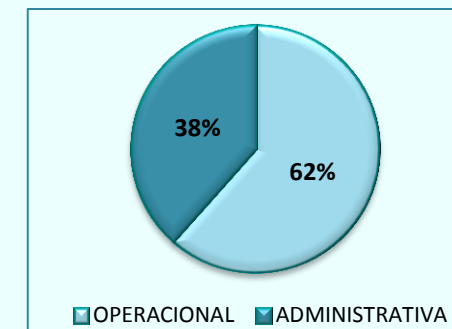


GRÁFICO 16. Distribuição de pessoal da CODERN

FONTE: GEADMI/CODERN/APMC

b) INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

- ❑ **ASSIDUIDADE:** Horas trabalhadas, expurgadas as faltas, incluindo-se atestados médicos, em relação às horas de trabalho previstas dos empregados lotados em Natal e de Areia Branca, inclusive, os ocupantes de cargos comissionados não efetivos.
- ❑ Fórmula de Cálculo e Medição - Número de horas trabalhadas dividido pelo número de horas previstas, multiplicado por 100 (cem).

ASSIDUIDADE		
2018	2019	VAR. (%)
97,89	98,77	0,9

A meta estabelecida consistia no atingimento de 98% de Assiduidade. A CODERN apresentou, uma variação positiva de 0,9% em comparação ao ano de 2018, resultante de acompanhamentos mais consistentes a partir da implantação da Norma de Compensação de Horários.

- ❑ **ACIDENTES DE TRABALHO:** Trabalhadores acidentados por total de empregados dos portos de Natal e Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados não efetivos.
- ❑ Fórmula de Cálculo e Medição - Número de trabalhadores acidentados dividido pelo número total de empregados, multiplicado por 100 (cem).

ACIDENTES DE TRABALHO		
2018	2019	VAR. (%)
0,39	1,15	194,87

A meta estabelecida de Zero Acidente de Trabalho não foi atingida, em razão da contabilização de 03 acidentes em 2019, no Terminal Salineiro de Areia Branca, um aumento expressivo de 194% em relação 2018, quando ocorreu apenas 01. Ressalta-se, no entanto, a constância de sensibilização das normas de saúde e segurança existentes no terminal, dada as particularidades de sua operação. Controles mais persistentes foram adotados para mitigar esses riscos na atividade laboral.

- ❑ **ACIDENTES DE TRABALHO FATAIS:** Número de óbitos por total de trabalhadores acidentados nos portos de Natal e Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados não efetivos.
- ❑ Fórmula de Cálculo e Medição - número de óbitos dividido pelo número total de empregados acidentados, multiplicado por 100 (cem).

ACIDENTES DE TRABALHO FATAIS		
2018	2019	VAR. (%)
0,0	0,0	0,0

A meta perseguida pela CODERN de Zero Acidente de Trabalho Fatal foi atingida, pois não existiu nenhum óbito por Acidente de Trabalho. Ressaltamos que a nossa Equipe de Saúde e Segurança do Trabalhador deu continuidade às ações como medidas preventivas de acidentes de trabalho, tais como: emissão de normas de procedimentos, requisição de treinamentos, fiscalização e cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho, e cobrança do uso de EPI pelos empregados

- ❑ **OTIMIZAÇÃO DE HORA-EXTRA:** Comparativo do dispêndio total de hora extra com o volume total da folha de pagamento.
- ❑ Fórmula de Cálculo e Medição - valor do dispêndio total com hora-extra dividido pelo valor total da folha de pagamento, multiplicado por 100 (cem).

OTIMIZAÇÃO DE HORA-EXTRA		
2018	2019	VAR. (%)
1,12	0,83	25,90%

A meta estabelecida era atingir um resultado inferior à de 2%, alcançando o resultado favorável (0,8%) e, principalmente, houve uma redução de 25,9% em comparação ao percentual do ano passado. Tal resultado é reflexo da nova postura de gestão, que revisou normas e realizou os ajustes necessários no ACT, como por exemplo nas escala de serviço, reduzindo bastante as horas extraordinárias do porto. Cabe ressaltar que, essas ações não implicaram na descontinuidade das atividades portuárias.

- ❑ **CAPACITAÇÃO:** Acompanhamento da carga horária de capacitação/treinamento oferecido anualmente aos empregados efetivos da CODERN/Natal/Areia Branca.
- ❑ Fórmula de Cálculo e Medição - somatório do número de horas total de capacitação/treinamento anual dividido pelo somatório do número total de empregados efetivos (anual) ,multiplicado por 12.

CAPACITAÇÃO		
2018	2019	VAR. (%)
9,06	3,84	-57,62%

Em 2019, a meta estabelecida era de 8 (oito) horas de capacitação/treinamento por empregado efetivo, cujo resultado não foi alcançado em virtude de restrições financeiras, cancelamento dos cursos gratuitos oferecidos pela FEMAR, e da readequação do Programa de Desenvolvimento de Pessoas. Tal readequação teve como premissas:

- ❑ uma gestão orientada para resultados;
- ❑ primazia pela redução de custos;
- ❑ desburocratização para reduzir o tempo na execução de processos; e
- ❑ aprimoramento dos controles internos, padronizando e definindo responsáveis. Tais melhorias irão refletir nos resultados do próximo relatório de gestão.

ÓBICES DO CENÁRIO ENCONTRADO PELA NOVA GESTÃO

A área responsável pela gestão administrativa atua de forma, cumulativa, com as atividades de gestão de pessoas, gestão compras diretas, gestão do almoxarifado da sede, gestão documental, patrimonial e de serviços gerais da Companhia.

O Quadro 16 evidencia o cenário encontrado pela área administrativa, e os desafios superados.

DESAFIOS SUPERADOS

Em 2019, após várias rodadas de negociações, onde foram evidenciadas a situação financeira extremamente deficitária e, de forma harmoniosa, evitando o dissídio coletivo, a CODERN firmou o Acordo Coletivo de Trabalho – ACT dos empregados dos Portos de Natal e de Areia Branca, retirando distorções trabalhistas, mas assegurando a manutenção dos benefícios sociais conquistados; reajustando a tabela salarial (ticket refeição, auxílio educação); ampliando a possibilidade do uso do Auxílio Educação para os cursos da área de atuação da CODERN (antes era só da atuação do empregado), e pagando 100% do valor (era 50%), mesmo para cursos EAD.

- Recolhimento do FGTS em dia, fechando o exercício sem atrasos.
- Renovação contratual do Plano de Saúde por mais 12 meses, para não sofrer descontinuidade em face do processo licitatório ter sido deserto para novo contrato.
- Atualização do Perfil Pessoal da Estatal (PPE) Sistema SIEST/ME, bastante desfasado.
- Organização de ação de conscientização do Outubro Rosa na prevenção do câncer de mama e Celebração do dia das mães e do dia dos pais.
- Organização da confraternização de Natal com baixo custo.

Quadro 16 . Ações implementadas pela área administrativa

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
SISTEMAS DE GESTÃO	Sistemas de gestão de pessoas (cadastro e folha de pagamento) desatualizados, apresentando “bugs” recorrentes e provocando erros, além de não atenderem aos órgãos fiscalizadores, sendo necessária a inserção de dados de forma manual para que as exigências fossem atendidas.	Implantação de Sistema de Gestão de Pessoas - contratação de software para executar a folha de pagamento, integrada ao ponto eletrônico, e ao sistema contábil.
CONTROLES INTERNOS	Os controles internos da área eram realizados de forma manual e em planilhas diversas, fragilizando a segurança da informação quanto á possibilidade de erros, bem como, à perda de informações.	Efetivação da assinatura digital dos documentos, e transformação do Protocolo manual em digital, agilizando o trâmite dos processos e economizando papel.
NORMAS E PROCEDIMENTOS	Procedimentos ineficientes, ausência de padronização.	Elaboração de manuais e normas de procedimentos, padronizando e garantindo a otimização de processos, e maior agilidade no desenvolvimento das atividades.

FONTES: DAF/CODERN

PERSPECTIVAS PARA 2020 – CODERN/NATAL/AREIA BRANCA

- ❑ Implantação de Sistema Integrado de Gestão que irá atuar em toda gestão de pessoas, de forma integrada com a área financeira (contas a pagar e a receber), faturamento, contábil e fiscal e de toda gestão patrimonial da CODERN;
- ❑ Redimensionamento do Quadro de Pessoal a partir da revisão e/ou readequação dos processos estratégicos da Companhia diante das diretrizes de melhoria do nível de governança, gestão de riscos e de controles internos à luz do novo marco regulatório das estatais;
- ❑ Elaboração de manuais e normas de procedimentos, padronizando e garantindo a otimização de processos, e maior agilidade no desenvolvimento das atividades de cada setor;
- ❑ Conclusão total de revisão e/ou readequação de algumas normas, tais como: ponto, férias, licença remunerada, promoção; e
- ❑ Conclusão da implantação e/ou aprimorar ferramentas de gestão de pessoas, tais como avaliação de desempenho, pesquisa de clima organizacional, e gestão do capital intelectual.

4.4. RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL

i) PATRIMÔNIO

A gestão patrimonial da CODERN/Natal/Areia Branca se encontrava muito ineficiente nos controles internos, sendo uma constância em pontos levantados em relatórios de auditorias interna e externa e em relatório do TCU, de 2014. Apresentamos os principais itens identificados no Quadro 17.

Quadro 17. Situação encontrada no Patrimônio

CENÁRIO ENCONTRADO
Inexistência de controle patrimonial que possibilitasse respaldar os saldos no ativo imobilizado;
Ausência de relatórios atualizados para que se avaliasse a posição financeira dos bens;
Ausência de inventário patrimonial;
O “inventário”, traduzido em apenas uma contagem, era realizado distante da data-base e não eram realizados os ajustes (exclusão de entradas e inclusão de saídas) entre data da contagem e data-base;
Sistema de controle obsoleto. Apenas o responsável possuía acesso. A comissão dependia de relatório emitido pela TI para realização da contagem; e
Vários itens do imobilizado da empresa não foram localizados de acordo com o tombamento e localização do controle patrimonial.

FONTE: DAF/CODERN

Atuação firme nas seguintes ações, em 2019:

- ❑ Consolidação do inventário do patrimônio Natal (Sede) e Areia Branca (TERSAB e GERTAB) realizado pelas comissões de inventário físico dos bens permanentes do acervo patrimonial;
- ❑ Realização de ajustes (inclusões, exclusões e transferências) no sistema de patrimônio, com base nas falhas apontadas no relatório trimestral por setor, incluindo, também, possíveis tombamentos;
- ❑ Renovação dos termos de responsabilidade sobre os bens patrimoniais de cada setor: foram emitidas 02 vias do termo com a respectiva assinatura dos responsáveis;
- ❑ Aquisição de plaquetas para novos tombamentos (neste primeiro momento foi feita opção por novas plaquetas numéricas, deixando mais ágil e menos oneroso financeiramente o processo de tombamento);
- ❑ Revisão dos procedimentos do setor, buscando uma melhor organização, sobretudo, em relação à transferência de material entre setores;
- ❑ Foram gerados 02 (dois) novos registros patrimoniais, os quais estavam pendentes de regularização há anos, junto à Superintendência do Patrimônio da União (SPU/RN):
 - Porto de Areia Branca / Sede CODERN / Areia Branca: RIP 1621 00047.500-5 (Área total: 36.174,23m² - unificação de 06 RIP's já existentes);
 - Porto Ilha: RIP 1621 00045.500-4 (Área total: 28.902,22 m²); e
- ❑ Contratação do Sistema Integrado de Gestão de gerenciamento e controles das atividades patrimoniais, da área financeira (contas a pagar e a receber), faturamento, contábil e fiscal e de toda gestão de pessoal da CODERN.

Quadro 18. Situação encontrada no Almoarifado

CENÁRIO ENCONTRADO
Entradas de mercadoria que não passavam pelo almoarifado e eram alocadas diretamente aos setores que solicitaram o item;
Inexistência de diversos itens no almoarifado. Uma parte já havia sido destinada ao consumo;
Impossibilidade de se determinar os ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados;
Itens inservíveis sem expectativa de uso, ocupando espaço físico desnecessário;
Ausência de controle em relação a transferência entre os almoarifados;
Diferenças entre o relatório físico financeiro e a quantidade real de itens em estoque;
Problemas em relação a confiabilidade do sistema SIGAP; e
Falta de relatórios confiáveis para análise dos demais setores.

FORTE: DAF/CODERN

A fim de superar estes os óbices , foram realizadas as seguintes ações:

- ❑ Contratação de empresa para consolidar o inventário dos almoarifados de Natal (Sede e Porto) e Areia Branca (TERSAB e GERTAB) – realizar o levantamento de todo o material existente na Companhia (em estoque e em uso);
- ❑ Atualização do catálogo de itens, com base nas informações contidas nos relatórios apresentados pelas comissões;
- ❑ Conclusão de ajustes conciliando o estoque virtual com o físico do Almoarifado em Natal.

iii) GESTÃO DOCUMENTAL - SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVAMENTO

O setor, basicamente, era um local de recebimento e registro de documentos externos, os quais eram para tramitar fisicamente entre os setores, mesmo com a possibilidade da digitalização dos documentos, que daria maior segurança.

O acervo encontrava-se em situação de difícil administração devido à ausência de espaço e às condições de higiene do local.

Quadro 19. Situação encontrada no Setor de Protocolo e Arquivamento

CENÁRIO ENCONTRADO
O setor de Protocolo não executava atividades relativas à pesquisa, coleta, recebimento, análise, catalogação e recuperação do acervo documental, ou de manutenção da biblioteca da Companhia (inexistente);
Ausência de rotinas de trabalho no processo de organizar e manter os arquivos de publicações da CODERN ou de assuntos associados ao sistema portuário, sendo estas atividades realizadas pelo pessoal da Diretoria da Presidência;
Ausência por parte do setor de iniciativas no sentido de garantir a organização e manutenção dos arquivos, conforme o Regimento Interno.

FORTE: DAF/CODERN

Registra-se a mudança decisiva do Protocolo manual para o Digital, dando maior confiabilidade, controle e celeridade na tramitação da documentação, incluindo o gestão do Terminal Salineiro de Areia Branca. Tal fato otimizou o uso do sistema SIGAP, que passou a operacionalizar de forma efetiva, como se pode acompanhar pelos dados extraídos pelo próprio sistema, o qual aponta a seguinte estatística:

- ❑ Registro de 5.262 solicitações no segundo trimestre 2019, comparado à 3.229 ocorridas no primeiro trimestre/2019, um aumento de quase 40%.

iv) SETOR DE SERVIÇOS GERAIS

Os serviços de limpeza e copa são terceirizados, realinhando-os às necessidades da Companhia. Acrescentamos mais um terceirizado para realização de pequenos reparos prediais, apoiado por empregado de Areia Branca. Dentre as oportunidades de melhorias, vislumbra-se a elaboração de um plano, por parte da empresa terceirizada, de manutenção e limpeza de todos as instalações do porto; e a solicitação de que estes terceirizados passem por treinamentos de integração, reciclagem, segurança e reuniões regulares, no sentido de alinhar os trabalhos e atividades.

4.5. RESULTADOS DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Gestão de Licitações e Contratos é regida pelos seguintes normativos e dispositivos legais:

- Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
- Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro);
- Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
- Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão); e
- Legislações Correlatas e Normas Internas da Companhia.

A CODERN dispõe de Regulamento de Licitações e Contratos, estabelecendo os critérios e os procedimentos para a licitação e contratação de serviços e de aquisições de bens.

a) Porto de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca

O Quadro 20 apresenta o quantitativo de contratações diretas e de processos licitatórios homologados, no último biênio. Os valores referentes aos recursos financeiros empregados nas contratações diretas, bem como os recursos orçamentários previstos¹ para as licitações homologadas e pregões realizados podem ser visualizados na Tabela 14.

Quadro 20. Processos de compras e licitações, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB

FORMA DE CONTRATAÇÃO	2018	2019
CONTRATAÇÕES DIRETAS	299	277
PREGÕES	17	64
LICITAÇÃO PRESENCIAL	01	16
TOTAL	317	357

FONTE: COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS/CODERN

Tabela 14. Montante de recursos destinados à compras e licitações, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB

FORMA DE CONTRATAÇÃO	2018	2019
CONTRATAÇÕES DIRETAS	2.099.409,72	2.166.824,83
PREGÕES	4.121.166,55	12.198.364,94
LICITAÇÃO PRESENCIAL	177.971,40	614.636,60
TOTAL	6.398.547,67	14.979.826,37

FONTE: COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS/CODERN

A Comissão de Licitações – CPL, que atuava isoladamente, passou a interagir mais efetivamente com o setor de compras e de gestão de contratos. Houve um desmembramento funcional para agilizar o processo de compras e, consequentemente, alcançar o resultado de atendimento ao demandante dentro do prazo.

A gestão de contratos, subordinada à Gerência Comercial, atuava separadamente do setor de compras, subordinado à Gerência Administrativa – GEADMI, onde essa fragmentação causava prejuízos funcionais e falta de controles internos.

De imediato, a nova Diretoria decidiu unificar os setores para dar celeridade ao processo de Aquisições e Contratos, sob uma única coordenação: Compras, Licitações e Contratos. O Quadro 21 apresenta os óbices e as dificuldades superadas no final do exercício de 2019.

O resultado dessa ação de gestão possibilitou, no final do exercício, a redução do tempo dos processos licitatórios de 180 dias para 70 dias de conclusão.

1- De acordo com o art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei nº 8.666/93 o procedimento licitatório só poderá ser iniciado com a previsão dos recursos orçamentários para a realização da despesa e indicação da respectiva rubrica.

Quadro 21. Ações implementadas nas atividades de Compras, Licitações e Contratos – PORNAT/TERSAB

COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
TEMPESTIVIDADE E CONTROLE DOS PROCESSOS DE COMPRAS	Ineficiência nos controles de conformidades dos processos, assim como uma reavaliação no fluxo de compras para atender as necessidades da CODERN.	Reorganização do fluxo de compras da Companhia, com a intenção de dar maior fluidez aos processos, evitando interrupções na cadeia de funcionamento operacional.
ASSESSORIA JURÍDICA À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	Ausência de um membro jurídico efetivo na comissão para subsidiar o pregoeiro, como base para tomada de decisões em relação aos recursos e impugnações.	Consolidação do Assessoramento jurídico promovendo o <i>compliance</i> dos processos licitatórios, o que proporcionou uma agilidade e segurança aos processos.
GESTÃO DE CONTRATOS	Ineficiência na gestão relacionada aos contratos “a vencer”, enfrentando dificuldades no acompanhamento junto aos fiscais.	Com a contratação de estagiários, foi atribuída a um colaborador a função de acompanhar os contratos, auxiliando os fiscais e gestores dos mesmos, para que estes atentem aos prazos estabelecidos. Elaboração e acompanhamento dos processos de inclusão de aditivos.

FONTE: DAF/CODERN

b) Porto de Maceió

Em relação ao Porto de Maceió, o processo de aquisições teve, em algumas situações, dificuldades na contratação de fornecedores e prestadores de serviços sem as pendências quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

Na Gestão de Contratos os controles são exercidos pelos fiscais e gestores de contratos

Quadro 22. Processos de compras e licitações, 2018-2019 – APMC

FORMA DE CONTRATAÇÃO	2018	2019
CONTRATAÇÕES DIRETAS	59	48
PREGÕES	17	64
TOTAL	76	112

FONTE: APMC/CODERN

Tabela 15. Montante de recursos destinados à compras e licitações, 2018-2019 – APMC

FORMA DE CONTRATAÇÃO	2018	2019
CONTRATAÇÕES DIRETAS	2.957.225,59	822.888,38
PREGÕES	380.198,13	663.772,26
TOTAL	3.337.423,72	1.486.660,64

FONTE: FONTE: APMC/CODERN

4.6. RESULTADOS DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de gestão de TI da CODERN para atendimento às demandas do Porto de Natal, Sede e Terminal Salineiro de Areia Branca aplicou, em 2019, os recursos de R\$ 318 mil, sendo 52,3 mil com recursos do orçamento de investimentos para prosseguimento à implantação do SIGAP; e R\$ 266,0 mil de recursos de custeio, aplicados na manutenção de contratos de hospedagem de site; e-mails corporativos; acesso à internet; backup em nuvens; manutenção equipamentos, etc.

O cumprimento de ações do PDTI, no exercício, foi comprometido dada às limitações orçamentárias e financeiras da CODERN, tanto em Natal, como em Areia Branca.

Tabela 16. Recursos aplicados em TI, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB/APMC

VALORES CONTRATADOS	2018	2019
INVESTIMENTO	83.379,00	52.390,00
CUSTEIO	233.244,39	266.092,00
TOTAL	316.623,39	318.482,00

FONTES: COORTI/CODERN

a) Porto de Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca

O quadro de pessoal da TI CODERN/Natal/Areia Branca, muito aquém das necessidades, contou com 03 colaboradores efetivos e 01 não efetivo.

Do total de 406 atendimentos realizados pelo corpo funcional, 42% corresponderam à instalação e manutenção de programas e aplicativos, 30% à instalação e manutenção de equipamentos, 27%, de redes e 1% em vistorias.

Tabela 17. Atendimentos em TI, 2018-2019 – PORNAT/TERSAB

ATENDIMENTOS	2018	2019
EQUIPAMENTOS	124	121
PROGRAMAS E APLICATIVOS	220	171
REDES E INTERNET	166	110
VISTORIAS	0	4
TOTAL	510	406

FONTES: COORTI/CODERN

Em relação ao alcance dos objetivos estratégicos, destacamos as principais as ações:

- ❑ Implantação de uma rotina de backup diário contemplando todos os bancos de dados da CODERN, com programação de espelhamento diário, semanal e mensal;
- ❑ Melhoria da segurança da informação, implantando antivírus corporativo e firewall;
- ❑ Contratação de um software de Sistema Integrado de Gestão para gerenciamento e controles das atividades da área financeira (contas a pagar e a receber), faturamento, contábil e fiscal e de toda gestão de pessoal e patrimonial da CODERN;
- ❑ Aquisição de equipamentos de infraestrutura básica para um bom funcionamento da TI, tais como: computadores, scanners, servidor, etc.;
- ❑ Implantação do sistema de controle de câmeras em Natal (Sede e Porto) e em Areia Branca (GERTAB e TERSAB); e
- ❑ Continuidade da implantação do módulo Sistema de Gestão Portuário do SIGAP.

ÓBICES DO CENÁRIO ENCONTRADO PELA NOVA GESTÃO NA GESTÃO DE TI

- ❑ O cenário de TI, em 2019, era de muitas fragilidades nos controles internos, assim como a existência de sistemas obsoletos (financeiro, pessoal);
- ❑ A CODERN tinha sofrido, no exercício de 2018, 04 ataques cibernéticos com perdas significativas de programas, sistemas e informações. Encontrava-se muito vulnerável na questão da segurança da informação;
- ❑ Acrescenta-se a escassez de recursos orçamentários, financeiros e de pessoal;
- ❑ Mesmo buscando alternativas de melhoria da área, enfrentou-se dificuldades na contratação do serviço de nuvem computacional com o Setor de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do Instituto MetrÓpole Digital (IMD/UFRN) - IMDCloud, em virtude da morosidade no processo administrativo do IMD/UFRN;
- ❑ Dificuldades de dotar o Terminal Salineiro de tecnologia de internet em virtude da falta de interesse de empresas fornecedoras de provedores para atender a demanda por ser localizado em alto mar; e
- ❑ O Quadro 23 apresenta, de forma mais detalhada, o cenário e os desafios superados após ações adotadas, fundamentais, para a melhoria da área de TI:
- ❑ Para melhorar a gestão, a área passou a ser vinculada à Diretoria Administrativa e Financeira; e
- ❑ Em Julho, com a mudança na gestão do setor, foi dada continuidade às ações de garantia da segurança da informação.

Quadro 23. Ações implementadas pela área de Tecnologia da Informação – PORNAT/TERSAB

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
EQUIPAMENTOS	Equipamentos obsoletos que comprometiam o funcionamento adequado da TI.	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Destinação de recursos para a aquisição de equipamentos de infraestrutura básica: computadores, teclados, scanners, etc.
SOFTWARES	<p>Falta de um software de documentação de rede sobre a distribuição do DHCP.</p> <p>Com o ataque cibernético (vírus), ocorrido em 2018, foram perdidos os códigos fontes de softwares desenvolvidos em Delphi, que utilizavam banco de dados em Firebird tornando inviável o suporte para os seguintes setores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ GEADMI: software responsável pelo gerenciamento da folha de pagamento; software responsável por calcular o ponto dos empregados e software responsável pelo gerenciamento patrimonial da Companhia; ❑ GERFIN: SISCON40: software responsável pelo gerenciamento contábil; e ❑ GEOPER: software responsável pelo controle de entrada e saída de pessoas e veículos do Porto de Natal e sede da Companhia, utilizado nas guaritas e também na recepção. 	<p>Softwares desenvolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Sistemas serviços (servicos.codern.com.br): Desenvolvido em tecnologia WEB, responsável por uma série de processos, entre eles, controle de chamados, visualização de contra cheque, faturamento, portarias DP, programação de lanchas, Inventário TI, docs. institucionais, papeletas entre outros; ❑ Digifort: programa que controla as câmeras, em fase de implantação; e <p>Encontram-se em desenvolvimento os seguintes softwares:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Em fase de modelagem e análise de requisitos: Sistema de acompanhamento de compras e dispensas; Sistema de controle de contratos ambientais; Sistema de envio de arquivos de valores de salários para o Banco do Brasil da folha de pagamento, relativo aos estagiários; Sistema de gerenciamento de portarias e Sistema de controle de usuários, controle interno para gerenciar os aplicativos em desenvolvimento (COORTI); ❑ Sistema de integração entre o sistema financeiro GERFIN/SIGAP: atende à GERFIN - aguardando informações da DATACOM sobre as configurações do FTP; e ❑ Manutenção do código fonte para o sistema da APV, detectados erros reportados por usuários. Em fase de análise para correções. <p>Software em contratação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Sistema Integrado de Gestão para gerenciamento e controles das atividades da área financeira (contas a pagar e a receber), faturamento, contábil e fiscal e de toda gestão de pessoal e patrimonial da CODERN. <p style="text-align: right;">Continua</p>

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CENÁRIO ENCONTRADO	DESAFIOS SUPERADOS
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Riscos de comprometimento das informações.	<p>Foram realizadas as seguintes ações para mitigar os Riscos da Segurança da Informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Contratação de empresa para fornecimento de Antivírus Corporativo (Contrato N° 004/2019 - Qualitek); ❑ Contratação de empresa para fornecimento de Firewall Appliance (Contrato N° 005/2019 - Qualitek); ❑ Aquisição de novos servidores para a infraestrutura de TI; e ❑ Aquisição de Licenças do Sistema operacional para os servidores.

FONTES: DAF/CODERN

PROPOSTAS DA ÁREA DE TI PARA 2020 – CODERN/NATAL/AREIA BRANCA

- ❑ Acompanhamento na implantação do Sistema Integrado de Gestão (contrato nº 05/2020) para gerenciamento Financeiro, Contábil, RH, Folha de Pagamento, Faturamento, Ponto Eletrônico, Patrimônio e Fiscal;
- ❑ Coordenar a integração de módulos do SIGAP com o novo Sistema Integrado de Gestão ;
- ❑ Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva do parque de impressão e digitalização;
- ❑ Readequação da Climatização dos DATACENTERS;
- ❑ Reestruturação do E-mail Corporativo;
- ❑ Contratação de Sistema Corporativo de Antivírus e Firewall, (atualização contratual);
- ❑ Implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI); e
- ❑ Readequação do PDTI/PETI 2020/2021.

b) Porto de Maceió

No Porto de Maceió, os recursos destinados aos investimentos na área de tecnologia da informação foram de R\$ 7,8 mil e destinado ao custeio foi de R\$ 231,0 mil totalizando R\$ 238,9 (Tabela 18).

A área de TI do Porto de Maceió atua com quadro reduzido, sendo 01 gestor e 02 terceirizados.

Em 2019, do total de 5.550 atendimentos realizados pelo corpo funcional, 24,45% corresponderam à instalação e manutenção de programas e aplicativos e 35,74% à equipamentos (suporte técnico a usuários e configuração nos equipamentos). O percentual maior de 39,81% correspondeu ao suporte técnico na rede e internet

Tabela 18. Recursos aplicados em TI, 2018-2019 – APMC (R\$)

VALORES CONTRATADOS	2018	2019
INVESTIMENTO	31.663,00	7.830,00
CUSTEIO	193.300,00	231.091,00
TOTAL	224.963,00	238.921,00

FONTE: APMC/CODERN

Tabela 19. Atendimentos em TI, 2018-2019 – APMC

ATENDIMENTOS	2018	2019
Equipamentos	1.545	1.984
Programas e aplicativos	1.192	1.357
Redes e internet	1.624	2.209
Vistorias	-	-
Total	4.361	5.550

FONTE: APMC/CODERN

No Quadro seguinte são apresentadas as ações implementadas pela Assessoria de Informática em 2019, as dificuldades encontradas e os desafios superados pelo setor.

Quadro 24. Ações implementadas pela Assessoria de Informática – APMC

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA-APMC	DIFICULDADES ENCONTRADAS EM 2019	DESAFIOS SUPERADOS
SOFTWARES	<p>Falta de software controle de Protocolo/Correspondência</p> <p>Devido à ausência do código fonte, a manutenção dos seguintes softwares ocorre apenas nos procedimentos em SQL¹:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> SISCON 40: Software responsável pelo gerenciamento contábil; e <input type="checkbox"/> PAT40: Software responsável pelo patrimônio. <p>Dificuldade na validação do PPE/SEST</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Implantação do módulo de Autorização para Viagens –APV, tecnologia WEB; e <input type="checkbox"/> Validação e atualização das informações do PPE.
BACKUP	<p>Dificuldade para aquisição de 3 servidores novos; e</p> <p>Dificuldade em manter os backup, pois não há espaço suficiente no servidor de arquivos para os backups.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aquisição de HD Externo para Backup e implantação de script com agendamento para backup diário.
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	<p>Falta de Investimentos na aquisição de software antivírus e firewall; e</p> <p>Falta Licença dos sistemas operacionais para os servidores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Implantação de mecanismo de monitoramento de ataques cibernéticos, utilizando software livre; <input type="checkbox"/> Implantação de soluções livres para monitoramento na rede, com alerta de invasão enviados por e-mail; <input type="checkbox"/> Ampliação da rede de fibra óptica para o setor de operações; <input type="checkbox"/> Implantação de VPN (100% funcional); <input type="checkbox"/> Implantação de solução para acesso remoto (100% funcional); <input type="checkbox"/> Manutenção constante nas soluções livres de antivírus e firewall; e <input type="checkbox"/> Manutenção constante no Sistema Operacional Linux em dois servidores.

O SQL é uma linguagem de programação usada para fazer a interface com o banco de dados.
A ausência do código fonte dificulta a implantação de novas rotinas e de ações relacionadas à interface visual da aplicação.

Continua

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA-APMC	DIFICULDADES ENCONTRADAS EM 2019	DESAFIOS SUPERADOS
REDES	<p>Falta de investimento na reestruturação da rede de dados e voz;</p> <p>Nos setores, ocorre a existência de vários cascadeamento nos switches partindo do mesmo <i>rack</i>, ocasionando lentidão na rede de dados;</p> <p>Rede de fibra óptica sem manutenção; e</p> <p>Rede funcionando com alguns switches comprometidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Ampliação da rede de fibra óptica para o setor de operações; ❑ Implantação de VPN (100% funcional); e ❑ Implantação de solução para acesso remoto a todas as máquinas (100% funcional).
HARDWARE	<p>Dificuldade na manutenção dos equipamentos, pois faltam ferramentas para manutenção;</p> <p>Dificuldade de recursos para aquisição de equipamentos : mouse, teclados e estabilizadores; e</p> <p>Dificuldade de recursos para serviços de manutenção e reativação de nobreak no setor de TI.</p>	

FONTE: APMC/CODERN

PROPOSTAS DA ÁREA DE TI PARA 2020 – CODERN/PORTO DE MACEIÓ

- ❑ Implantação na APMC da estrutura local para hospedagem do site do Porto de Maceió e servidor de e-mail;
- ❑ Reativação do Nobreak com módulos baterias 16 baterias estacionária profissional;
- ❑ Migração de sistema da balança para tecnologia Web;
- ❑ Controle e acompanhamento do Ponto Eletrônico, através de sistema específico;
- ❑ Reestruturação do cabeamento de rede de computadores;
- ❑ Instalação e configuração dos computadores alugados; e
- ❑ Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

4.7. RESULTADOS DA GESTÃO DE CUSTOS E DE SUSTENTABILIDADE

Em relação ao uso dos recursos naturais, houve uma redução de 22% no consumo de energia elétrica em 2019 nos Portos de Natal e no Terminal Salineiro. Este resultado reflete o maior controle, evitando o desperdício e manutenção no sistema elétrico, impedindo perdas de energia (Tabela 20).

No Porto de Natal, houve redução no número de hidrômetros, gerando uma redução no consumo de água de 6 mil m³.

No Porto de Maceió, ocorreu aumento no consumo de água de 79,4% (Tabela 21).

O consumo de energia permaneceu praticamente estável, aumentando apenas 2,5% em relação ao ano anterior, destaca-se que se encontra em andamento um Projeto no âmbito da Administração do Porto de Maceió que visa à redução no consumo em média de 30%, consistindo apenas nas trocas de todas as luminárias existentes no Porto, nas suas instalações e arruamentos. O Setor de Engenharia está atento às inovações técnicas que possam ajudar na redução de consumo através de energias renováveis. Um dos modelos atualmente em análise é o de energia solar (fotovoltaica), que pode trazer diversos benefícios com sua implantação.

Os parâmetros de sustentabilidade não apresentaram mudanças significativas em relação ao ano anterior, principalmente, no consumo de copos descartáveis e papel A4. No Porto de Natal e Terminal Salineiro, houve aumento no consumo de copos descartáveis, enquanto no Porto de Maceió este permaneceu praticamente estável. (Figura 13).

Tabela 20. Consumo de recursos naturais e resíduos poluentes – PORNAT/TERSAB

ITENS DE CONSUMO	2018	2019	VARIAÇÃO 2019/2018
CONSUMO ANUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (KWH)	6.905.863,	5.349.821	-22,53%
CONSUMO ANUAL DE ÁGUA (M³)	28.462	21.704	-23,74
CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS (PACOTE COM 100 UNIDADES)	1.344	1.671	24,3%
CONSUMO DE PAPEL A4 (EM RESMAS)	764	782	0,02%

FONTES: GEOPER/COORMA/ CODERN

Tabela 21. Consumo de recursos naturais e resíduos poluentes – APMC

ITENS DE CONSUMO	2018	2019	VARIAÇÃO 2019/2018
CONSUMO ANUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (KWH)	677.959	695.478	-2,5%
CONSUMO ANUAL DE ÁGUA (M³)	24.925	5.116	-79,4%
CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS (PACOTE COM 100 UNIDADES)	382	383	0,0%
CONSUMO DE PAPEL A4 (EM RESMAS)	386	338	-0,12%

FONTES: APMC/CODERN

Na CODERN/Natal/Areia Branca, foi retomado o “Programa Adote Um Copo”, com distribuição de copos personalizados e palestras para conscientização dos empregados, objetivando reduzir o consumo de copos descartáveis. Foram veiculadas informações nas principais mídias de comunicação interna da Companhia, além de afixação de cartazes junto aos bebedouros.

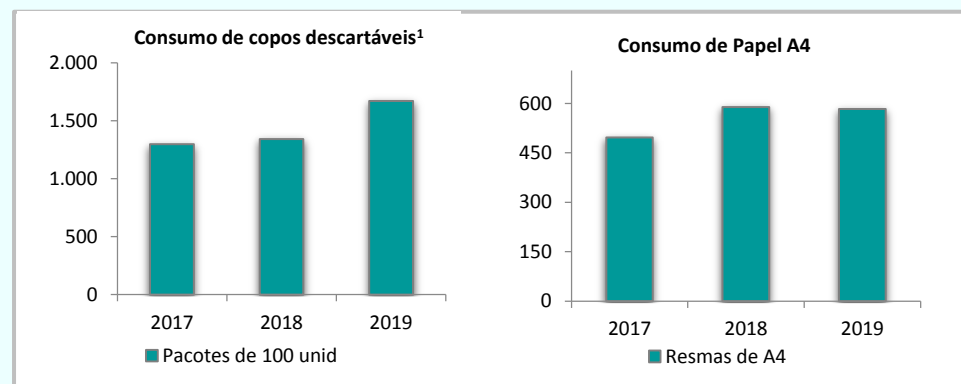


Figura 13. Evolução do Consumo de Papel A4 e copos descartáveis no Porto de Natal

Diariamente, a área de gestão de ambiental, segurança e saúde da CODERN/Natal realiza o monitoramento nas instalações portuárias, visando garantir que as atividades executadas estejam em conformidade com legislação ambiental vigente e com as Normas de Saúde e Segurança do Trabalho, orientando, ações semelhantes à gestão no Terminal Salineiro.

Em 2019, foram constatadas irregularidades, como pequenos derrames de óleo em superfície, configurando-se dano ambiental. O acidente foi devidamente registrado e emitida notificação à empresa responsável.

Ações Promovidas Vinculadas ao Objetivo Estratégico de Gestão Socioambiental

- ❑ Processo de regularização ambiental do Porto de Natal ainda em andamento, a fim da obtenção da Licença de Operação - LO junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Processo nº 2011-042500/TEC/LRO-0036.
- ❑ Processo de regularização ambiental do Terminal Salineiro de Areia Branca também em andamento, para obtenção da Licença de Operação - LO junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Processo nº 02001.009127/2019-28;
- ❑ Realização de ações de monitoramento ambiental das atividades portuárias, além de garantir a segurança do trabalho, também promove ações de sustentabilidade ambiental que impactam diretamente no bem estar social dos empregados e das comunidades adjacentes;
- ❑ Semestralmente, a área ambiental envia as ações realizadas ou em desenvolvimento para definição do índice de Desempenho Ambiental- IDA das instalações portuárias, aferido pela Agencia Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ;
- ❑ Foram emitidos 09 (nove) Pareceres Técnicos Sustentáveis (PTS), cuja meta para 2020 consiste em aprimorar a forma de aplicação dos critérios sustentáveis nas contratações, e padronizar os Termos de Referência com critérios definidos por tipo de serviço e/ou aquisições, particularmente em serviços continuados e aquisições por Atas de Registro de Preço – ARP;
- ❑ Os investimentos na gestão ambiental foram no andamento do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, somando R\$ 141 mil. Envolveu a contratação de empresa para realizar a obra de construção da Área de Transbordo Temporário (ATT) dos Terminais de Areia Branca e Natal e aquisição de coletores. A área de transbordo será destinada às atividades de segregação, pesagem e destinação adequada dos resíduos portuários. (Figura 14); e
- ❑ Para os projetos envolvendo Estudos para o Planejamento do Setor Portuário, o montante investido foi de R\$ 148,7 mil nas contratações de empresa para revisão e avaliação de risco, revisão do Plano de Segurança Portuária da CODERN, e contratação da análise estrutural e projeto básico de recuperação do cais de barcas do TERSAB.

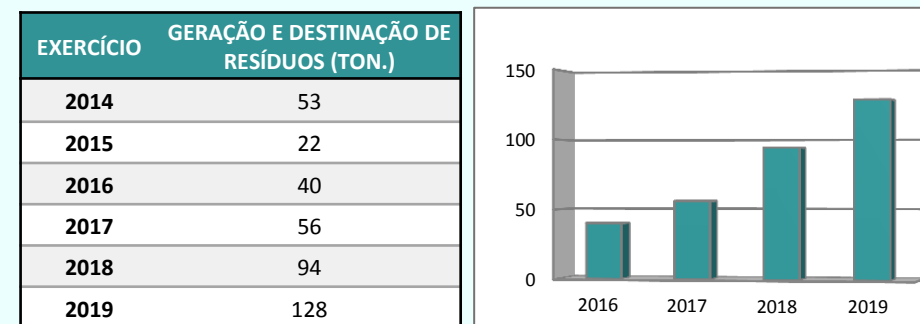


Figura 14. Evolução do volume gerado de resíduos sólidos
 FONTE: Companhia de Serviços Urbanos de Natal- URBANA

Principais Projetos de Gestão Ambiental no Porto de Natal

PROJETO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

- Implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- Início da obra de Construção da Área de Transbordo

PROJETO SOBRE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

- Adequação do Plano de Emergência Individual (PEI)
- Confecção do Plano Ambiental de Emergências (PAE)

a) Porto de Natal

O Projeto de Regularização Ambiental – PRA (Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS) será reapresentado ao IDEMA após adequação da logística com a aquisição dos coletores e da construção da área de transbordo temporário (ATT). O PRA prevê como benefícios assegurar: a qualidade ambiental dos ecossistemas nos quais encontram-se inseridos os terminais portuários; e a qualidade de vida e do ambiente de trabalho das comunidades direta e indiretamente afetadas.

A meta para 2019 em relação à prevenção de riscos ambientais consistia na implantação das bases de emergência ambientais, tendo como indicador qualitativo a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, como a adequação do Plano de Emergência Individual - PEI, a realização de Estudo de Análise de Riscos - EAR e elaboração do Plano Ambiental de Emergências - PAE (Quadro 25)

Quanto aos indicadores de Gestão de licença ambiental foram atendidas 66,7% condicionantes (Quadro 26). Os indicadores de gestão de licenças ambientais dos terminais arrendados e a gestão de meio ambiente sobre fornecedores de serviços atenderam os requisitos em 100%.

O Monitoramento Ambiental do Porto de Natal, definido no Plano Básico de Regularização Ambiental (PBRA), conforme Resolução CONAMA nº 237/1997, será realizado no 1º semestre de 2020 com a contratação de serviços de monitoramento da qualidade do ar e da água, níveis de ruídos, biota aquática, e sedimentos.



Figura 15. Construção da área de transbordo temporário de Natal.

Quadro 25. Projetos Realizados no Porto de Natal

Projeto de Regularização Ambiental		
Implantação Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de Contenedores Valor Global: R\$ 35.110,00 Rubrica: 14RC	Construção da Área de Transbordo Temporário (ATT) <ul style="list-style-type: none"> Contrato nº 019/2019 - ENGEPA Valor Global: R\$ 144.077,28 Rubrica: 14RC	
Projeto de Prevenção de Riscos Ambientais		
Adequação do Plano de Emergência Individual (PEI) <ul style="list-style-type: none"> Contrato 015/2019 ECOSSIS Valor Global: R\$ 229.800,00 Rubrica: 20HM Projeto submetido ao IDEMA para aprovação	Confecção do Estudo de Análise de Riscos (EAR) <ul style="list-style-type: none"> Contrato 015/2019 ECOSSIS Valor Global: R\$ 229.800,00 Rubrica: 20HM Projeto submetido ao IDEMA para aprovação	Confecção do Plano Ambiental de Emergências (PAE) <ul style="list-style-type: none"> Contrato 046/2019 OCEANPACT Treinamento em <i>Oil Spill</i> -Level 1 Aquisição de 10 Kits SOPEP para ações de emergências por derrame a óleo Valor Global: R\$ 17.593,00 Rubrica: 14RC
Projeto de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida		
Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima <p>Ação da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do município de Natal (SEMURB) para manutenção da qualidade das praias urbanas inseridas na Poligonal do Porto. A CODERN participa como membro do fórum de discussão.</p>	Monitoramento do vetor <i>Aedes Aegypti</i> no Entorno do Porto Organizado. <ul style="list-style-type: none"> Realização de Palestras Inspeção conjunta com a SEMURB limpeza com capinação e poda das áreas da ASSEDORN (área não contígua pertencente ao Porto de Natal) 	

Quadro 26. Ações realizadas para aquisição de Licença Ambiental – PORNAT

GESTÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS - PORNAT	
CONDICIONANTES DO INDICADOR	PRAZO PARA CONCLUSÃO
Atualização da documentação dos representantes legais, visto que mudaram os Dirigentes.	Executado em 2019.
Atualização as informações da utilidade da área de onde foram removidos a comunidade dos ribeirinhos.	Executado em 2019.
Informação sobre a alternativa de lançamento dos efluentes de lavagem do pátio após carga ou descarga de contêiner.	Executado em 2019.
Prova concreta quanto ao descarte dos efluentes dos lastros, das embarcações, navios (procedimento realizado pela Capitania dos Portos).	Agosto de 2020.
Comprovação de que as empresas responsáveis pelo transporte, destino e tratamento dado aos resíduos sólidos gerados (perigosos e não perigosos), inclusive cópia da licença da(s) empresa(s) prestadora do serviço.	Executado em 2019.
Informação sobre a utilização que será dada às áreas que foram usadas para manutenção de máquina (“oficinas”) estão sendo readequadas.	Agosto de 2020.
Apresentação do Plano de Emergência Individual – PEI, conforme resolução CONAMA nº 293/01.	Executado em 2019.
Apresentação da declaração de anuência da Prefeitura Municipal de Natal a respeito da drenagem de efluentes para o canal da Prefeitura.	Agosto de 2020.
Apresentação da Declaração de Anuência atualizada da CAERN.	Executado.
Apresentação do AVCB do corpo de bombeiro ou anuência de quais áreas/atividades estão aptas às operações.	Executado em 2019.
Construção da Área de Transbordo Temporário (ATT) de Resíduos.	Agosto de 2020.
Contratação de Empresa para execução do Plano Básico de Regularização Ambiental (PBRA) para realização do monitoramento, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997.	Executado em 2019.

$$x = \frac{\text{Quantidade de condicionantes atendidas}}{\text{Total de condicionantes}} \times 100 (\%)$$

$$x = 8/12$$

$$x = 66,7\%$$

No Terminal Salineiro, foram investidos R\$ 210,7 mil na construção da área de transbordo temporário (ATT), e na aquisição de contenedores. Foi realizada a reforma da área de tancagem, armazenagem e distribuição de combustíveis e a substituição de tanques. O Quadro 27 apresenta o detalhamento dessas ações, os recursos financeiros investidos. As figuras 16 a 19 evidenciam os respectivos resultados.

Quadro 27. Projetos Realizados no Terminal salineiro de Areia Branca

Projeto de Regularização Ambiental	
Implantação Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	Construção da Área de Transbordo Temporário (ATT)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato nº 387/2019 e 288/2019 ▪ Aquisição de Contenedores ▪ R\$ 36.112,77 ▪ Rubrica: 14RC 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato nº 018/2019 - TECMARES Manutenção Industrial ▪ Valor Global: R\$ 174.611,07 ▪ Rubrica: 14RC ▪ Finalizada em nov/2019
Projeto de Prevenção de Riscos Ambientais	
Adequação do Plano de Emergência Individual (PEI) Confecção do Estudo de Análise de Riscos (EAR)	Confecção do Plano Ambiental de Emergências (PAE)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato nº 001/2019 - ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. ▪ Valor Global: R\$ 130.000,00 ▪ Rubrica: 20HM ▪ Projeto submetido ao IBAMA para aprovação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato nº 046/2019 - Ocean Pact Serviços Marítimos S.A. ▪ Fornecimento de Equipamentos de Resposta a Emergências Ambientais ▪ Valor Global: R\$ 234.000,00 ▪ Despesas Correntes/ outros serviços de terceiros
Reforma da Área de Tancagem, Armazenagem e Distribuição de Combustíveis e Substituição de Tanques	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato 010/2019 - TECMARES Manutenção Industrial ▪ R\$ 259.816,90 ▪ Dispêndios Correntes/Recursos Próprios 	

continua



Figura 16 . Construção da ATT da GERTAB



Figura 17. Aquisição de contenedores



Figura 198 Treinamento para mitigação de derrame de óleo



Figura 19. Reforma no Sistema de Armazenamento e abastecimento na Gerência



O Indicador de Gestão de Licença Ambiental registrou um atendimento de 63,6% do total de condicionantes. O Quadro 28 apresenta o detalhamento dos componentes do indicador.

O Projeto de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Terminal Salineiro em parceria com Secretaria Municipal de Saúde de Areia Branca resultou na promoção de um dia de Circuito Saúde nos Portos destinados aos usuários e terceirizados. Na ocasião foram realizados exames e imunizações contra o H1N1.

O Quadro seguinte apresenta o resumo das ações apresentadas, as respectivas dificuldades encontradas e as propostas para 2020.

Quadro 28. Ações realizadas para aquisição de Licença Ambiental – TERSAB

GESTÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS - TERSAB	
CONDICIONANTES DO INDICADOR	PRAZO PARA CONCLUSÃO
Apresentação de proposta de Termo de Referência para o Relatório de Controle Ambiental - RCA e Plano de Gestão Ambiental para os Portos em Operação.	Executado.
Formalização de parceria com empresa responsável por emergências ambientais para resposta de acidente ambiental (Elaboração do PAE/ Contrato 046/2019).	Executado.
Recuperação e Instalação dos equipamentos e estruturas de proteção para atracação das barcas e navios (defensas e dolphins de atracação) .	Agosto de 2020.
Reforma da área de tancagem, armazenagem e distribuição de combustíveis no terminal salineiro e substituição dos dois tanques de 30 mil litros com bacias de contenção próprias com capacidade de 1,5 vezes o volume do tanque.	Executado.
Apresentação do Relatório Final do RCA/PCA.	Agosto de 2020.
Contratação do Plano de Emergência Individual - PEI, Plano Especializado de Atendimento de Emergências com derrames de óleo - PAE e Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR.	Executado .
Implantação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.	Agosto de 2020.
Construção da Área de Transbordo Temporário (ATT).	Executado.
Envio ao IBAMA dos Relatórios Periódicos Trimestrais da execução da Apresentação de aplicação do Plano de Gestão Ambiental de Portos em Operação/IBAMA.	Executado.
Requisição de Licença de Operação para regularização ambiental do Terminal Salineiro de Areia Branca ao IBAMA . Realização de publicação.	Agosto de 2020.
Disponibilização em sítio da rede mundial de computadores informações atualizadas relativas à regularização e gestão ambiental do Terminal Salineiro de Areia Branca.	Executado.

$$x = \frac{\text{Quantidade de condicionantes atendidas}}{\text{Total de condicionantes}} \times 100 (\%)$$

$$x = 7/11$$

$$x = 63,6\%$$

Quadro 29. Ações Realizadas pela COORMA e Propostas para 2020 – PORNAT/TERSAB

GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - PORNAT/TERSAB	
AÇÕES	PROPOSTA PARA 2020
<p>1. Implantar critérios sustentáveis nas contratações.</p> <p>a) Emissão de Pareceres Técnicos Sustentáveis (PTS) - são emitidos PTS quando requisitado pelos setores demandantes</p>	<p>Aprimorar a forma de aplicação dos critérios sustentáveis nas contratações; e</p> <p>Padronizar os Termos de Referência com os critérios definidos por tipo de serviço e/o aquisição, particularmente em serviços continuados e aquisições por Atas de Registro de Preço – ARP.</p>
<p>2. Promover o consumo sustentável dos recursos naturais e redução na geração de resíduos :</p> <p>a) Redução no consumo de energia;</p> <p>b) Redução do consumo e desperdício de água;</p> <p>c) Resmas de papel A4; e</p> <p>d) Redução no consumo de copos descartáveis.</p>	<p>Implantar indicadores e metas para adoção do objetivo estratégico de Custas Ambientais.; e</p> <p>Retomar as Campanhas: "Adote um Copo" e "Adote uma caneca" por meio de educação ambiental e distribuição de copos disponíveis para reuso .</p>
<p>3. Realizar o monitoramento e controle de fauna sinantrópica.</p>	<p>Implantar indicadores e metas para avaliação, com base em série histórica, do controle de vetores nos Terminais Portuários de Natal e Areia Branca; e</p> <p>Notificar o Moinho Potiguar para regularizar o controle de carga em perdimento e do pó do trigo com prazo para cumprimento.</p>
<p>4. Promover o gerenciamento dos resíduos portuários.</p>	<p>Implantar indicadores e metas para avaliar o gerenciamento de resíduos nos Terminais Portuários de Natal e Areia Branca;</p> <p>Treinar as equipes envolvidas com limpeza e higiene, para o gerenciamento dos resíduos;</p> <p>Retomar a parceria com a Cooperativa de Catadores para coleta seletiva;</p> <p>Revisar e atualizar a INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 007/2011 para ficar em consonância com o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).</p> <p>Implantar o PGRS nos Terminais Portuários de Natal e Areia Branca; e</p> <p>Dar publicidade ao Procedimento Operacional Padrão (POP) sobre a retirada de resíduos de embarcação no site da CODERN.</p>
<p>5. Monitoramento da qualidade da água potável.</p>	<p>Contratar empresa para realizar a análise da potabilidade da água dos Terminais de Areia Branca;</p> <p>Contratar empresa para instalação e manutenção de sistema de cloração para correção da qualidade da água potável dos Terminais de Areia Branca; e</p> <p>Promover campanhas de Educação Ambiental nos Terminais Portuários de Natal e Areia Branca ,para uso sustentável da água potável</p>
<p>6. Monitoramento e controle de vetores virais (epidemias e pandemias).</p>	<p>Atualizar Plano de Contingência e Emergência em Saúde Pública - ESPII juntamente com a ANVISA para adoção do Protocolo Operacional Padrão (POP) para Gripe Viral COVID-19 (Coronavírus);</p> <p>Implantar medidas de prevenção: aquisição de álcool antisséptico, máscaras cirúrgicas descartáveis e divulgação em massa para os Terminais Portuários de Natal e Areia Branca;</p> <p>Por meio de palestras dar conhecimento sobre o Plano de Contingência e medidas de prevenção ao Coronavírus (COVID 19) para toda comunidade portuária; e</p> <p>Ministrar palestras sobre as doenças transmitidas pelo <i>Aedes aegypti</i> e sobre as medidas de prevenção para toda comunidade portuária. Realizar imunizações com a vacina para gripe viral H1N1, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para os Portos de Natal e Areia Branca.</p>

GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - PORNAT/TERSAB	
AÇÕES	PROPOSTA PARA 2020
7. Regularização ambiental para obtenção da Licença de Operação (LO) junto aos órgãos ambientais.	<p>Contratar empresa para confecção do Plano de Controle Ambiental-PCA/Relatório de Controle Ambiental-RCA dos Terminais Portuários de Natal e Areia Branca;</p> <p>Contratar empresa para Implantação do Plano Básico de Regularização Ambiental-PBRA do Porto de Natal;</p> <p>Apresentar os Relatórios do RCA e PBRA aos órgãos ambientais IBAMA e IDEMA respectivamente, para obtenção da Licença de Operação; e</p> <p>Definir projeto básico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Porto de Natal.</p>
8. Gestão para aquisição do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) os terminais portuários de natal e areia branca.	Adequar os Projetos de Prevenção e Combate à Incêndio dos terminais portuários de Natal e Areia Branca, e apresentá-los ao Corpo de Bombeiros Militar-CBM/RN, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros-AVCB.
9. Gestão para promoção da saúde ocupacional de segurança do trabalho nos terminais portuários de natal e areia branca.	Promover a Gestão da Saúde Ocupacional de Segurança do Trabalho nos terminais portuários de Natal e Areia Branca.
10. Gerenciamento dos efluentes dos terminais portuários de natal e de areia branca.	<p>Contratar serviços de limpeza e sucção de desejos para o terminal portuário de Natal e da ASSEDORN; e</p> <p>Contratar serviços para descompactação e limpeza da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) no Terminal Salineiro e corrigir o sistema de esgotamento na Gerência de Areia Branca.</p>

FONTE: COORMA/CODERN

No ano de 2019, a Administração do Porto de Maceió, ao subsidiar respostas ao Índice de Desempenho Ambiental- IDA, foi premiado com o 3º (terceiro) lugar, pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, na categoria de Melhor Evolução Ambiental, baseados principais aspectos:

- ❑ Licença Ambiental Emitida;
- ❑ Plano de Emergência Individual – PEI;
- ❑ Plano de Controle de Emergência – PCE;
- ❑ Plano de Ajuda Mútua – PAM;
- ❑ Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- ❑ Nenhum acidente ambiental ocorrido em 2018;
- ❑ Divulgação de informações ambientais da instalação portuária divulgadas em seu sítio eletrônico na internet;
- ❑ Promoção da saúde, através de programa de imunização e eventos sobre a importância da saúde ("Saúde nos Portos – SEST/SENAT);
- ❑ Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública;
- ❑ Monitoramento da qualidade da água;
- ❑ Monitoramento da qualidade do ar;
- ❑ Monitoramento da fauna e flora; e
- ❑ Programa de controle da fauna sinantrópica.

A Administração do Porto de Maceió possui sua Licença de Operação ativa, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, com validade até 23 de abril de 2022.

Como principais condicionantes desta nova Licença destacam-se:

- ❑ a disposição de local para armazenamento temporário de resíduos sólidos e rejeitos, segregados em baias conforme a sua classificação;
- ❑ o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e;
- ❑ o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto – PDZ.

Em razão dessas exigências, ressaltam-se os seguintes fatos:

- ❑ Por ausência de recursos, ainda não foi elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos, porém, como alternativa no momento, mesmo que insuficiente, foi a contratação de serviços de contêineres para disposição dos resíduos sólidos. Foi dado início do processo para a construção de área apropriada para o armazenamento desse material para subseqüente destinação final;
- ❑ Quanto ao Auto de Vistoria dos Bombeiros, cumpre salientar que ocorreu a contratação para elaboração do Projeto de Incêndio, o qual, inclusive, já se encontra aprovado pelo Corpo de Bombeiros. Aguarda-se, no entanto, recursos orçamentários para a aquisição dos equipamentos necessários à instalação, que representa um elevado investimento financeiro para a Companhia; e
- ❑ Em relação Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto – PDZ foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do plano, o qual se encontra em andamento.

Quadro 30. Ações Realizadas pela área de Gestão Ambiental e Propostas para 2020 – APMC

GESTÃO AMBIENTAL - APMC		
AÇÕES	REALIZADAS EM 2019	PROPOSTA PARA 2020
Renovação da licença de operação do porto	<input type="checkbox"/> Cumprimento das condicionantes para a renovação da Licença. DIFICULDADES: Ausência de recursos financeiros para o cumprimento da totalidade das condicionantes, bem como das seguintes ações: a) Plano de Gerenciamento de Resíduos; b) Poços de monitoramento para análise dos parâmetros BTEX e PAH; c) Boias e cabos para a sinalização da área da Piscina do Amor; d) Barreiras físicas visando a evitar que o clínquer, o fertilizante e demais produtos movimentados a granel sejam carregados para o mar; e) Medidas profiláticas em relação às espécies bioinvasoras, incluindo doação de placas de recrutamento e equipamento de mergulho; f) Plano de Área; g) Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.	<input type="checkbox"/> Renovação da Licença concedida (já emitida); <input type="checkbox"/> Iniciar o processo de licitação para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos; <input type="checkbox"/> Contratar o vencedor da licitação para a aquisição e instalação da câmera de monitoramento remoto na área da Piscina do Amor; <input type="checkbox"/> Instalar poços de monitoramento para análise dos parâmetros BTEX e PAH; <input type="checkbox"/> Contratar o vencedor da licitação para a aquisição de boias e cabos para a sinalização da área da Piscina do Amor; <input type="checkbox"/> Contratar o vencedor da licitação para a aquisição dos materiais necessários à construção de barreiras físicas visando a evitar que o clínquer, o fertilizante e demais produtos movimentados a granel sejam carregados para o mar;
Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos – PGRS	<input type="checkbox"/> Renovação do contrato com a empresa Conservita (LTDA) para dispor de contêineres para a retirada de resíduos. DIFICULDADES: Ausência de recursos financeiros para contratar a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS.	<input type="checkbox"/> Contratar empresa ou renovar a contratação de empresa para a coleta de resíduos e contratar empresa para o serviço de sua destinação final; <input type="checkbox"/> Dispor de locais, dispostos em baias segregadas, para armazenamento de resíduos sólidos ou rejeitos; <input type="checkbox"/> Aquisição de coletores; <input type="checkbox"/> Contratação de empresa para construção da Área de Transbordo Temporário (ATT).
Monitoramento da qualidade da água potável	<input type="checkbox"/> Contratação da empresa Lamen (LTDA)	<input type="checkbox"/> Contratar empresa, mediante procedimento licitatório, ou renovar contrato com empresa já existente para assegurar a garantia desse serviço.
Monitoramento de limpeza do reservatório de água	<input type="checkbox"/> Renovação do contrato com a empresa Terliz que realiza o serviço de desinfecção dos reservatórios de água.	<input type="checkbox"/> Contratar empresa ou renovar contrato com a empresa que já realiza o serviço de desinfecção dos reservatórios de água.

Continua

Quadro 30. Ações Realizadas pela área de Gestão Ambiental e Propostas para 2020 – APMC

GESTÃO AMBIENTAL - APMC		
AÇÕES	REALIZADAS EM 2019	PROPOSTA PARA 2020
Monitoramento e controle de vetores virais (epidemias e pandemias)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Renovação da parceria com a Secretaria Estadual de Saúde que, periodicamente, promove ações de controle e prevenção no combate ao <i>Aedes Egypti</i> na área do Porto; <input type="checkbox"/> Renovação da parceria com a Secretaria Municipal de Saúde que, periodicamente, promove ações de controle e prevenção no combate aos roedores e escorpiões na área do porto; <input type="checkbox"/> Anualmente, realiza-se a vacinação, aos trabalhadores portuários, contra a gripe viral, H1N1 e, em 03/12/2019, a aplicação da vacina foi contra a difteria, tétano, sarampo, rubéola, caxumba e hepatite B. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Continuar com a parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e com a Secretaria Municipal de Saúde para combater o <i>Aedes Egypti</i>, roedores e escorpiões na área do porto; <input type="checkbox"/> Atualizar Plano de Contingência e Emergência em Saúde Pública - ESPII juntamente com a ANVISA para o combate do Covid-19 (Coronavírus). <input type="checkbox"/> Realizar campanha de vacinação contra o vírus Influenza (H1N1) a todos os trabalhadores portuários.
Auto de vistoria do corpo de bombeiros -(AVCB)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Contratação de engenheiro para elaboração do Projeto de incêndio; <input type="checkbox"/> Aprovação do Projeto de Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros. <input type="checkbox"/> DIFICULDADES: Ausência de recursos para assumir os compromissos financeiros para a aquisição dos equipamentos necessários à concretização do Auto de Vistoria. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aquisição dos equipamentos para a instalação para, posterior, aprovação do Auto de Vistoria do corpo de Bombeiros.
Programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DIFICULDADES: Ausência de recursos para assumir os compromissos financeiros para a contratação de médico especializado para a elaboração do Programa (a última atualização data do ano de 2018). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Contratação de médico do trabalho para Elaboração e Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
Plano de desenvolvimento e zoneamento do porto – PDZ	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Processo de licitação para contratação de uma empresa especializada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto – PDZ. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Entrega do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto – PDZ, uma vez que ainda se encontra em processo de elaboração.
Programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> DIFICULDADES: Ausência de recursos para assumir os compromissos financeiros para a contratação de engenheiro especializado para a elaboração do Programa (a última atualização data do ano de 2018). 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Contratação de engenheiro especializado para Elaboração e Implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA

FONTE: APMC/CODERN

5.1. INTRODUÇÃO

Apresentamos, resumidamente, o resultado do exercício, considerando o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão da CODERN, sendo ilustrado de forma mais detalhada nas demonstrações financeiras e notas explicativas, mais adiante deste Capítulo.

Itens	Em R\$ mil		
	2018	2019	Varição (%)
Receita Operacional Líquida (Tarifária + Patrimonial)	80.159	60.235	-24,85%
Outras Receitas (exceto Financeiras)	3.571	4.831	35,27%
Dispêndios Correntes (Exceto Financeiras)	(145.155)	(141.590)	-2,46%
Resultado Financeiro (Receita - Despesa)	(84.807)	(42.836)	-49,49%
Resultado do Exercício	(146.233)	(119.359)	-18,38%

FONTE: GERFIN/CODERN
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Destacamos a redução em 18,38% do prejuízo do exercício de 2019, em relação ao ano de 2018, em razão dos seguintes fatores:

- ❑ Redução significativa dos juros sobre os créditos para Aumento de Capital, uma vez que, em 2019, houve a incorporação dos créditos para aumento do Capital Social da CODERN, com redução do Prejuízo Acumulado. Destaca-se que a maior parcela desses créditos se referiram aos recursos para investimentos no Porto de Maceió; E
- ❑ Implantação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que repercutiu na redução dos dispêndios correntes.

Mesmo conseguindo esse desempenho contábil favorável, apresentamos o resultado do exercício ajustado, após as despesas não desembolsáveis e os ajustes extemporâneos, ocorridos em 2019, conforme demonstrado a seguir.

Itens	Em R\$ mil
	2019
Resultado do Exercício	(119.359)
Varição Monetária	39.998
Depreciação	16.943
Provisões	15.922
Impairment	21.821
Ajustes de Almoxarifado	4.469
Déficit Atuarial do PORTUS	5.373
Resultado do Exercício Ajustado	(14.833)

FONTE: GERFIN/CODERN
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- ❑ Destacamos acima as principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências.
- ❑ Ressaltamos, ainda que, em 2019, foram realizados ajustes nos estoques, relativos, em sua grande maioria, aos ajustes não realizados em vários exercícios anteriores e, que, somente neste exercício, foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.
- ❑ Frisamos, também, o reconhecimento do Déficit Atuarial do PORTUS, relativo à parte do exercício de 2019, que nunca fora reconhecido em exercícios anteriores.

No tocante à receita operacional líquida, a redução verificada de 21,74%, em relação ao exercício de 2018, foi decorrente de perda de receita patrimonial, pelo Porto de Maceió, em função de encerramento de contrato de arrendamento de área.

No entanto, as receitas tarifárias, propriamente resultantes da movimentação de cargas nos portos, mantiveram-se no mesmo patamar, com redução de 0,32% comparado a 2018, conforme a seguir demonstrado.

Em R\$ mil

Itens	2018	2019	Variação (%)
Receita Operacional Líquida (Tarifária)	53.326	53.155	-0,32%
Receita Operacional Líquida (Patrimonial)	26.833	7.080	-73,61%
Receita Líquida Total (Operacional, Patrimonial e Outras)	87.428	68.419	-21,74%

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstramos, a seguir, percentual dos custos operacionais e despesas administrativas em relação aos dispêndios totais e grau de comprometimento da receita operacional líquida em relação às despesas de pessoal.

Itens	2018	2019
(+) Receita Operacional Líquida	80.159	60.235
(+) Outras Receitas	7.269	8.184
(-) Custos Operacionais	(65.140)	(58.419)
(-) Despesas Operacionais	(168.520)	(129.360)
(=) Resultado Líquido	(146.233)	(119.359)
Dispêndios com Pessoal	48.255	56.961
1 - Percentual Custos Operacionais sobre Dispêndios Totais	27,88%	31,11%
2 - Percentual Despesas Operacionais sobre Dispêndios Totais	72,12%	68,89%
3 - Comprometimento da Receita Operacional Líquida com Pessoal	60,20%	94,56%

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5.2. ESTRUTURA DA CONTABILIDADE

- ❑ Na estrutura organizacional, as atividades de contabilidade funcionam na Gerência de Recursos Financeiros, que desempenha ainda a gestão financeira e tributária, não existindo, assim, área específica;
- ❑ As Demonstrações Contábeis são elaboradas por (02) contadores e (01) Técnico de Contabilidade;
- ❑ O Sistema de Informação atualmente utilizado pela equipe de Contabilidade da CODERN é o Sistema SISCON, desenvolvido pela próprio corpo de funcionários da Companhia;
- ❑ Sistema antigo, desenvolvido em 2003, além de não possuir um controle efetivo de custos, fundamentados em centros de custos, também não atende as mudanças introduzidas, a partir de 2009, com o Sistema Público de Escrituração Digital; e
- ❑ Está sendo implantado Sistema Integrado de Gestão que possibilitará, além da melhoria dos controles internos da área, a sua integração com os demais setores da Companhia.

As principais atribuições da equipe responsável pela escrituração contábil:

- ❑ Escrituração regular de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processo;
- ❑ Certificar o cumprimento da legislação e controlar a movimentação e a classificação dos fatos para registros contábeis, por qualquer processo, e respectiva validação dos registros e demonstrações;
- ❑ Elaboração de balancetes e demonstrações de movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;
- ❑ Apurar os impostos próprios e substitutos da Companhia (PIS, COFINS e ISS);
- ❑ Elaborar as Obrigações Acessórias impostas pela Legislação vigente; e
- ❑ A Administração do Porto de Maceió também possui um contador, responsável pela escrituração contábil daquela unidade, de forma a consolidar, mensalmente, as informações com a empresa matriz.

Neste Capítulo apresentamos o Parecer da Auditoria Independente e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Por meio do site da CODERN, no endereço eletrônico – www.codern.com.br/resultados/processo-de-contas-anuais – este Relatório de Gestão, inclusas as demonstrações financeiras, poderá ser acessado em sua íntegra.

5.3. CONSIDERAÇÕES DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- ❑ As Demonstrações Financeiras da CODERN, relativas aos exercícios de 2017 e 2018, foram reprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, em virtude das recorrentes ressalvas apontadas pelas empresas de Auditoria Independente.
- ❑ Nesse sentido, em 2019, num esforço de gestão da Diretoria-Executiva, a Companhia realizou um trabalho intenso de regularização das suas contas, objetivando a resolução de todas as ressalvas apontadas anteriormente, de forma que, nesse exercício, de acordo com o Parecer do Auditor Independente, a situação patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CODERN foi representada adequadamente pelas suas Demonstrações Financeiras.
- ❑ De acordo com o Relatório Circunstanciado, a empresa STAFF Assessoria e Auditoria, inclusive, apresenta cada uma das ressalvas apontadas no exercício de 2018, demonstrando as providências adotadas pela Companhia e, ainda, o seu posicionamento quanto à regularização dos pontos, conforme transcrevemos a seguir:
 - ❑ **Sem controle patrimonial:** A administração contratou empresa especializada, Convergry, que efetuou inventário e plaqueamento de bens, que emitiu relatório com data de 12/04/2020, com data base de 31/12/2019, onde constam as relações de bens para a baixa, para a inclusão e a avaliação dos bens. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
 - ❑ **Falta de inventário do almoxarifado:** A administração contratou empresa especializada, Convergry, que efetuou inventário de itens de almoxarifado, que emitiu laudos com data de 05/05/2020, onde consta planilha de perdas apuradas. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
 - ❑ **Convênios:** Após análise, apurou-se que os de nº 001/2008 e 268/2006 não estão extintos e devem permanecer na contabilidade da Companhia (Maceió) e o convênio nº 009/2008 foi extinto em 2011 e regularizado em 2019. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
- ❑ **Doações de benfeitorias não contabilizadas:** A administração contratou empresa especializada, Convergry, que efetuou inventário e plaqueamento de bens, que emitiu relatório com data de 12/04/2020, com data base de 31/12/2019, onde constam as relações de bens para a baixa, para a inclusão e a avaliação dos bens. Portanto, as benfeitorias, não contabilizadas em exercícios anteriores, foram regularizadas com a avaliação contabilizada em 2019. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
- ❑ **Desconformidade em 2018:** Em 2019, não houve essa desconformidade;
- ❑ **PIS/COFINS e Reembolso de despesas de concessionários:** Sobre a incorporação de benfeitorias de concessionários, foram efetuados ainda em 2018, e, portanto, não deveriam constar como ressalva em 2018. Sobre o reembolso, em 2019, a ANTAQ, através do Ofício 79/2018/SRG/ANTAQ, regulamentou o procedimento, que vem sendo cumprido pela Companhia. Através da ata da 1.624ª reunião da DIREXE, aprovou o novo procedimento, conforme ofício da ANTAQ. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
- ❑ **Diferença entre posicionamento de assessores jurídicos:** Não há divergências de opinião entre os assessores jurídicos no ano de 2019, embora um mesmo processo conste das planilhas das duas assessorias jurídicas. Fomos informados que já no primeiro trimestre de 2020, haverá apenas um relatório jurídico para a contabilidade e auditoria externa. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
- ❑ **PORTUS – Porto do Recife:** O processo do PORTUS já foi regularizado, retirando o Porto do Recife da responsabilidade da CODERN. A contabilidade registra os valores corretamente em 31/12/2019;
- ❑ **Continuidade operacional:** A continuidade operacional é tratada em Outros assuntos em nosso relatório de auditoria de 2019; e
- ❑ **Contrato de descentralização:** O Contrato de descentralização de 2018, objeto da “ressalva”, foi devidamente assinado e encaminhado cópia para a auditoria anterior. O Contrato de descentralização de 2019 nos foi apresentado, devidamente assinado e publicado.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para o fato de a companhia ter prejuízos históricos recorrentes que a levaram ao consumo de toda sua estrutura de patrimônio líquido, deixando-o como passivo a descoberto. Nesse sentido, a continuidade operacional da companhia dependerá do sucesso do plano de continuidade, e de eventuais aportes por parte do seu controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. e, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da companhia são aqueles com **responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos

Campinas, SP, 15 de maio de 2020

SEAFF – Auditoria e Assessoria

CNPJ: 07.791.963/0001-08

CRC2SP023856/O-1 S “RN”

Roberto Araújo de Souza

Sócio Responsável

CTCRC1SP242826/O-3 S “RN”

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.725	18.529	13.052	19.032
Contas a Receber	5	6.465	6.406	6.531	7.494
Outros Créditos		9.287	7.125	4.285	2.782
Adiantamentos		33	9	126	590
Impostos a Recuperar		1.185	1.125	1.778	1.636
Devedores Diversos	6	8.044	5.990	2.356	556
Outros valores a receber		24	0	24	0
Estoques	7	7.302	6.584	7.458	6.662
Despesas Antecipadas		64	2	119	21
Total do ativo circulante		35.843	38.646	31.445	35.991
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	5.481	5.395	5.566	5.388
Contas a Receber		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		387	290	1.123	945
Bloqueios Judiciais		5.086	5.097	4.432	4.432
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	204.306	251.199	336.239	379.519
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		209.798	256.604	341.836	384.937
Total do Ativo		245.641	295.250	373.281	420.928

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante					
Contas a Pagar	12	43	59	43	59
Fornecedores		2.176	4.003	6.206	6.331
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	60.115	51.678	112.121	92.748
Provisões	11	3.916	3.190	5.043	4.340
Outras Obrigações		1.272	1.707	6.822	4.271
Total do passivo circulante		67.521	60.638	130.235	107.749
Não Circulante					
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	12.273	10.494	14.077	11.457
Provisão para contingências	13	53.663	36.494	55.362	40.265
Provisão Déficit Atuarial - Plano de Pensão	15	33.409	0	75.716	0
Créditos para aumento de capital	17	59.809	56.818	246.199	924.133
Outros Créditos da União	14	0	275	63.955	64.229
Total do passivo não circulante		159.155	104.081	455.308	1.040.085
Total do passivo		226.676	164.719	585.543	1.147.834
Passivo a descoberto					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58	0	664	
Prejuízos acumulados	18	(413.936)	(302.312)	(645.769)	(1.159.749)
Total do patrimônio líquido		18.965	130.531	(212.262)	(726.906)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		245.641	295.250	373.281	420.928

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
Receita Líquida dos serviços	20	41.177	37.504	53.155	53.326
Custos operacionais	21	(41.315)	(44.334)	(58.419)	(65.140)
Lucro Bruto		(138)	(6.830)	(5.264)	(11.814)
(Despesas)/Receitas operacionais		(61.081)	(58.209)	(71.260)	(49.611)
Despesas administrativas e gerais	22	(26.451)	(17.383)	(45.217)	(33.903)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	(21.821)	(36.642)	(21.821)	(36.642)
Despesas tributárias		(208)	(267)	(212)	(313)
Provisões diversas	23	(329)	(7.274)	(387)	(7.863)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	(17.494)	(607)	(15.535)	(1.294)
Receitas patrimoniais	25	405	397	7.080	26.833
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	4.816	3.567	4.831	3.571
		4.816			
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(61.219)	(65.039)	(76.524)	(61.425)
Receitas financeiras	27	3.081	3.392	3.352	3.698
Despesas financeiras	27	(10.170)	(10.237)	(46.188)	(88.505)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0004)	(0,0007)	(0,0008)

FORNTE: GERFIN/CODERN
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
Resultado do Período		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
Outros Resultados Abrangentes		-	-		
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	58	-	664	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(68.249)	(71.885)	(118.696)	(146.233)

FONTE: GERFIN/CODERN
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Créditos para aumento de Capital (Nota 16)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Controladora						
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(302.312)	130.531
Prejuízo líquido do período	18				(68.308)	(68.308)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19			58		58
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(43.316)	(43.316)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	0	58	(413.936)	18.965
Mutações do período		0	0	58	(111.624)	(111.566)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	0	(214.701)	218.142
Prejuízo líquido do período	18				(71.885)	(71.885)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18		(0)		(15.727)	(15.727)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(302.312)	130.531
Mutações do período		0	(0)	(0)	(87.612)	(87.612)
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(1.159.749) 0	(726.906)
Prejuízo líquido do período	18				(119.359)	(119.359)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19			664		664
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(79.183)	(79.183)
Aumento de Capital com Recursos da União	17	712.523			0	712.523
Aborsorção de Prejuízo com Capital	17	(712.523)			712.523	0
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	0	664	(645.769)	(212.262)
Mutações do período		0	0	664	513.980	514.644
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	0	(931.718)	(467.524)
Prejuízo líquido do período	18				(146.233)	(146.233)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18				(81.798)	(81.798)
Atualização dos créditos para aumento de capital	17		1.966			1.966
Realocação dos créditos para aumento de capital para o PNC	17		(33.318)			(33.318)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	0	(1.159.749)	(726.906)
Mutações do período		0	(31.351)	(31.351)	(228.031)	(259.382)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em		Período de doze meses findos em	
		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		14.676	16.861	16.943	22.041
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		21.821	36.642	21.821	36.642
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58	-	664	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(43.316)	8.125	(79.183)	(52.521)
Provisões		17.234	-	15.922	37
Despesas de atualização monetária		6.767	7.238	39.998	80.399
Baixas de Imobilizado		12.812		6.940	
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		(388)	1.336	575	2.657
Outros créditos		(2.161)	1.328	(2.052)	3.209
Estoques		(718)	508	(796)	484
Despesas antecipadas		(62)	37	(98)	22
Outros ativos não circulantes		(104)	996	(146)	2.069
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		(17)	10	(17)	10
Fornecedores		(1.828)	(209)	(125)	(5)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		4.899	19.924	14.201	36.429
Provisões de Férias e 13º Salário		726	355	703	367
Outras Obrigações		(435)	28	3.088	1.638
Outros passivos não circulantes		34.957	(25.280)	77.362	26.723
Caixa gerado pelas operações		(3.388)	(3.987)	(3.557)	13.969
Imposto de renda e contribuição social pagos			-		-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.388)	(3.987)	(3.557)	13.969
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(2.416)	(2.425)	(2.424)	(20.607)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.416)	(2.425)	(2.424)	(20.607)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos			-		-
Crédito para aumento de capital			607		607
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	607	-	607
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.804)	(5.806)	(5.980)	(6.032)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		18.529	24.335	19.032	25.064
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.804)	(5.806)	(5.980)	(6.032)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2019	2018	2019	2018
1 Receitas		41.177	37.504	53.155	53.326
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		41.177	37.504	53.155	53.326
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0	0
2 Insumos adquiridos de terceiros		(40.600)	(51.197)	(53.558)	(65.235)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.296)	(14.484)	(26.789)	(28.256)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		(21.821)	(36.642)	(21.821)	(36.642)
2.3 Outras		(4.484)	(71)	(4.948)	(337)
3 Valor adicionado bruto		576	(13.693)	(402)	(11.909)
4 Retenções		(31.203)	(25.660)	(30.860)	(31.939)
4.1 Depreciação e amortização		(13.380)	(15.315)	(14.938)	(20.099)
4.2 Provisões		(17.823)	(10.345)	(15.922)	(11.840)
5 Valor adicionado líquido		(30.627)	(39.353)	(31.263)	(43.847)
6 Valor adicionado recebido em transferência		8.302	7.725	15.264	35.825
6.1 Receitas financeiras		3.081	3.392	3.352	3.698
6.2 Outras		5.221	4.333	11.911	32.127
7 Valor adicionado a distribuir		(22.325)	(31.628)	(15.999)	(8.022)
8 Valor adicionado distribuído		(22.325)	(31.628)	(15.999)	(8.022)
8.1 Pessoal		35.605	29.752	56.961	48.255
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		26.393	23.217	42.634	39.696
8.1.2 Benefícios		9.212	6.534	14.326	8.559
8.2 Impostos, taxas e contribuições		208	267	212	1.450
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		208	267	212	1.450
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		10.170	10.237	46.188	88.505
8.3.1 Juros e Correção Monetária		10.170	10.237	46.188	88.505
8.3.2 Aluguéis		0	0	0	0
8.4 Remuneração de capitais próprios		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(68.308)	(71.885)	(119.359)	(146.233)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações Gerais e Contexto Operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte – Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo seu último 11º aditivo assinado em 29.12.2019, com vigência até 26.06.2020.

Ressalta-se que nesse 11º Aditivo foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloroquímicas do Sul e Sudeste e, para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei nº 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 119.359 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 34.588 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 526.410 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva – DIREXE, criou em outubro/2019, o PSF (Plano de Saneamento Financeiro) com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhadas com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico da Empresa.

Ele possibilita reduzir as incertezas nas tomadas de decisões, proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

O plano contém 51 indicadores os quais avaliam, mensalmente, a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais.

Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF destaca-se a redução de gastos com a folha de pagamento. No mês de dezembro de 2019, o custo com horas extras somou 7,8 mil contra 29,8 mil em dezembro de 2018, representando uma redução de 73,8%. Com uma nova gestão no Terminal Salineiro/GERTAB e a ferramenta do PSF, foi possível identificar o pagamento indevidos de adicionais que se encontravam em desacordo com a legislação trabalhista. No segundo mês após a implantação do PSF, na comparação com o mesmo período de 2018, constatamos um resultado expressivo com a dedução do pagamento desses adicionais, como horas extras (86%), adicional noturno (18%), e dobras (95,84%).

Na área de faturamento do Porto de Natal, com a realocação de colaboradores, obtivemos um ganho substancial na celeridade do processo de faturamento, o que possibilitou uma recuperação de receitas não faturadas, desde 2018, no valor de R\$4.000.000,00. Atualmente, esse processo encontra-se em dia, faturando dentro do mês.

Na área operacional, a redução de despesas com o consumo de água em 25% e a mudança dos processos de cobranças de plugagens, energia, contêineres vazios, dentre outros, contribuíram para acabar com a perda de receitas pelo não faturamento.

Ainda buscando a otimização da atividade operacional, a Gerência de Operações - GEOPER e a Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca - GERTAB estão elaborando um Plano de Manutenção Anual para Infraestrutura Portuária (PMAIP) que será implantado, até junho de 2020, visando reduzir custos no médio e longo prazo.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, a Norma de Faturamento e Cobrança da CODERN se encontrava defasada, estimulando a inadimplência. Com a mudança da norma, ainda em outubro 2019, o valor recebido durante o último trimestre de 2019 pela Tesouraria em relação aos títulos vencidos e não pagos no período de 2014 a 2018, somaram R\$ 3,8 milhões.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1. Conversão de Moeda Estrangeira e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4. Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - Impairment. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
Imobilização em Curso	0%

3.7. Fornecedores e Contas a Pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8. Benefícios a Empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de imitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10. Consolidado das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6..

3.11. Variações Monetárias Passivas

Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.12. Reconhecimento de Receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13. Ativos e Passivos Contingentes:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos em bancos	355	334	583	563
Recursos do Tesouro - SIAFI	7.771	7.771	7.771	7.771
Aplicações financeiras	4.599	10.425	4.697	10.698
Total de caixa e equivalentes de caixa	12.725	18.529	13.052	19.032

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 6,81% durante o exercício de 2019, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve uma redução de 56% no saldo das aplicações financeiras da controladora, os recursos foram aplicados em conformidade com o orçamento de investimentos.

5. Clientes e Contas a Receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	10.410	10.021	12.180	12.755
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.944)	(3.616)	(5.648)	(5.261)
Contas a receber de clientes líquidos	6.465	6.406	6.531	7.494
Total Contas a Receber	6.465	6.406	6.531	7.494

6. Devedores Diversos – Outros Créditos:

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 – TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Portos Conveniados	3.782	3.389	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.857	4.703	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	1.484	0	1.484	0
Outros devedores diversos	118	96	798	482
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(2.197)	(2.197)	(2.197)
Total Devedores Diversos	8.044	5.990	2.356	556

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Material de consumo permanente Sede	110	354
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	7.193	6.230
Material de consumo permanente Maceió	156	78
Total	7.458	6.662

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Material de consumo permanente Sede	110	354
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	7.193	6.230
Material de consumo permanente Maceió	156	78
Total	7.458	6.662

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 ocorrido em dez/19, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu o bem, mas até o fechamento do balanço o mesmo ainda estava à disposição do almoxarifado. Foi realizado também inventário do almoxarifado, e os ajustes necessários foram realizados no resultado do período

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais e Contratuais	981	929	2.306	2.173
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(594)	(640)	(1.183)	(1.229)
Bloqueios Judiciais	9.994	10.005	9.340	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
Total	5.481	5.395	5.566	5.388

9. Imobilizado Líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2019	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora	
							31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
Bens Móveis	115.578	910	(20.750)	95.738	(60.518)	-	35.221	44.215
Equipamentos Industriais	101.401	628	(12.802)	89.227	(56.098)	-	33.129	40.745
Embarcações	3.924	3	(3.527)	400	(118)	-	282	711
Veículos	251	0	(97)	154	(154)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.333	64	(301)	2.097	(1.060)	-	1.037	1.248
Informática	1.142	23	(309)	856	(798)	-	58	199
Máquinas	1.519	11	(127)	1.403	(924)	-	479	652
Motores	19	0	(8)	11	(6)	-	5	6
Aparelhos	3.285	16	(2.143)	1.158	(1.052)	-	106	365
Sistema de Segurança	1.018	83	(860)	241	(185)	-	57	182
Galpão	334	0	(334)	0	0	-	0	0
Outros bens	352	82	(242)	191	(123)	-	68	105
Bens Imóveis	490.333	6.126	(6.620)	489.840	(162.617)	(158.235)	168.987	194.917
Imóveis de natureza industrial	344.142	4.971	(2.462)	346.651	(124.596)	(62.899)	159.156	87.452
Instalações	78.194	615	(729)	78.080	(27.835)	(48.179)	2.066	50.132
Obras de acesso	4.816	372	(3.112)	2.076	(779)	-	1.297	3.464
Prédios	63.080	168	(310)	62.937	(9.408)	(47.157)	6.373	53.766
Terrenos	102	0	(7)	96	0	-	96	102
Molhe	0	0	0	0	0	-	0	0
Imobilização em Curso	13.635	(4.621)	(8.916)	98	-	-	98	12.067
Total	619.547	2.416	(36.286)	585.676	(223.135)	(158.235)	204.306	251.199

Discriminação	Custo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2019	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado Saldo líquido em	
							31/12/2019	31/12/2018
Bens Móveis	116.331	918	(20.750)	96.499	(61.187)	-	35.312	44.318
Equipamentos Industriais	101.535	633	(12.802)	89.365	(56.181)		33.184	40.804
Embarcações	3.924	3	(3.527)	400	(118)		282	711
Veículos	585	0	(97)	488	(488)		0	0
Móveis e Utensílios	2.444	64	(301)	2.208	(1.166)		1.042	1.257
Informática	1.142	23	(309)	856	(798)		58	199
Máquinas	1.522	11	(127)	1.406	(927)		479	653
Motores	19	0	(8)	11	(6)		5	6
Aparelhos	3.453	20	(2.143)	1.329	(1.195)		134	397
Sistema de Segurança	1.018	83	(860)	241	(185)		57	182
Galpão	334	0	(334)	0	0		0	0
Outros bens	355	82	(242)	194	(124)		70	108
Bens Imóveis	629.042	(57.828)	(6.620)	564.594	(169.654)	(158.235)	236.706	322.965
Imóveis de natureza industrial	458.465	(55.871)	(2.462)	400.133	(129.746)	(62.899)	207.488	193.313
Instalações	79.072	615	(729)	78.958	(27.865)	(48.179)	2.913	50.999
Obras de acesso	5.751	372	(3.112)	3.011	(1.433)		1.578	3.752
Prédios	80.380	168	(310)	80.238	(9.952)	(47.157)	23.130	70.713
Terrenos	102	0	(7)	96	0		96	102
Molhe	5.272	(3.113)	0	2.159	(658)		1.501	4.086
Imobilização em Curso	13.804	(4.621)	(8.916)	266	0		266	12.236
Bens de Terceiros	0	63.955	0	63.955	0		63.955	0
Total	759.177	2.424	(36.286)	725.314	(230.841)	(158.235)	336.239	379.519

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- UGC Porto de Natal (controladora)
- UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra o montante das perdas por desvalorização ou reversões de perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do período por unidade geradora de caixa, bem como as baixas realizadas em virtude do inventário de bens realizado no exercício.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2018	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 31/12/2019
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	49.027	21.039	(121)	(1.749)	68.196
UGC Porto de Natal	90.736	1.257	(354)	(1.599)	90.039
UGC Terminal de Passageiros					0
UGC Porto de Maceió					0
Total	139.762	22.296	(476)	(3.348)	158.235

A perda por desvalorização de R\$ 21.039 mil da UGC Terminal Salineiro de Areia Branca refere-se ao valor previsto para as obras de contenção para se colocar em funcionamento a parte ampliada da Ilha Artificial se esse encontra com falhas e infiltrações.

A perda por desvalorização de R\$ 1.257 mil da UGC Porto de Natal refere-se a bens relevantes dessa unidade que apresentaram valor em uso negativo e não possuem mercado ativo para os bens.

As reversões realizadas referem-se a ativos individuais que foram baixados do controle Patrimonial por ajustes de inventário.

10. Obrigações Fiscais e Trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imp. Encargos a Recolher	27.235	21.495	69.734	54.648
Salário a Pagar	8	899	23	918
Autônomos - INSS	56	158	56	158
PORTUS	32.342	28.683	41.835	36.581
<i>Parcelamento Portus</i>	<i>19.488</i>	<i>17.569</i>	<i>19.488</i>	<i>17.569</i>
<i>Parcelamento RTSA</i>	<i>12.854</i>	<i>11.115</i>	<i>22.347</i>	<i>19.012</i>
Parcelamento ISS	390	360	390	360
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante	60.115	51.678	112.121	92.748

O valor R\$ 19.488 mil refere-se o saldo remanescente da dívida da CODERN - PORTUS que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço, em 31/12/19. O valor de 22.347 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior – RTSA.

Identificou-se variação crescente no saldo dos Impostos e Encargos a Recolher, devido à ausência de recolhimento de INSS, PIS, COFINS e Contribuições do PORTUS, por insuficiência de recursos financeiros no período, bem como pela atualização monetária dos tributos em atraso.

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Portus - Instituto de Seguridade Social	8.730	9.098	8.730	9.690
Parcelamento INSS	2.643	0	4.204	0
Parcelamento ISS	900	1.260	1.142	1.631
Parcelamento IRPJ	0	52	0	52
Parcelamento PIS/COFINS	0	84	0	84
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante	12.273	10.494	14.077	11.457

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 31/12/2019 R\$ 31.077 mil, sendo apropriado R\$ 8.730 no Passivo Não Circulante e R\$ 22.347 no Passivo Circulante.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2019, correspondentes ao valor de R\$ 5.043 mil (R\$ 4.340 mil em 31 dezembro de 2018), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prov. Férias	3.916	3.190	5.043	4.340
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total férias a pagar	3.916	3.190	5.043	4.340

12. Contas a Pagar

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empregados	8	16	8	16
Terceiros	35	43	35	43
Total contas a pagar	43	59	43	59

13. Passivos Contingentes e Provisão para Contingências

Descrição	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.557	2.706	13.002	40.265
Provisões constituídas no período	16.540	1.503	0	18.043
Baixas de provisões	0	(307)	0	(307)
Reversões	-96	(2.296)	(246)	(2.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.001	1.605	12.756	55.362

O saldo das contingências cíveis registrou acréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

O valor de Reversão refere-se à baixa de processos judiciais do Porto de Maceió, efetuada com base no relatório do Setor Jurídico.

13.1. Provisões para Causas Trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.19, totalizou R\$ 1.605 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 05 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 1.056 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal, faltando pagar o reflexo do Portus, que necessita de um cálculo específico. Está sendo objeto de perícia atuarial de cálculos e impugnações das partes.

Na controlada, temos 10 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 180 mil e corresponde a auxílio enfermidade em que se postula a manutenção do referido benefício anteriormente convencionado, fundamentando acerca do direito adquirido pela parte em Acordo Coletivo de Trabalho, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença.

13.2. Provisões para Causas Cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2019, totalizou R\$ 41.001 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 – em 180 parcelas – consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) – débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais – Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e a PORTUS estão em tratativas para realização de um termo de Equilíbrio Financeiro do Déficit, no qual irá constar a obrigação de encaminhamento desse processo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

13.3. Provisões para Causas Tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2019 o montante de R\$ 12.756 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 07 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 766.624,18, onde consta pedido de parcelamento de débito pelo Porto de Maceió. Determinada a suspensão dos atos processuais em 25/06/2018 e das demais execuções fiscais com as mesmas partes.

13.4. Provisões para Causas Tributárias

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2019 somou R\$ 118.868 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	3.649	1.740	5.390
Causas Fiscais	24.087	107	24.193
Causas Cíveis	62.589	26.696	89.285
Total	90.325	28.543	118.868

Na controladora, temos 24 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil), referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão.

Na controlada, temos 31 processos relativo a causas trabalhistas, onde 14 processos correspondem a verbas rescisórias da Terceirizada *Fre Energy* a qual teria encerrado suas atividades sem a devida compensação aos seus colaboradores acarretando a responsabilidade subsidiária do Porto de Maceió, os processos com essas partes estão em diversas fases processuais (grande parte já na execução redirecionada para o Porto), além disso, temos um processo de valor mais relevante (265 mil) em relação aos demais, relativo a Incorporação retroativa do cargo de chefia (chefe do setor de operações) o pleito se deu pelo exercício contínuo no cargo em um período superior a 8 anos, o processo está na fase de execução aguardando o julgamento de agravo de petição.

Na controladora, temos 9 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controlada, temos 1 processo relativo a causas fiscais, refere-se a cobrança cumulada pela União (Fazenda Nacional - PGFN) de cerca de 24 Autos de Infração que teriam sido instaurados em face de multas correlacionadas ao descumprimento da CLT, no qual já consta bloqueio judicial do total da execução nas contas de titularidade da empresa.

Na controladora, temos 49 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 20.975 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Outro processo relevante refere-se ao Reequilíbrio de Contrato (R\$ 60.099 mil) da obra de ampliação do Porto Ilha, solicitado pela construtora. O processo está na fase instrutória de produção de provas.

14. Outros Créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2019, totalizou R\$ 63.955 mil (64.229 mil em 31.12.2018).

No exercício de 2019, o saldo do convênio 009/2008 (275 mil) junto a Secretaria de Portos foi baixado tendo em vista o entendimento que o objeto do convênio foi cumprido e o benefício econômico fluiu para a Codern.

Em relação aos convênios 268/2006 e 01/2008 (63.955 mil), o valor foi mantido no passivo tendo em vista que os termos de convênios possuem cláusulas, onde informa que todos os produtos obtidos com os recursos previstos nos Convênios DNIT 268/2006 e SEP 001/2008 ficarão sob a gestão da CONVENIENTE, constituindo-se como patrimônio da União. Os bens gerados com recursos dos respectivos convênios estão classificados no grupo do Imobilizado no subgrupo de "Bens de Terceiros" .

15. Provisão de Déficit Atuarial – Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) – benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Déficit Atuarial	33.409	0	75.716	0
Total contas a pagar	33.409	0	75.716	0

15.1. Cálculo Atuarial do Plano Pós-Emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de 75.716 mil em 31/12/2019, os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	102.121.366	144.504.049	-
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	763.959	(441.413)	-
3. Custo dos juros	6.830.817	12.935.547	-
4. Contribuições de participantes do plano	945.957	913.968	-
5. Benefícios pagos	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(50.806.429)	-
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	23.116.168	-
6.c. Ajustes de experiência	-	(11.361.142)	-
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	(62.561.455)	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	105.677.743	102.121.366	144.504.049

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	7.138.369	11.853.831	-
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(1.568.370)	-
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	-	-	-
4. Contribuições dos participantes	945.957	913.968	-
5. Benefícios pagos (líquido)	(4.984.356)	(4.984.356)	-
6. Receita dos juros	353.130	923.296	-
7. Emendas no plano	-	-	-
8. Reduções	-	-	-
9. Liquidações	-	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
11. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
<i>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</i>			
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	763.959	(441.413)	-
2. Custo líquido dos juros	5.307.468	5.815.131	-
2.1. Custo dos juros da obrigação	6.830.817	12.935.547	-
2.2. Receita de juros ativos	(353.130)	(923.296)	-
2.3. Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(1.170.219)	(6.197.120)	-
3. Custo do serviço passado	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	6.071.427	5.373.718	-
Contribuições do Patrocinador	-	-	-
8a. Custo líquido no período	6.071.427	5.373.718	-
<i>Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</i>			
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(663.917)	-	-
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(50.806.429)	-
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	1.568.370	-
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	(527.898)	48.574.142	-
14. Custo total reconhecido em ORA	(1.191.815)	(663.917,02)	-
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-
D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(3.453.100)	(7.138.369)	(11.853.831)
2. Valor justo dos ativos do plano	3.453.100	7.138.369	11.853.831
3. Excesso de cobertura	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(102.224.643)	(94.982.997)	(132.650.218)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	51.445.311	48.145.693	-
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	10.141.615	9.491.150	13.162.134
7 (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(40.637.717)	(37.346.154)	(119.488.084)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	20.964.998	19.266.881	61.643.903
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa	-	-	-
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

15.2. Valor Justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - compartilhamento de riscos com participantes e assistidos	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	19.266.881	61.643.903	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	20.964.998	19.266.881	61.643.903
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	1.698.117	(42.377.022)	61.643.903
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(1.170.219)	(6.197.120)	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	61.643.903

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção		
	31/12/2020	31 dez 19	31 dez 18
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(75.716.116)	(71.006.315)	-
2. Custo líquido no período (Resultado do Exercício)	(6.071.427)	(5.373.718)	-
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	49.238.059	-
4. Contribuições do empregador para o plano	-	-	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	527.898	(48.574.142)	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(81.259.645)	(75.716.116)	(71.006.315)

E.1. Conciliação de movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido:	Projeção		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1. Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	-
2. Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
3. Variação no efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	-
4. Efeito do teto de ativo não reconhecido no final do exercício	-	-	-

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 19	31 dez 18
1. Principais Categorias de Ativos (%)		
1.a Disponível	0,18%	0,00%
1.b Realizável (Prev e Adm)	15,43%	35,06%
1.c Títulos Públicos	10,47%	0,00%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
1.e Ações	28,96%	18,32%
1.f Fundos de Investimentos	10,77%	24,59%
Renda Fixa	10,70%	24,55%
Imobiliário	0,07%	0,04%
1.g Investimentos Imobiliários	31,33%	20,24%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	2,87%	1,79%
Total	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)		
2.a Disponível	658.202	4.142
2.b Realizável (Prev e Adm)	57.103.228	204.473.918
2.c Títulos Públicos	38.747.719	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-
2.e Ações	107.203.487	106.839.311
2.f Fundos de Investimentos	39.860.032	143.419.024
Renda Fixa	39.618.331	143.173.038
Imobiliário	241.701	245.986
2.g Investimentos Imobiliários	115.981.731	118.048.022
2.h Empréstimos e Financiamentos	172	172
2.i Outros - Depósitos Judiciais	10.627.017	10.469.327
Total Ativo	370.181.588	583.253.916
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(8.827.617)	(80.414.925)
(-) Uso Próprio	(5.654.444)	(7.491.376)
(-) Exigível Operacional	(18.651.876)	(10.481.635)
(-) Exigível Contingencial	(15.679.908)	(17.042.737)
(-) Fundo Previdencial	(40.347.927)	(43.409.750)
(-) Fundo de Investimento	(6.797.777)	(6.136.997)
(-) Fundo administrativo	(69.663.610)	(84.635.402)
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx (Total)	204.558.429	333.641.094
Rentabilidade projetada (até 12/20xx)	-	-
Saldo Previdencial projetado (até 12/20xx)	-	-
Valor Justo dos Ativos em 31.12.20xx	204.558.429	333.641.094
Percentual rateio	3,490%	3,553%
Valor Justo dos Ativos em 31/10/20xx	7.138.369	11.853.831

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 19	31 dez 18
1. Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	4,00%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A

G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 dez 19	31 dez 18
1. Data efetiva	31 ago 19	31 dez 18
2. Participantes ativos (passivo principal)	85	87
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	243
3.a. Aposentados	153	155
3.b. Pensionistas	89	88
4. Número total de participantes	327	330

H. Período de amortização	31 dez 19	31 dez 18
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00
2. <i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50

J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31 dez 19	31 dez 18
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Invalídios	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção 31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	4.984.356	4.687.324	
2. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	-	-	
3. Contribuições esperadas dos participantes + extraordinárias	945.957	1.205.029	

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado

	31 dez 19	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	90.857.647	53.646.402
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(441.413)	-
3. Custo dos juros	8.264.412	4.671.135
4. Contribuições de participantes do plano	913.968	-
5. Benefícios pagos	-	(4.984.356)
6. (Ganho) / perda atuarial	(42.023.650)	(8.782.779)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	13.869.437	9.246.731
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(13.347.567)	1.986.425
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	(42.545.520)	(20.015.935)
7. Emendas no plano	-	-
8. Reduções	-	-
9. Liquidações	-	-
10. Benefícios especiais de desligamento	-	-
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	57.570.964	44.550.402

Análise de Sensibilidade - 31/12/2019

Montante do:	Tábua biométrica - Mortalidade	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	100.183.146	104.216.845
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(93.044.777)	(97.078.476)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.231.908	49.133.619
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.311.012	9.685.904
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.501.857)	(38.258.953)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.831.308	19.737.794
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(74.213.469)	(77.340.682)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,90%	2,05%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,04%	2,21%

Montante do:	Taxa de juros	
	+ 0,25%	- 0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	99.900.628	104.431.591
Valor justo dos ativos do plano	7.138.369	7.138.369
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(92.762.259)	(97.293.222)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	47.098.714	49.234.861
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	9.284.755	9.705.862
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(36.378.790)	(38.352.499)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	18.767.817	19.786.054
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(73.994.442)	(77.507.168)
Variações:		
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,17%	2,26%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,34%	2,43%

16. Capital Social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

17. Créditos para Aumento de Capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998. Em julho/19, os valores do Porto de Maceió foram incorporados parcialmente ao capital social (R\$ 712.523), e posteriormente o capital social incorporado foi absorvido pelo Prejuízo Acumulado da CODERN, abaixo demonstrado:

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2019	31/12/2018
Porto de Natal e Areia Branca	59.809	56.818
Porto de Maceió	186.389	867.315
Total	246.199	924.133

18. Prejuízos Acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. (Art. 187, § 1º). A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais.

O quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -7.012mil (ativo) e R\$ 72.171mil (passivo), totalizando R\$ 79.183mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	6.172	13.184	-7.012
Passivo	738	72.909	-72.171
Saldo de Ajustes	6.911	86.094	-79.183

O detalhamento e natureza dos ajustes podem ser observados no quadro abaixo:

Ajustes de Exercícios Anteriores em 2019	(79.183)
Provisão de Déficit Atuarial	(71.006)
Baixas Imobilizado	(10.927)
Estorno Depreciação Bens de Terceiros	5.872
Impostos s/ Outras Receitas	(1.652)
Amortização Intangível	(1.236)
Outros Ajustes	(232)

a. Prejuízo Líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de 68.308 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 51.052 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no período de R\$ 119.359 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, impairment, variação monetária passiva e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de dezembro 2019 de R\$ 7.810 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 16.865 mil para o Porto de Maceió (prejuízo). Conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido	(68.308)	(71.885)	(51.052)	(74.348)	(119.359)	(146.233)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	14.676	16.861	2.267	5.180	16.943	22.041
Impairment	21.821	36.642	0	0	21.821	36.642
Variação monetária passiva	6.767	7.238	33.231	73.162	39.998	80.399
Provisões	17.234	0	(1.312)	37	15.922	37
Resultado líquido ajustado	(7.810)	(11.145)	(16.865)	4.031	(24.675)	(7.114)

19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 664 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

20. Receita Líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	11.974	11.015	17.567	17.093
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	3.828	3.118	4.563	3.793
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	23.545	21.588	30.947	29.006
Serviços de Armazenagem	867	643	916	4.558
Serviços de Movimentação de Cargas	5.018	4.576	5.018	4.576
Atividade de Apoio ao Navio	2.787	2.796	2.787	2.796
Serviços Diversos	0	0	294	279
Total da Receita bruta	48.019	43.736	62.091	62.102
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.843)	(6.232)	(8.936)	(8.776)
Receita líquida dos serviços prestados	41.177	37.504	53.155	53.326

O saldo da Receita Operacional Líquida apresentou redução, visto que, no exercício de 2019 não houve faturamento da tarifa de armazenagem, referente à movimentação dos módulos para plataformas da PETROBRAS no Porto do Maceió. Em 2018 a receita de armazenagem (Longo Curso) alcançou a soma de R\$ 3.915.264,94, enquanto que em 2019 apenas R\$ 48.859,60. A expressiva importância faturada com armazenagem em 2018, deve-se a cobrança, pelo preço CIF de 1% do valor da mercadoria em trânsito, no caso equipamentos elétricos, de responsabilidade das Centrais Elétricas de Sergipe S/A-CELSE, cujo faturamento ocorreu no período de janeiro a junho/2018(R\$ 3.889.285,04). Houve também, mas de pequena monta, armazenagem de Trigo pelo MOTRISA na ordem de R\$ 25.979,90 (Em 12/2018).

21. Custos Operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal e Encargos	(18.084)	(17.895)	(28.059)	(28.269)
Material de Operação	(3.497)	(4.544)	(3.773)	(4.853)
Material de Manutenção	(4)	(2)	(30)	(28)
Serviços de Manutenção e Reparos	(216)	(211)	(962)	(685)
Serviços Prestados por Terceiros	(6.457)	(6.397)	(10.987)	(11.243)
Encargos Operacionais Diversos	(75)	(69)	(75)	(69)
Depreciação Direta	(12.981)	(15.216)	(14.532)	(19.993)
Total	(41.315)	(44.334)	(58.419)	(65.140)

Houve redução dos custos com material de operação na controladora, em razão do menor consumo nos itens Combustíveis (25%) e Gêneros Alimentícios (71%) para o centro de custo "Tersab".

Houve redução de 4% nos custos com pessoal na controlada, principalmente em razão da demissão de 02 empregados efetivos, aos quais foram pagos as verbas rescisórias e a multa de 50% sobre o saldo de FGTS.

Houve redução 7% nos custos com serviços de terceiros da controlada, em razão da escassez de recursos financeiros, por isso só foram contratados serviços indispensáveis necessários a manutenção das operações.

Registrou-se ainda diminuição significativa da despesa com depreciação, decorrente principalmente da reversão de depreciação nas contas "Terminal de Passageiro, Cais PORNAT, Guia Corrente e Derrocagem Subaquática e Dolfins de Amarração" em dezembro/2018, o que se reflete nos demais trimestres e registra uma redução/mês de R\$ 533, visto que para estes bens foram reconhecidos perda por impairment, não havendo geração de caixa por valor em uso na utilização dos ativos da Unidade Geradora de Caixa. Houve também a regularização contábil de bens de terceiros na controlada (Nota 14), fato que gerou uma diminuição na depreciação no ano de 2019 em aproximadamente 67%, se comparado ao ano de 2018.

22. Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Pessoal e Encargos	(17.521)	(13.953)	(28.902)	(22.082)
Material	(621)	(334)	(929)	(707)
Serviços de Terceiros	(3.426)	(2.926)	(10.032)	(10.671)
Outros Encargos	(46)	(48)	(131)	(98)
Depreciação/Amortização	(399)	(98)	(406)	(106)
Outras despesas administrativas	(4.438)	(23)	(4.817)	(239)
Total	(26.451)	(17.383)	(45.217)	(33.903)

As Despesas com Pessoal e Encargos da controladora sofreram acréscimo, essencialmente devido ao pagamento de salário variável dos Diretores, pelo cumprimento das metas de gestão, no exercício de 2019, aumento das Despesas de Provisão de Férias, assim como pelo efeito da diminuição do Rateio de Despesas dos Conselhos relativo a APMC/CODERN. Houve ainda, reconhecimento de despesa atuarial relativos aos planos de pensão de benefício definido na ordem de R\$ 2.445 mil na controladora e R\$ 2.928 na controlada.

O Aumento da Despesa com Material, foi ocasionado por lapsos na saída do item "Combustível" – GERTAB, cujo centro custo correto seria o Terminal Salineiro - Tersab.

Houve aumento de 17% nos serviços de terceiros da controladora, principalmente em função de aumento das Despesas com "Passagem Aérea" e "Concerto, Manutenção e Limpeza".

Houve redução 15% nos serviços de terceiros da controlada, em razão da escassez de recursos financeiros, por isso só foram contratados serviços indispensáveis necessários a manutenção das operações.

No tocante ao aumento de Outras Despesas Administrativas, são decorrentes dos registros de ajustes de inventário, efetuados em dezembro/2019, bem como de multas por infrações de fiscais do Porto de Natal.

23. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(329)	(1.695)	(387)	(1.695)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	0	(5.579)	0	(6.168)
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(329)	(7.274)	(387)	(7.863)

24. Provisões/Reversões para Passivos Contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para contingências	(17.730)	(685)	(17.808)	(1.590)
Reversão de provisões	236	78	2.273	296
Saldo líquido de provisões constituídas	(17.494)	(607)	(15.535)	(1.294)

As provisões para contingências registraram acréscimo considerável, principalmente decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19

25. Receitas Patrimoniais

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2019	2018	2019	2018
Alugueis Porto	446	442	7.812	28.014
(-) Deduções da receita	(41)	(45)	(732)	(1.181)
Total receitas patrimoniais líquidas	405	397	7.080	26.833

Verificou-se decréscimo da Receita Patrimonial no Porto de Maceió, ocasionado pelo término do Contrato de Arrendamento com o Consórcio Tomé Ferrostal.

26. Outras (Despesas) /Receitas Operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de contêineres e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

27. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em		Período de doze meses findos em	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras	3.081	3.392	3.352	3.698
Despesas Financeiras	(10.170)	(10.237)	(46.188)	(88.505)
Total do resultado financeiro	(7.089)	(6.845)	(42.836)	(84.807)

O saldo das despesas financeiras do Porto de Maceió apresentou variação decrescente, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização conforme nota 16.

28. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Operações com Empresas Controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor – Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No exercício de 2019, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 25.123 mil (R\$ 24.885 em 2018), que representa 60,8% do total faturado (66% em 2018) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício de 2019, os valores pagos totalizam R\$ 24 mil (R\$ 25 mil em 2018).

29. Eventos Subsequentes

29.1 benefício pós emprego – Plano de Benefício Definido

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados. O plano está em intervenção desde 2011.

O Plano Básico Previdenciário 1 – PBP1 passou a ter problemas financeiros o que gerou um déficit, e devido ao extremo desequilíbrio financeiro, é necessário e imprescindível à sua não liquidação o imediato estabelecimento de estratégia previdencial com vistas à retomada da solvência. A insolvência do PBP1 tem origem a partir da retirada de patrocínio da extinta PORTOBRAS, quando não foram vertidos os recursos devidos ao PBP1 para suporte às obrigações com participantes e assistidos a ela vinculados, fato que juntamente a outros fatores, impactou no desequilíbrio técnico do plano ao longo de sua existência.

Segundo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”), bem como o interventor do PORTUS, ocorrerá a liquidação caso não seja aprovado o novo plano de equacionamento e considerando que o PBP1 é um plano de benefícios previdenciários com insuficiência patrimonial, caberá aos patrocinadores e aos participantes custearem o equacionamento da insuficiência. Para isso, foi contratada uma consultoria atuarial que elaborou uma nota técnica onde foi mensurado o déficit técnico do plano como todo bem como o de cada patrocinadora.

Considerando a iminente liquidação do plano, da responsabilidade das patrocinadoras em assegurar a continuidade do mesmo e levando em consideração o exposto na Nota Técnica ao dizer que equacionamento do déficit técnico remanescente são necessárias para o reequilíbrio econômico financeiro atuarial do PBP1, consistindo em importante medida de redução do seu alarmante risco atuarial e de proteção dos trabalhadores da Cias Docas e dos assistidos em gozo de benefício no PORTUS e que trata-se de relevante economicidade, assim entendida como a relação entre custo e benefício a ser observada na atividade pública, com ênfase na análise contida no parecer atuarial que evidencia os seguintes benefícios para as partes envolvidas:

- Evita o cenário de liquidação extrajudicial, a qual poderia propiciar um ambiente político e social totalmente desfavorável, numa atividade econômica essencial;
- Recupera a prometida proteção social a um universo de quase 10 mil famílias que depositaram as esperanças de seu futuro no PORTUS;
- Traz segurança e credibilidade ao universo da Previdência Complementar Fechada, mais notadamente a patrocinada pelo setor público;
- A solução proposta não retira dos interessados a segurança de uma renda complementar mesmo com um poder de compra reduzido em função de toda a estratégia;
- Pacifica a relação entre os trabalhadores portuários, assistidos e os patrocinadores, permitindo a criação de soluções específicas para cada patrocinadora, após sua implementação;
- A partir de sua implementação as demonstrações patrimoniais de cada patrocinadora se darão de forma independente em decorrência da não solidariedade, atendendo a um pleito histórico de diversas destas patrocinadoras;
- Protege o Estado de inevitáveis demandas judiciais de responsabilização no caso de liquidação do plano e da Entidade, não sendo a estratégia exitosa.

Segundo o estudo, o déficit técnico do plano é de R\$3.523.482.238,97 (três bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), que conforme dito anteriormente, será custeado pelas patrocinadoras e pelos participantes. A estratégia para retomada da solvência do PBP1 deverá envolver a administração do PORTUS, das patrocinadoras e de entidades representativas dos participantes e assistidos do PBP1 e envolverá as seguintes concessões além do pagamento de contribuições extraordinárias: Assinatura do termo de compromisso financeiro por parte das patrocinadoras e redução de direitos (congelamento dos benefícios, renúncia do pecúlio dos ativos e aplicação de percentual do abono em 100%) por parte dos participantes assistidos e participantes pensionistas.

29. Eventos Subsequentes

Em contrapartida à redução de direitos, os patrocinadores devem firmar um Termo de Compromisso Financeiro – TCF para aportar o montante de R\$ 1.138.829.184,31 (um bilhão, duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos), apurado de acordo com a proporção contributiva, e devem continuar honrando a obrigação de contribuir com o mesmo montante adicional a ser descontado dos assistidos, apurado respeitando-se a proporção contributiva .

De acordo com o estudo apresentado, o valor a ser coberto pela Companhia (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió) a título de Termo de Compromisso Financeiro - TCF está no montante de R\$ 39.289.607 (trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e novel mil, seiscentos e sete reais).

Após a assinatura do TCF, que deverá acontecer no primeiro semestre de 2020, por parte das patrocinadoras, o déficit restante a ser equacionado será de R\$ 976.875.534,24 (novecentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos). O equacionamento do déficit remanescente se dará pela instituição de contribuição extraordinária pelo prazo compatibilizado com aquele previsto para a liquidação dos compromissos abrangidos pelo passivo atuarial do plano de benefícios. Para financiar o restante do déficit de responsabilidade dos participantes, a contribuição mensal dos assistidos, que equivale a um desconto no benefício mensal recebido, deve ser incrementada em 18,47%.

Ficará a cargo da CODERN (Porto de Natal, Areia Branca e Porto de Maceió), a título de Contribuição Extraordinária o montante de R\$ 34.246.033 (trinta e quatro milhões duzentos, quarenta e seis mil, e trinta e três reais). Logo, a CODERN assumirá, por meio do TCF, R\$ 39.289.607,00 (trinta e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos e sete reais), que adicionado à Contribuição Extraordinária dará uma obrigação de R\$ 73.535.640 (setenta e três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

29.2 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

A CODERN desenvolve atividades portuárias, em sua grande parte operacional, para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal, Maceió e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro, como social em consequência do COVID-19. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está exposta, especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios de seus grandes ou pequenos clientes e de sua própria operação seja ela de empregados ou terceirizados (OGMO), entre outros , já que havendo maior risco aos de idade acima de 60 anos ou com doenças pré-estabelecidas; o afastamento desses por prudência ou necessidade irá refletir não apenas no resultado econômico mas também humano tanto nos afastados como nos que estão exercendo atividades, não apenas de sua competência mas absorvendo as atividades dos que estão ausentes. Assim o pagamento de salários (férias) deverá manter-se constante para todos. Entretanto a receita, a produção, e recebimento dos serviços prestados não seguirão o mesmo ritmo, pois além desses fatores há de se considerar os custos extras, na realização de exames, controle de higienização, uso de mais equipamentos de proteção entre outros.

No que se refere às "estimativas contábeis" certamente terá impactos nos custos de folha de salário para aqueles que deverão ser afastados e não poderão exercer atividade home-office, já que a maior parte das atividades de trabalho é fundamentalmente OPERACIONAL.

Especificamente em relação ao Porto Maceió, foi observado redução na movimentação dos derivados de petróleo, pois com a quarentena caiu o fluxo de veículos pelas vias, em consequência o consumo dos derivados de petróleo; situação semelhante foi observada com a importação de fertilizantes.

O coronavírus traz como consequência a interrupção no fluxo de pessoas, o fechamento de empresas e a queda nas receitas que afetará os valores tanto no Ativo em seu fluxo de caixa, (dos recebíveis de curto e de longo prazo) como também principalmente no Passivo, já que o pagamento com férias antecipadas, encargos sociais e salário in-natura serão antecipados ou mantidos e a remuneração se manterá constante e as horas extras aos que irão substituir os funcionários ausentes poderá ser relevante para ser mensurado e considerado no balanço; e ainda por ser uma empresa pública não há possibilidade de demissão de seus funcionários ou suspensão de contrato de trabalho, o que trará ainda maior desequilíbrio entre Receita com Serviço x custos x produção, no entanto, não há como realizar as estimativas financeiras.

CRÉDITOS

Participaram da elaboração desse Relatório de Gestão todos as áreas da CODERN, incluindo a Administração do Porto de Maceió, por meio da Comissão Portaria DP nº 243/2019, bem como sob a orientação da Diretoria-Executiva, composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e o Diretor Técnico e Comercial.

DIRETORIA-EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Elis Treidler Öberg

Diretor Administrativo e Financeiro

Ulisses Danilo Silva Almeida

Diretor Técnico e Comercial

Francisco Mont' Alverne Pires

EXECUTORES

Gerência de Planejamento e Orçamento

Gerência Administrativa

Gerência de Recursos Financeiros

Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional

Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca

Gerência Comercial

Gerência da Auditoria Interna

Gerência Jurídica

Ouvidoria

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos

Coordenadoria de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho

Guarda Portuária

Administração do Porto de Maceió

Assessoria do Diretor Administrativo e Financeiro

PROJETO GRÁFICO

Michele Queirós Moura

Analista Portuário/ Gerência de Planejamento e Orçamento